



HORIZONTE DA HISTÓRIA – 10.º ANO

História A

CADERNO DE APOIO AO PROFESSOR

ALICE COSTA • MARÍLIA GAGO • PAULA MARINHO

- Planificação anual e a médio prazo
- 6 testes sumativos editáveis
- Dossiê de fontes

Introdução	2
Planificações	3
Planificação anual	4
Planificações a médio prazo	7
Modelo de plano de aula	20
Fichas de avaliação	21
1. O modelo ateniense	22
2. O modelo romano	
O espaço civilizacional greco-latino à beira da mudança	26
3. A identidade civilizacional da Europa Ocidental	30
4. O espaço português – a consolidação de um reino cristão ibérico	
Valores, vivências e quotidiano	34
5. A geografia cultural europeia de Quatrocentos e Quinhentos	
O alargamento do conhecimento do mundo	38
6. A produção cultural	
A renovação da espiritualidade e religiosidade	
As novas representações da Humanidade	42
Critérios de correção	46
Dossiê de fontes	61

Nota: Este caderno encontra-se redigido conforme o Novo Acordo Ortográfico. .

Caros colegas,

O momento histórico que vivemos desafia-nos a olhar a nossa realidade e a delinear um novo Horizonte. A História, através do conhecimento aprofundado da realidade humana e da compreensão de como os seres humanos se relacionam nas diferentes dimensões da sua existência, assume-se como uma área de saber que pode contribuir de forma muito relevante para a tomada de decisões informadas.

Na construção do projeto **Horizonte da História** pretendeu-se promover aprendizagens, baseadas em conhecimento rigoroso e atual, em articulação natural com as operações e a metodologia da História, através da interpretação de fontes, visando uma compreensão espacial, temporal e contextual das realidades históricas.

Este Caderno de Apoio ao Professor foi pensado numa lógica de partilha que possa ser útil para a construção de respostas educativas pelo professor no desenho e concretização do processo de ensino-aprendizagem do 10.º ano de escolaridade. Neste sentido, todos os materiais disponibilizados podem ser alvo de reconstrução pelos professores, de modo a serem adequados às realidades de cada professor, turma e aluno.

Partilhamos, logo à partida, uma visão alargada de estruturação do processo de ensino-aprendizagem a **longo prazo** que sirva como uma bússola de ação. Para uma orientação mais esmiuçada, propomos depois uma abordagem das aprendizagens projetadas por unidade, numa lógica de **planificação a médio prazo**. Considerámos que podíamos também contribuir com propostas de planificação de aula, surgindo assim, uma **proposta-exemplo de possibilidade de plano de aula**.

A avaliação é um momento crucial e tem de ser devidamente aferida. Propomos, por isso, **6 fichas de avaliação** que tentam seguir estruturalmente a organização do exame de História A, partilhando também uma lógica de crescente complexificação ao longo do ano letivo. A realidade educativa e escolar pauta-se por demandas cada vez mais exigentes e desgastantes e, como tal, fazemos acompanhar as fichas por **critérios de correção** a atender como norteadores da avaliação pelo professor, ou, se partilhados, como meio de os alunos analisarem o seu desempenho.

Finalmente, a História, como a vida, pauta-se por múltiplos e diversos horizontes. Por isso, partilhamos um **dossiê de fontes históricas** como mais um meio de promover o sucesso educativo.

Assumimo-nos como parceiras deste percurso do *Horizonte da História*!

Construímos História consigo, conte connosco!

As Autoras

PLANIFICAÇÕES

Disponível em formato editável em  AULA DIGITAL

Planificação anual

	Número de aulas previstas (6 aulas de 45 minutos por semana)			
	1.º Período	2.º Período	3.º Período	Totais
Aulas previstas (tratamento de conteúdos)	26	30	28	84
Avaliação sumativa*	4	4	4	12
Aulas (de acordo com a organização do manual, incluindo os testes)	30	34	32	96
Aulas previstas (ano letivo 2013/2014)	39	29	28	96

* 2 testes de avaliação por período.

Rubricas do Programa	Aulas (45 minutos)
Módulo 0 – Estudar / aprender História	
A História: tempos e espaços • Quadros espaço-temporais; períodos históricos e momentos de rutura • Processos evolutivos, a multiplicidade de fatores • Permutas culturais e simultaneamente de culturas • História nacional e História universal – interações e especificidades do percurso português	5
Módulo 1 – Raízes mediterrânicas da civilização europeia – cidade, cidadania e império na Antiguidade Clássica	
1. O modelo ateniense 1.1 A democracia antiga: os direitos dos cidadãos e o exercício de poderes 1.2 Uma cultura aberta à cidade	7

2. O modelo romano (conteúdo de aprofundamento) 2.1 Roma, cidade ordenadora de um império urbano 2.2 A afirmação imperial de uma cultura urbana pragmática 2.3 A romanização da península Ibérica: um exemplo de integração de uma região periférica no universo imperial	12
3. O espaço civilizacional greco-latino à beira da mudança	2

Módulo 2 – Dinamismo civilizacional da Europa Ocidental nos séculos XIII a XIV – espaços, poderes e vivências

1. A identidade civilizacional da Europa Ocidental 1.1 Poderes e crenças: multiplicidade e unidade 1.2 O quadro económico e demográfico – expansão e limites do crescimento	7
2. O espaço português – a consolidação de um reino cristão ibérico (conteúdo de aprofundamento) 2.1 A fixação do território – do termo da Reconquista ao estabelecimento e fortalecimento de fronteiras. 2.2 O país rural e senhorial 2.3 O país urbano e concelhio 2.4 O poder régio, fator estruturante da coesão interna do reino	16
3. Valores, vivências e quotidiano 3.1 A experiência urbana 3.2 A vivência cortesã 3.3 A difusão do gosto e da prática das viagens: peregrinações e romarias; negócio e missões político-diplomáticas	7

Módulo 3 – A abertura europeia ao mundo – mutações nos conhecimentos, sensibilidades e valores nos séculos XV e XVI

1. A geografia cultural europeia de Quatrocentos e Quinhentos	3
2. O alargamento do conhecimento do mundo (conteúdo de aprofundamento)	3
3. A produção cultural 3.1 Distinção social e mecenato 3.2 Os caminhos abertos pelos humanistas 3.3 A reinvenção das formas artísticas: imitação e superação dos modelos da Antiguidade (conteúdo de aprofundamento)	14
4. A renovação da espiritualidade e religiosidade (conteúdo de aprofundamento) 4.1 A Reforma Protestante 4.2 A Contra-Reforma e Reforma Católica	6
5. As novas representações da Humanidade	2

Planificações a médio prazo

Módulo Inicial – Estudar / aprender História

A História: tempos e espaços

Conteúdos	Aprendizagens a desenvolver	Experiências de aprendizagem	Avaliação	Calendarização
A História: tempos e espaços	Compreender a interação da ação humana com o espaço e os significados que o espaço vai assumindo ao longo do tempo. Explicar a existência de vários períodos de tempo histórico (idades), atendendo às continuidades, mudanças e ritmos de desenvolvimento histórico, e condicionados por uma multiplicidade de fatores.	Levantamento das ideias e diagnóstico do pensamento dos alunos através da resolução das propostas da página 7, relativamente ao que entendem por espaço, tempo, fontes e compreensão em História (pode ser também utilizado o recurso multimédia «Ponto de Partida», disponível em 20 Aula Digital).	Diagnóstica	1.º Período (6 tempos x 45')
	Desenvolver a interpretação de fontes históricas e a construção de evidência com base na análise de fontes.	Os alunos, através da resolução das tarefas propostas nas páginas 8 e 9, identificam os espaços onde decorreram as várias realidades históricas, caracterizando o espaço e problematizando o espaço e a ação humana como causa ou consequência da realidade histórica.	Registo da participação (oral, escrita ou digital) dos alunos.	
	Usar a informação de fontes históricas diversas em termos de estatuto e linguagem para construir o seu pensamento e justificar as suas explicações.	Desafiam-se os alunos, ao longo das páginas 10 e 11, a pensar acerca da noção de cronologia, bem como acerca das razões que levam à divisão do tempo em História em diversos períodos, atendendo às mudanças e às continuidades da realidade humana.	Formativa	
	Desenvolver a conceção da História como um conhecimento científico da realidade humana multifacetada e diversa, no tempo e no espaço.	Propõe-se que os alunos interpretem e analisem diversas fontes históricas, compreendendo as suas diferenciações em termos de tipologia, suporte e estatuto, ao longo das páginas 12 e 13.	Registo da participação (oral, escrita ou digital) dos alunos.	
		Os alunos, através da resolução das tarefas propostas na página 14, desenvolvem a sua compreensão acerca das interações entre os múltiplos fatores das diversas dimensões históricas e dos diferentes espaços – local, nacional e internacional.	Formativa/ Sumativa	
		Para a promoção de monitorização da aprendizagem, propõe-se a realização de tarefas-síntese (em casa ou na aula) e das fichas 1 a 3 do Caderno de Atividades.		

Módulo 1 – Raízes mediterrânicas da civilização europeia – cidade, cidadania e império na Antiguidade Clássica

Unidade 1 – O modelo ateniense

Conteúdos	Aprendizagens a desenvolver	Experiências de aprendizagem	Avaliação	Calendarização
1.1 A democracia antiga: os direitos dos cidadãos e o exercício de poderes	Situar cronológica e espacialmente a Hélade, relacionando a organização político-administrativa em pólis com o seu contexto. Articular os direitos de cidadania com o desenvolvimento da democracia antiga, espelhada nos órgãos públicos e nas especificidades do modelo democrático ateniense. Desenvolver a consciência dos problemas e valores democráticos associados ao exercício da cidadania e respeito pelas minorias.	Levantamento das ideias dos alunos relativamente à Antiguidade Clássica, e, mais especificamente, à Grécia Antiga, pela observação e análise das páginas 16 a 19 (pode ser também utilizado o recurso multimédia «Ponto de Partida», disponível em 20 Aula Digital). Desafiam-se os alunos, ao longo das páginas 20 a 31, a pensar acerca da democracia antiga numa perspetiva diacrónica, atendendo aos direitos dos cidadãos, princípios, modos de organização e especificidades da democracia ateniense. Os alunos, através da resolução das tarefas propostas nas páginas 32 a 39, desenvolverão o seu pensamento acerca das relações entre a religião, as expressões culturais e a educação dos Helenos como meio de união da Hélade – promoção de diversas festividades e eventos culturais (os Jogos, o Teatro...) e preparação do cidadão.	Diagnóstica Registo da participação (oral, escrita ou digital) dos alunos. Formativa	1.º Período (7 tempos x 45')
1.2 Uma cultura aberta à cidade	Caracterizar cultural e religiosamente a civilização grega em interação com as ideias de unidade, que se mantêm na dispersão da Hélade. Aprofundar a sensibilidade estética compreendendo como a arte grega espelha as ideias sociais e políticas da civilização que a criou. Relacionar as ideias da arte como espelho do pensamento da civilização grega.	Propõe-se que os alunos interpretem e analisem diversas fontes históricas, identificando as características da arte como meio de expressão do pensamento da civilização grega, nomeadamente a centralidade do templo, do Homem e do Belo como medida de todos os aspetos da vida pública e cultural, da ordem, equilíbrio, racionalidade, harmonia, simetria e proporção, ao longo das páginas 40 a 47. Para a promoção de monitorização da aprendizagem, propõe-se a sistematização de conhecimentos e as Tarefas Finais constantes nas páginas 48 a 51 (em casa ou na aula). Sugere-se também a realização das fichas 4 a 7 do Caderno de Atividades, ao longo da unidade, bem como da Ficha de Avaliação 1, disponível neste Caderno (pág. 22).	Registo da participação (oral, escrita ou digital) dos alunos. Formativa/ Sumativa	

Unidade 2 – O modelo romano

Conteúdos	Aprendizagens a desenvolver	Experiências de aprendizagem	Avaliação	Calendarização
2.1 Roma, cidade ordenadora de um império urbano	Situar cronológica e espacialmente Roma e o Império relacionando a sua organização político-administrativa com o seu contexto. Explicar a evolução e organização política e territorial do Império Romano atendendo às suas características sociais e legais. Interpretar a organização urbanística e as expressões culturais como meios e produtos do pensamento de unidade, pragmatismo e eficiência da civilização romana. Caracterizar a arte romana em termos de influências, especificidades e expressão civilizacional.	Levantamento das ideias dos alunos relativamente à Antiguidade Clássica e, mais especificamente, ao Império Romano pela observação e análise das páginas 52 e 53 (pode ser também utilizado o recurso multimédia «Ponto de Partida», disponível em 20 Aula Digital). Desafiam-se os alunos, ao longo das páginas 54 a 69, a pensar acerca da origem e modo de evolução/crescimento do Império Romano em termos de organização política, territorial, social e legal, atendendo simultaneamente ao legado da civilização romana à civilização europeia ocidental.	Diagnóstica	
2.2 A afirmação imperial de uma cultura urbana pragmática	Compreender o longo processo de romanização através do estudo aprofundado da aculturação das populações da península Ibérica pelo Império Romano, através de diversos meios e instrumentos de dominação. Relacionar as ideias de unidade, pragmatismo e eficiência presentes na civilização romana com o modo de organização política, económica, social e cultural do Império Romano.	Registo da participação (oral, escrita ou digital) dos alunos. Formativa		
2.3 A romanização da península Ibérica, um exemplo de integração de uma região periférica no universo imperial	Propõe-se que os alunos interpretem e analisem diversas fontes históricas, visando a compreensão da romanização na península Ibérica como um processo de aculturação, de integração da pluralidade destas regiões sob a égide do Estado imperial, identificando os instrumentos/agentes de romanização das populações submetidas ao domínio romano, ao longo das páginas 86 a 103. Para a promoção de monitorização da aprendizagem, propõe-se a sistematização de conhecimentos e as Tarefas Finais constantes nas páginas 104 a 107 (em casa ou na aula). Sugere-se também a resolução das fichas 8 a 13 do Caderno de Atividades ao longo da unidade.	Registo da participação (oral, escrita ou digital) dos alunos. Formativa/ Sumativa		1.º Período (12 tempos x 45')

Unidade 3 – O espaço civilizacional greco-latino à beira da mudança

1.º Período – 2 tempos letivos

Conteúdos	Aprendizagens a desenvolver	Experiências de aprendizagem	Avaliação	Calendarização
3.1 O espaço greco-latino à beira da mudança	Situar cronológica e espacialmente as mudanças ocorridas no seio do Império Romano e as consequências daí decorrentes em termos políticos, económicos, sociais e culturais. Descrever o aparecimento, difusão e princípios do cristianismo. Relacionar os diferentes fatores que contribuíram para o fim do Império Romano e o aparecimento de um novo espaço civilizacional europeu. Compreender o papel da Igreja Católica no seio da mudança europeia e da transmissão da herança clássica. Relacionar as mudanças significativas ocorridas com a queda do Império Romano com o fim da Antiguidade e o início da Idade Média.	Levantamento das ideias dos alunos pela observação e análise das páginas 108 e 109 relativamente ao aparecimento e difusão do Cristianismo e bem como do processo que provoca o fim do Império Romano do Ocidente (pode ser também utilizado o recurso multimédia «Ponto de Partida», disponível em 20 Aula Digital). Propõe-se que os alunos, com base na interpretação de fontes diversas e nas tarefas a resolver ao longo das páginas 110 a 113, descrevam o surgimento do cristianismo, os seus princípios doutrinários e as reações ambivalentes do Império. Os alunos, através da resolução das tarefas propostas nas páginas 114 a 117, desenvolverão o seu pensamento acerca da queda do Império Romano e do surgimento de uma nova realidade europeia. Propõe-se que os alunos interpretem e analisem diversas fontes históricas, ao longo das páginas 86 a 103, de modo a identificarem as ações da Igreja Católica como promotora de união num mundo europeu de grandes mudanças e guardiã da herança clássica. Para a promoção de monitorização da aprendizagem, propõe-se a sistematização de conhecimentos e as Tarefas Finais constantes nas páginas 118 a 121 (em casa ou na aula). Sugere-se também a realização da ficha 14 do Caderno de Atividades, bem como da Ficha de Avaliação 2, disponível neste Caderno (pág. 26).	Diagnóstica Registo da participação (oral, escrita ou digital) dos alunos. Formativa Registo da participação (oral, escrita ou digital) dos alunos. Formativa/ Sumativa	1.º e 2.º Períodos (2 tempos x 45')

Módulo 2 – O dinamismo civilizacional da Europa Ocidental nos séculos XIII a XIV – espaços, poderes e vivências

Unidade 1 – A identidade civilizacional da Europa Ocidental

Conteúdos	Aprendizagens a desenvolver	Experiências de aprendizagem	Avaliação	Calendarização
1.1 Poderes e crenças – multiplicidade e unidade	Situar cronológica e espacialmente o aparecimento de uma nova Europa Ocidental. Compreender os múltiplos fatores que contribuíram para o aparecimento de uma nova identidade civilizacional da Europa Ocidental. Distinguir os modos de organização (político, militar, económico e social) no espaço europeu: impérios, reinos, senhorios e comunas. Aprofundar os conflitos entre o poder temporal (monarquias) e o poder espiritual (Igreja) na Idade Média. Caracterizar o impacto da Igreja nas relações com o Império Bizantino e com o Islão. Identificar os principais fatores para expansão económica e conseqüente crescimento demográfico.	Levantamento das ideias dos alunos relativamente à Idade Média pela observação e análise das páginas 2 a 5 (pode ser também utilizado o recurso multimédia «Ponto de Partida», disponível em 20 Aula Digital). Propõe-se que os alunos, ao longo das páginas 6 a 17, observem e interpretem as diferentes fontes históricas analisando os fatores que contribuíram para o aparecimento da nova identidade civilizacional na Europa Ocidental, evidenciada pela constituição de impérios e reinos; pela emergência de poderes locais como os senhorios e as comunas; e pelo fortalecimento do papel da Igreja através das reformas eclesiásticas, bem como da sua afirmação face ao Império Bizantino e ao Islão num processo de mudança e novo significado do espaço histórico. Pela análise de fontes históricas, ao longo das páginas 18 a 21, os alunos compreenderão a importância da terra como principal fonte de rendimento do Homem medieval e como o clima de paz, aliado ao avanço nos instrumentos e inovações técnicas, provocou o aumento da produção agrícola. Os alunos, ao longo das páginas 22 a 29, analisarão fontes históricas que visam reconhecer a conexão entre o crescimento económico, o crescimento demográfico, o crescimento das cidades e o aparecimento de grandes centros de comércio externo.	Diagnóstica Registo da participação (oral, escrita ou digital) dos alunos. Formativa Registo da participação (oral, escrita ou digital) dos alunos.	2.º Período (7 tempos x 45')
1.2 O quadro económico e demográfico – expansão e limites de crescimento				

	Relacionar o crescimento económico com o aparecimento de grandes polos comerciais e fortalecimento das principais rotas comerciais.	Ao longo das páginas 30 a 33, os alunos compreenderão de que forma a realidade histórica interrelaciona as várias dimensões históricas num processo complexo de explicação multifatorial, condicionando a fragilidade sentida na Europa no século XIV – refletidos nas fomes, pestes e guerras.	Registo da participação (oral, escrita ou digital) dos alunos.
	Compreender como as fomes, pestes e guerras demonstraram a fragilidade da população europeia gerando um desequilíbrio demográfico.	Para a promoção de monitorização da aprendizagem, propõe-se a sistematização de conhecimentos e as Tarefas Finais constantes nas páginas 34 a 37 (em casa ou na aula). Sugere-se também a realização das fichas 11 a 17 do Caderno de Atividades, ao longo da unidade, bem como da Ficha de Avaliação 3, disponível neste Caderno (pág. 30).	Formativa/ Sumativa

Unidade 2 – O espaço português – a consolidação de um reino cristão ibérico

Conteúdos	Aprendizagens a desenvolver	Experiências de aprendizagem	Avaliação	Calendarização
2.1 A fixação do território: da Reconquista ao estabelecimento e fortalecimento de fronteiras	Situar cronológica e espacialmente a fundação do reino de Portugal, inserindo-o no movimento da Reconquista Cristã. Compreender o modo de organização da sociedade portuguesa como reflexo do quadro organizador da vida económica e social: senhorios e concelhos.	Levantamento das ideias dos alunos relativamente à consolidação do reino de Portugal pela observação e análise das páginas 38 e 39 (pode ser também utilizado o recurso multimédia «Ponto de Partida», disponível em 20 Aula Digital). Os alunos, ao longo das páginas 40 a 47, relacionarão o movimento da Reconquista Cristã com a configuração do espaço português e com a definição de uma monarquia guerreira e religiosa, compreendendo as mudanças do espaço histórico.	Diagnóstica Registo da participação (oral, escrita ou digital) dos alunos.	2.º Período (16 tempos x 45')

2.2 O país rural e senhorial	Reconhecer o senhorio como espaço ruralizado, caracterizado pelos privilégios adquiridos e marcado pelas relações de dependência com a comunidade rural.	Propõe-se que os alunos leiam e analisem diversas fontes identificando formas de organização espacial do país rural e senhorial, relações de poder entre monarcas e senhores, exercício do poder senhorial, composição do senhorio e criação de laços de dependência entre senhores e comunidades rurais ao longo das páginas 48 a 63.	
2.3 O país urbano e concelho	Demonstrar o papel dos concelhos como espaços de resistência ao poder senhorial e de reforço do poder régio.	Pretende-se que os alunos, ao longo das páginas 64 a 79, expliquem as particularidades dos concelhos e a sua importância para o crescimento económico, resistência face aos avanços do senhorialismo e apoio no fortalecimento do poder régio.	Registo da participação (oral, escrita ou digital) dos alunos.
2.4 O poder régio, fator estruturante da coesão interna do reino	Distinguir a diversidade de estatutos da população concelhia e formas de relacionamento com o poder senhorial e poder régio. Reconhecer o fortalecimento do poder régio em Portugal, através da aplicação de mecanismos de centralização, assim como fator estruturante de coesão interna do país senhorial e concelhio. Articular a coesão interna do reino de Portugal com a afirmação de Portugal no quadro político ibérico.	Desafiam-se os alunos a reconhecer, ao longo das páginas 80 a 103, que a centralização do poder régio e as medidas tomadas na administração central e local, para combater a expansão senhorial e promover as elites urbanas, foram fatores de coesão interna e afirmação de Portugal no contexto ibérico. Para a promoção de monitorização da aprendizagem, propõe-se a sistematização de conhecimentos e as Tarefas Finais constantes nas páginas 104 a 107 (em casa ou na aula). Sugere-se também a realização das fichas 18 a 22 do Caderno de Atividades, ao longo da unidade.	Formativa/ Sumativa

Unidade 3 – Valores, vivências e cotidiano

Conteúdos	Aprendizagens a desenvolver	Experiências de aprendizagem	Avaliação	Calendarização
3.1 A experiência urbana	Compreender como a arte, no período medieval, é reflexo dos acontecimentos políticos, económicos, sociais e religiosos da época. Distinguir as características da arte românica e da arte gótica.	Levantamento das ideias dos alunos relativamente ao desenvolvimento da cultura e mentalidades na Idade Média pela observação e análise das páginas 108 e 109 (pode ser também utilizado o recurso multimédia «Ponto de Partida», disponível em 20 Aula Digital). Pretende-se que os alunos, ao longo das páginas 110 a 117, analisem e comparem as características da arte românica e da arte gótica, assinalando mudanças e continuidades.	Diagnóstica Registo da participação (oral, escrita ou digital) dos alunos.	
3.2 A vivência cortesã	Compreender o papel das ordens mendicantes, confrarias e corporações para a renovação da religiosidade. Enquadrar o aparecimento das universidades na Idade Média. Aprofundar a vida cultural nas cortes régias e senhoriais.	Os alunos deverão avaliar o papel das cidades no aparecimento das ordens mendicantes, confrarias e corporações na renovação das formas de religiosidade, através das páginas 118 a 121. Os alunos, ao longo das páginas 122 a 125, deverão explicar a fundação e complexificação das universidades. Através da resolução das tarefas propostas nas páginas 126 a 133, os alunos conhecerão a mentalidade da sociedade medieval, aprofundando a cultura erudita e a cultura popular.	Formativa Registo da participação (oral, escrita ou digital) dos alunos.	2.º Período (7 tempos x 45')
3.3 A difusão do gosto e da prática das viagens	Distinguir cultura erudita de cultura popular. Reconhecer o gosto e a prática pelas viagens nos finais da Idade Média.	Propõe-se que os alunos, ao longo das páginas 134 a 137, compreendam que os negócios, as missões diplomáticas e as crenças religiosas foram fatores determinantes para incrementar o número de viagens no espaço europeu e com outros continentes. Para a promoção de monitorização da aprendizagem, propõe-se a sistematização de conhecimentos e as Tarefas Finais constantes nas páginas 140 a 143 (em casa ou na aula). Sugere-se também a realização das fichas 23 a 25 do Caderno de Atividades, ao longo da unidade, bem como da Ficha de Avaliação 4, disponível neste Caderno (pág. 34).	Formativa/ Sumativa	

Módulo 3 – A abertura europeia ao mundo: mutações nos conhecimentos, sensibilidades e valores nos séculos XV e XVI

Unidade 1 – A geografia cultural europeia de Quatrocentos e Quinhentos

Conteúdos	Aprendizagens a desenvolver	Experiências de aprendizagem	Avaliação	Calendarização
1.1 Principais centros culturais de produção e difusão de sínteses e inovações	Situar cronológica e espacialmente as principais transformações e centros de produção e difusão do Renascimento. Identificar as mudanças e inovações ocorridas no Ocidente nos séculos XV e XVI Relacionar o desenvolvimento cultural e artístico do Renascimento com os progressos técnicos, o ressurgimento da vida urbana e a acumulação de riqueza das cidades italianas e do Norte da Europa.	Levantamento das ideias dos alunos) relativamente ao Renascimento pela observação e análise dos documentos das páginas 2 a 5 (pode ser também utilizado o recurso multimédia «Ponto de Partida», disponível em 20 Aula Digital). Desafiam-se os alunos a pensar acerca da importância do Homem na época do Renascimento, a partir da frase introdutória de Pico della Mirandola (página 4), comparando-a com as abordagens sobre a conceção do Homem realizadas nas unidades anteriores.	Diagnóstica	
	com os progressos técnicos, o ressurgimento da vida urbana e a acumulação de riqueza das cidades italianas e do Norte da Europa.	Desafiam-se os alunos a pensar acerca da importância do Homem na época do Renascimento, a partir da frase introdutória de Pico della Mirandola (página 4), comparando-a com as abordagens sobre a conceção do Homem realizadas nas unidades anteriores.	Registo da participação (oral, escrita ou digital) dos alunos.	
	Relacionar o desenvolvimento cultural e artístico do Renascimento com os progressos técnicos, o ressurgimento da vida urbana e a acumulação de riqueza das cidades italianas e do Norte da Europa.	Propõe-se, através da análise dos documentos das páginas 6 a 13, que os alunos identifiquem as mudanças ocorridas no Ocidente nos séculos XV-XVI que justificam o início de uma nova época histórica.	Formativa	
	Comparar os conhecimentos que os Europeus tinham do mundo antes e depois das descobertas marítimas promovidas pelos povos ibéricos.	Incentivam-se os alunos, através da resolução das tarefas propostas das páginas 6 a 13, a desenvolverem o seu pensamento, refletindo acerca das relações existentes entre o crescimento das cidades e a reanimação do comércio, com a promoção de diversas inovações de caráter técnico, científico e o desenvolvimento da vida material, ocorridos desde a Idade Média tardia, até finais do século XVI.	Registo da participação (oral, escrita ou digital) dos alunos.	2.º e 3.º Períodos (3 tempos x 45')
1.2 O cosmopolitismo das cidades hispânicas – importância de Lisboa e Sevilha	Comparar os conhecimentos que os Europeus tinham do mundo antes e depois das descobertas marítimas promovidas pelos povos ibéricos. Identificar as rotas das grandes viagens dos europeus nos séculos XV e XVI Caracterizar a importância das cidades hispânicas nos séculos XV e XVI.	Propõe-se que os alunos interpretem e analisem fontes históricas, comparando os conhecimentos que os Europeus tinham do mundo na Idade Média, com os conhecimentos que as viagens dos povos ibéricos promoveram nos séculos XV e XVI (páginas 14 a 17). Perspetiva-se que os alunos infiram, através da proposta de análise e interpretação de fontes das páginas 14 a 17, a importância das cidades de Lisboa e Sevilha para o alargamento do conhecimento do mundo nos séculos XV e XVI. Sugere-se também a realização da ficha 26 do Caderno de Atividades.	Formativa	

Unidade 2 – O alargamento do conhecimento do mundo

Conteúdos	Aprendizagens a desenvolver	Experiências de aprendizagem	Avaliação	Calendarização
1. O contributo português para o alargamento do conhecimento geográfico	Situar cronológica e espacialmente as principais descobertas dos povos ibéricos e europeus nos séculos XV e XVI. Identificar as mudanças ocorridas no conhecimento geográfico do mundo nos séculos XV e XVI. Relacionar as viagens de descoberta empreendidas pelos Portugueses com os conhecimentos de outros povos.	Levantamento das ideias dos alunos relativamente ao conhecimento do Mundo pelos europeus, no século XV, pela observação e análise dos documentos das páginas 18 e 19 (pode ser também utilizado o recurso multimédia «Ponto de Partida», disponível em 20 Aula Digital). Desafiam-se os alunos a relacionar o conhecimento e representação do mundo antes das navegações portuguesas do século XV com o fenómeno de expansão planetária empreendido na época. Propõe-se, através da análise dos documentos das páginas 20 a 25, que os alunos identifiquem as mudanças ocorridas nos conhecimentos técnicos de navegação e do conhecimento cartográfico do mundo.	Diagnóstica Registo da participação (oral, escrita ou digital) dos alunos. Formativa	
2. O conhecimento científico da Natureza	Compreender a importância da observação da Natureza e da experiência marítima para o desenvolvimento das técnicas náuticas e do desenvolvimento da cartografia. Caracterizar a mentalidade quantitativa nos séculos XV e XVI. Relacionar os contributos da expansão marítima com a emergência da mentalidade moderna (experencialismo). Interpretar o conhecimento científico da Natureza e a matematização do real como meios e produtos dos avanços tecnológicos da sociedade dos séculos XV e XVI – o Renascimento.	Perspetiva-se que os alunos identifiquem os instrumentos náuticos utilizados pelos descobridores portugueses no início da Expansão e os comparem com os diferentes instrumentos e conhecimentos por eles promovidos durante o período das Descobertas. Propõe-se aos alunos que analisem e interpretem um conjunto diversificado de fontes, propostas nas páginas 20 a 31, visando a compreensão da importância do contributo dos portugueses para o desenvolvimento do cálculo e da geometria, e para a formação da mentalidade quantitativa moderna. Desafiam-se os alunos refletir sobre a importância da observação atenta e crítica da Natureza para o despertar da revolução cosmológica e a refutação do saber tradicional vigente na época. Para a promoção de monitorização da aprendizagem, propõe-se a sistematização de conhecimentos e as Tarefas Finais constantes nas páginas 32 a 35 (em casa ou na aula). Sugere-se também a realização da ficha 27 do Caderno de Atividades, bem como da Ficha de Avaliação 5, disponível neste Caderno (pág. 38).	Registo da participação (oral, escrita ou digital) dos alunos. Formativa/ Sumativa	3.º Período (3 tempos x 45')

Unidade 4 – A renovação da espiritualidade e da religiosidade

Conteúdos	Aprendizagens a desenvolver	Experiências de aprendizagem	Avaliação	Calendarização
4.1 A reforma protestante	Situar cronológica e espacialmente as mudanças religiosas ocorridas na Europa. Enquadrar os movimentos de individualismo religioso e de críticas à Igreja Católica, no contexto político e religioso mais alargado. Compreender o movimento da rutura teológica de Martinho Lutero, tendo em conta o desejo de renovação da espiritualidade. Caraterizar os valores e ideias defendidas pelas Igrejas protestantes.	Levantamento das ideias dos alunos relativamente à renovação da espiritualidade e religiosidade na Idade Média e Idade Moderna pela observação e análise das páginas 100 e 101 (pode ser também utilizado o recurso multimédia «Ponto de Partida», disponível em 20 Aula Digital). Propõe-se que os alunos, ao longo das páginas 102 a 113, compreendam como o Grande Cisma do Ocidente, os movimentos religiosos, a contestação aos dogmas da Igreja Católica e o aparecimento e difusão das Igrejas Reformadas permitiram a renovação da espiritualidade e religiosidade na Europa. Os alunos, através da resolução das tarefas propostas nas páginas 114 a 121, comparam as diferenças doutrinais entre as Igrejas Reformadas e a Igreja Católica, aprofundando o conhecimento das medidas tomadas, como a reforma disciplinar e a reafirmação dos dogmas e do culto tradicional; o combate ideológico através do <i>Index</i>, Inquisição e Companhia de Jesus.	Diagnóstica Registo da participação (oral, escrita ou digital) dos alunos. Formativa	3.º Período (6 tempos x 45')
4.2 A Contra-Reforma e a Reforma Católica	Explicar as principais diferenças doutrinais da Reforma Protestante e da Reforma Católica. Interpretar o impacto da Reforma Católica na sociedade portuguesa.	Desafiam-se os alunos a enquadrar as medidas da Reforma Católica explanadas ao longo das páginas 122 a 125, principalmente as tomadas pelo concílio de Trento, no contexto da sociedade portuguesa. Para a promoção de monitorização da aprendizagem, propõe-se a sistematização de conhecimentos e as Tarefas Finais constantes nas páginas 136 a 139 (em casa ou na aula). Sugere-se também a realização das fichas 32 a 34 do Caderno de Atividades, ao longo da unidade.	Registo da participação (oral, escrita ou digital) dos alunos. Formativa/ Sumativa	

Unidade 5 – As novas representações da Humanidade

Conteúdos	Aprendizagens a desenvolver	Experiências de aprendizagem	Avaliação	Calendarização
5.1 O encontro de culturas e as dificuldades de aceitação do princípio da unidade do género humano: evangelização e escravização; os antecedentes da defesa dos direitos humanos	Situar cronológica e espacialmente os encontros entre povos. Reconhecer as ideias cristãs como estruturantes para a identidade dos europeus e ponto de referência na apreciação qualitativa das outras culturas/civilizações. Valorizar os contactos civilizacionais como meio estruturante para uma mudança do conceito de Humanidade. Compreender como o encontro de povos provocou embates civilizacionais pela superioridade europeia em relação ao «Novo Mundo».	Levantamento das ideias dos alunos relativamente ao encontro entre povos na Idade Moderna pela observação e análise das páginas 126 e 127, (pode ser também utilizado o recurso multimédia «Ponto de Partida», disponível em 20 Aula Digital). Desafiam-se os alunos, ao longo das páginas 128 a 135, a desenvolverem o seu pensamento acerca de como a expansão ultramarina alargou o conceito de Humanidade, negou a existência de povos inferiores e permitiu o relativismo cultural, através da aceitação do «Outro» e a universalização dos Direitos Humanos. Para a promoção de monitorização da aprendizagem, propõe-se a sistematização de conhecimentos e as Tarefas Finais constantes nas páginas 136 a 139 (em casa ou na aula). Sugere-se também a realização da ficha 35 do Caderno de Atividades, bem como da Ficha de Avaliação 6, disponível neste Caderno (pág. 42).	Diagnóstica Registo da participação (oral, escrita ou digital) dos alunos. Formativa Registo da participação (oral, escrita ou digital) dos alunos. Formativa/ Sumativa	3.º Período (2 tempos x 45')

Modelo de plano de aula

Módulo 1 – Raízes mediterrânicas da civilização europeia – cidade, cidadania e império na Antiguidade Clássica

2. O modelo romano

2.1 Roma, cidade ordenadora de um império urbano

A cidade de Roma, desde a sua fundação até à constituição do Império, teve, ou não, um papel de promoção da unidade de povos e territórios diversos?

Conteúdo(s)

Roma: as origens do Império

Conteúdo(s)

Império

Aprendizagens relevantes desejadas

- Contextualizar cronológica e espacialmente a realidade em estudo, atendendo ao espaço mediterrânico como lugar de encontros e de sínteses.
- Interpretar fontes históricas de natureza diversa, inferindo informações que sustentem a construção do conhecimento histórico.
- Formular hipóteses explicativas de factos históricos, baseado em fontes históricas diversas.
- Compreender a dinâmica da organização em cidades na Antiguidade, nomeadamente no Império Romano, como um processo simultâneo de continuidade e de mudança, condicionado por uma multiplicidade de fatores.

Recursos

Manual – págs. 54-57

Caderno de Atividades – Ficha 8

20 AULA DIGITAL

- Atividade inicial – Ponto de partida: ideias prévias acerca do modelo romano
- Animação – A expansão romana
- PowerPoint – O Império Romano: pragmatismo e unidade

Momento 1

Contextualização da realidade histórica proposta para estudo através da leitura do «Horizonte da História» da página 54, tentando que os alunos contextualizem a origem do Império Romano no espaço mediterrânico da Antiguidade.

Nota: Se ainda não foi realizado, propõe-se o levantamento de ideias prévias acerca de conceitos que se considerem relevantes para o estudo da realidade histórica proposta com a possibilidade de uso do recurso multimédia «Ponto de Partida» – disponível em 20 Aula Digital –, disponibilizado para a definição em contínuo dos conceitos.

Desenvolvimento

Trabalhar os documentos propostos nas páginas 54 e 55, de forma cruzada, seguindo o guia orientador de questões, que devem ser respondidas pelos alunos a pares. As questões propostas estão direcionadas para o trabalho da inferência de informações, com base nas fontes históricas diversas, acerca da localização de Roma, povos fundadores, regiões e número de habitantes que constituem o Império, e do modo de organização em cidades do Império.

Simultaneamente, propõe-se que os alunos, através das questões propostas, reflitam acerca das diversas perspetivas e dos diferentes tipos de explicações da origem/fundação de Roma, da imensidão do Império, e de como as fontes históricas permitem, ou não, suportar essas explicações.

Propõem-se ainda que, de forma mais global, os alunos articulem os conhecimentos já desenvolvidos acerca do modo de organização das civilizações na Antiguidade, refletindo acerca das continuidades e das mudanças percebidas em Roma.

Síntese

Individualmente, a pares ou em grande grupo-turma, analisar o esquema «Em síntese», da página 57, e realizar as propostas de tarefa da mesma página, na sala de aula ou em casa. A sua correção poderá ser utilizada como meio de iniciar a aula seguinte.

Avaliação

Formativa – todos os materiais produzidos pelos alunos, as suas respostas às tarefas realizadas.

FICHAS DE AVALIAÇÃO

Disponível em formato editável em **20** AULA DIGITAL

Ficha de avaliação 1

O modelo ateniense

Nome _____ Ano _____ Turma _____ N.º _____ Data _____

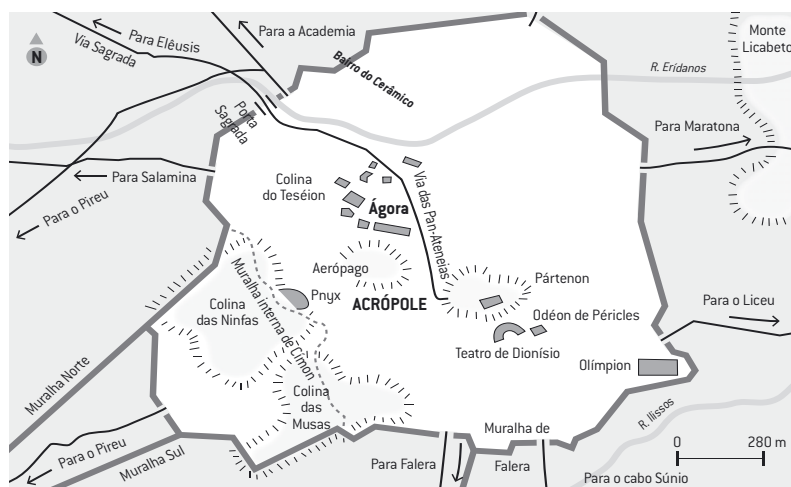
I

1. Leia e observe os documentos.

Doc. 1 – O território grego

O traço mais saliente desta guarda avançada dos Balcãs no Mediterrâneo é o predomínio da montanha. (...) Por todo o lado está o mar (...), a verdadeira via de comunicação, visto que a compartimentação do solo torna as relações terrestres difíceis (e, com efeito, a Grécia não conhecerá verdadeira rede de estradas até ao período romano). Ele é tentação tanto mais poderosa quanto a Hélade [civilização grega, organizada em várias cidades-estado sem continuidade territorial] é, por todo o lado, cingida por ilhas cujos cumes servem de balizas e os portos de escala para os mareantes. (...) A estreiteza das planícies e os exageros do clima são pouco favoráveis à agricultura.

Pierre Lévêque, *A Aventura Grega*, Lisboa, Edições Cosmos, 1967.



Doc. 2 – Planta urbanística de Atenas

1.1 Caracterize geograficamente o território da Hélade.

1.2 Identifique os principais espaços cívicos da cidade grega.

1.3 Relacione as características geográficas da Hélade com a forma de organização político-administrativa em cidades-estado.

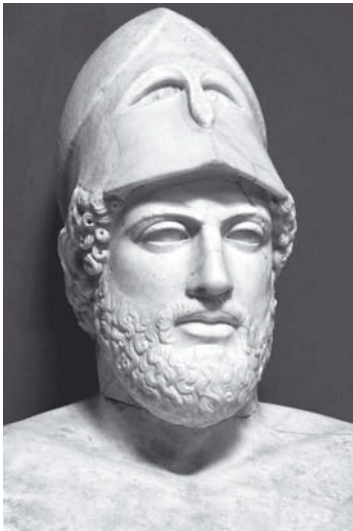
2. Atente nos documentos.

Doc. 3 – A democracia ateniense vista por Aristóteles

São as seguintes as características da democracia: escolha dos cargos por todos; governo de todos por cada um e de cada um por todos à vez; tiragem à sorte para todos os cargos ou pelo menos para todos os que não necessitam de experiência ou de conhecimentos técnicos; ausência de qualquer censo [pagamento] para aceder aos cargos ou extremamente reduzido; proibição de um mesmo cidadão ser magistrado duas vezes seguidas, salvo casos raros e em alguns cargos, com exceção das funções militares; curta duração de todos ou do maior número possível dos cargos; administração da justiça pelos cidadãos, escolhidos entre todos, com competência para julgar (...); poder soberano da Assembleia em todas as matérias.

Deste modo (...) estavam asseguradas na constituição a igualdade e a liberdade.

Aristóteles, filósofo ateniense do séc. IV a.C., *Tratado da Política* (adaptado).



Doc. 4 – A democracia segundo Péricles.

O nosso sistema político é [a] democracia, pelo facto de a direção do Estado não se limitar a poucos, mas se estender à maioria; em relação às questões particulares, há igualdade perante as leis; quanto à consideração social, à medida em que cada um é conceituado, não se lhe dá preferência nas honras públicas pela sua classe, mas pelo seu mérito; (...)

Em resumo, direi que esta cidade, no seu conjunto, é a escola da Grécia.

Discurso de Péricles, segundo Tucídides, historiador ateniense do séc. V a.C., *Guerra do Peloponeso* (adaptado).

Doc. 5 – Péricles (c. 415-429 a.C.)

População da Ática – Atenas – 400 000 habitantes (aprox.)			
Cidadãos	Família dos cidadãos	Metecos e suas famílias	Escravos
40 000	80 000	80 000	200 000
Com direitos políticos	Sem direitos políticos		

Doc. 6 – Grupos sociais de Atenas no período democrático.

2.1 Explique o funcionamento da democracia ateniense. A sua resposta deve contemplar os seguintes aspetos:

- os princípios que regiam a democracia e os direitos dos cidadãos;
- as instituições que governavam a cidade de Atenas;
- as especificidades da democracia antiga.

3. Leia e observe os documentos.

Doc. 7 – A Tragédia

Teseu – A nossa cidade não está sob o poder de um só homem: ela é livre. O seu povo governa-a; à vez, os cidadãos recebem o poder, por um ano. Não concede nenhum privilégio à fortuna. O pobre e o rico têm direitos iguais.

Arauto Tebano – A cidade de onde venho é governada por um só homem, e não pela multidão. (...) Aliás como é que o povo, que não é capaz de raciocínios corretos, poderia conduzir uma cidade pelo caminho certo?

Teseu – (...) Para uma cidade, nada é pior que um tirano. Sob a tirania, as leis não são as mesmas para todos. Pelo contrário, sob as leis escritas, pobres e ricos têm os mesmos direitos. O fraco pode responder ao insulto do forte, e o pequeno, se tiver o direito por ele, pode levar a melhor ao grande. A liberdade, ela está nestas palavras: «Quem quer dar à assembleia uma opinião sensata para o bem da cidade?» Quem quer falar põe-se à frente, quem não tem nada para dizer cala-se. Pode-se imaginar mais bela igualdade entre cidadãos?

Eurípides, *As Suplicantes*, c. 422 a.C.



Doc. 8 – O deus Dionísio. Foi do rito religioso dedicado a este deus que se desenvolveu o Teatro (pormenor de vaso do séc. V a.C.).

3.1 Mostre como é que as festividades assumiam, simultaneamente, um carácter cívico e religioso.

IV

4. Observe o documento.



Doc. 9 – A educação básica na Grécia (pormenor de vaso do séc. V a.C.).

4.1 Identifique as várias áreas de saber que constituíam a educação das crianças gregas.

5. Observe os documentos.



Doc. 10 – Pormenor do Pártenon
(acrópole de Atenas, c. 447-433 a.C.).



Doc. 11 – Pormenor do Eréction
(Atenas, 2.ª metade do séc. V a.C.).



Doc. 12 – Apoxiómeno, de Lisipo (séc. IV a.C.).

5.1 Distinga as duas ordens arquitetónicas representadas.

5.2 Caracterize a arquitetura e a escultura gregas, aplicando os conceitos de Belo, Harmonia, Proporção, e Idealismo.

Ficha de avaliação 2

O modelo romano

O espaço civilizacional greco-latino à beira da mudança

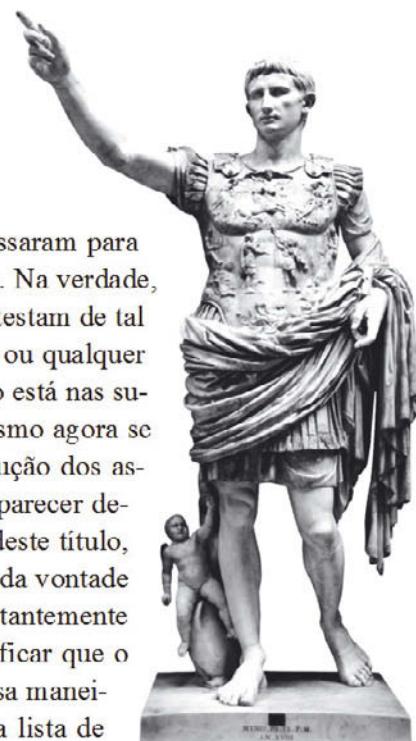
Nome _____ Ano _____ Turma _____ N.º _____ Data _____

I

1. Leia e observe os documentos.

Doc. 1 – O Império e os poderes do imperador César Augusto

Foi, deste modo, que todos os poderes do Senado e do Povo Romano passaram para Augusto e, a partir deste momento, estabeleceu-se uma verdadeira monarquia. Na verdade, seria correto dar a este regime o nome de monarquia (...) mas os Romanos detestam de tal maneira este nome que recusam chamar aos seus imperadores, ditadores, reis ou qualquer outra designação do género. No entanto, como toda a administração do Estado está nas suas mãos não podemos de deixar de os considerar como reis. É certo que, mesmo agora se nomeiam magistrados segundo as leis (...); mas toda a administração e condução dos assuntos públicos se conformam com os desejos de quem detém o poder. Para parecer detê-lo não por vontade própria mas legalmente, os imperadores tomam, além deste título, todos aqueles que, à exceção da ditadura, dependiam no tempo da República da vontade do Povo e do Senado. Gerem frequentemente o consulado (...); fazem-se constantemente aclamar como *imperator*, quer tenham ou não vitórias, e tudo isto para significar que o seu poder é absoluto (...) em virtude do seu poder censorial, investigam a nossa maneira de viver e os nossos costumes, procedem aos recenseamentos, elaboram a lista de cavaleiros e senadores e podem excluir delas quem eles quiserem. Pelo facto de serem consagrados como sacerdotes (...) detêm o pontificado máximo e são senhores de todas as coisas santas e sagradas.



Doc. 2 – Octaviano César Augusto (63 a.C. – 14).

Dion Cássio, historiador romano dos sécs. II-III,
História Romana (adaptado).



Doc. 3 – O Império Romano (séc. II).

1.1 A partir dos documentos 1, 2 e 3, caracterize a civilização romana em termos político-institucionais. A sua resposta deve contemplar, pela ordem que entender, os seguintes aspetos:

- a evolução política da civilização romana;
- as instituições políticas de Roma;
- o modo como Octaviano César Augusto legitimou o seu poder como imperador;
- as contradições entre a existência de uma República e o poder Imperial.

II

2. Leia o documento.

Doc. 4 – A Roma de Octaviano César Augusto

Não possuía Roma um aspeto digno da majestade do Império e, por outro lado, estava sujeita a inundações e a incêndios. Augusto embelezou-a de tal forma que se pôde vangloriar de a deixar em mármore, após a ter recebido em tijolo. Entre o grande número de monumentos públicos que se lhe devem, contam-se o Fórum e o templo de Marte Vingador, o templo de Apolo, no Palatino e o de Júpiter Tonante, no Capitólio. (...) Mandou também executar alguns trabalhos conhecidos por outros nomes (...): o pórtico e a basílica (...) e o teatro de Marcelo. Frequentemente, exortava os principais cidadãos a decorarem a cidade, de acordo com os seus meios.

Suetónio, historiador romano dos séculos I-II, *Vidas dos Doze Césares* (adaptado)

2.1 Identifique o centro da vida das cidades romanas.

2.2 Relacione as expressões realçadas no documento com:

- a) o espírito pragmático romano;
- b) o culto da cidade de Roma.

3. Atente nos documentos.

Doc. 5 – O Direito Romano

As bibliotecas de todos os filósofos, ultrapassa-as (...) um só livrinho, o das *Doze Tábuas*, fonte e cabeça das nossas leis, pelo peso da sua autoridade e pela riqueza da sua utilidade. [Roma] empregou tanta sabedoria no estabelecimento do direito, quanta pôs na aquisição da enorme potência do seu império. (...) É inacreditável como o Direito Civil, para além do nosso, é rude e quase ridículo. É assunto em que tenho por hábito espalhar-me nas minhas conversas diárias, quando coloco a clarividência dos nossos homens à frente de todos os restantes, e especialmente dos Gregos.

Cícero, orador romano dos séculos II-I a.C., *Do orador*.



Doc. 6 – O imperador Marco Aurélio Antonino, conhecido como *Caracala*, concedeu a cidadania romana a todos os cidadãos do Império, em 212.

3.1 Indique as origens do Direito Romano.

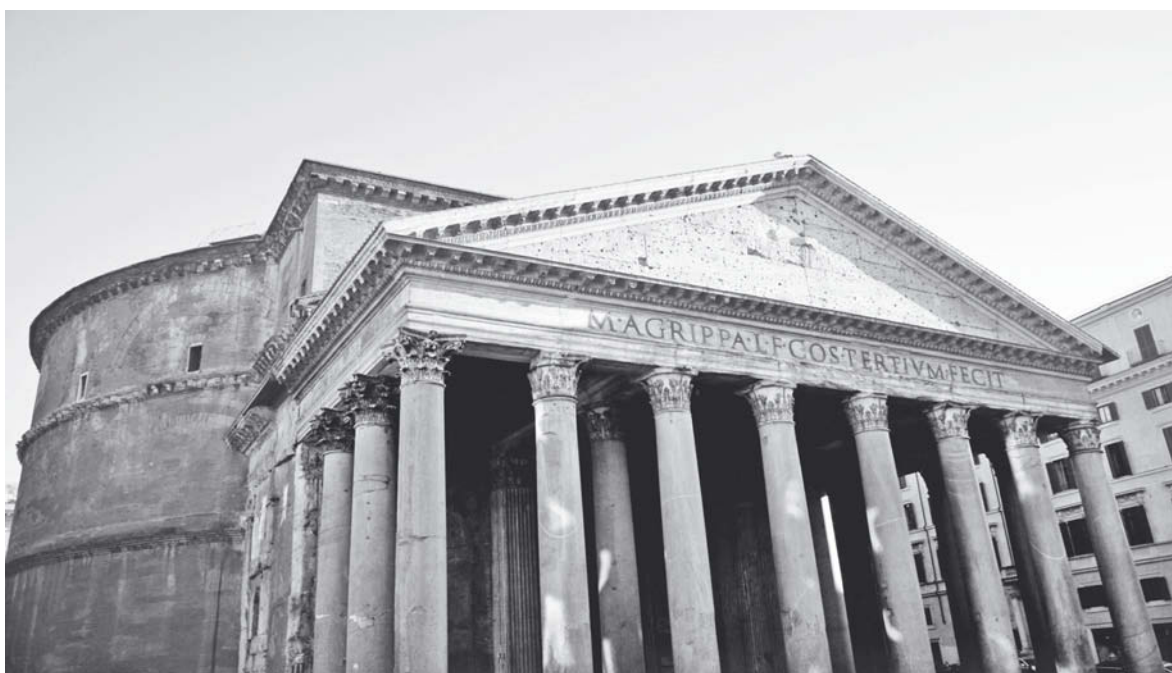
3.2 Explique a importância do Direito Romano atendendo à extensão e pensamento unificador do Império Romano.

3.3 Caracterize a cidadania romana até ao édito do imperador Caracala.

4. Observe os documentos.



Doc. 7 – Coliseu, Roma (séc. I).



Doc. 8 – Panteão, Roma (séc. II).

4.1 Caracterize a arquitetura romana, atendendo às suas influências e modo de expressão do pensamento do Império.

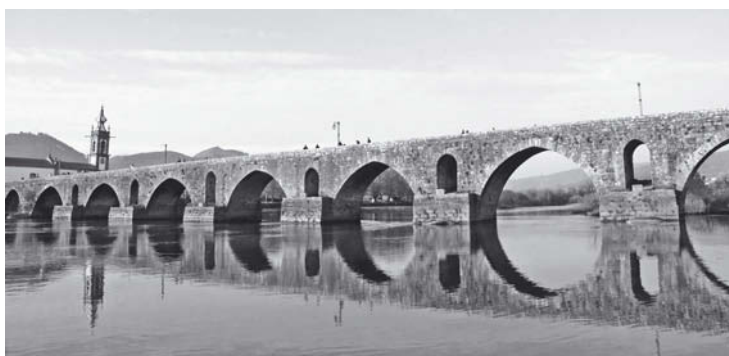
IV

5. Atente nos seguintes documentos.



Doc. 9 – Fragmento de pintura mural, Pompeia (séc. I a.C.).

Doc. 10 – Pormenor do conjunto arqueológico de Mérida (séc. I a.C.).



Doc. 11 – Ponte romana de Chaves – cidade romana de *Aqua Flaviae* (sécs. I-II).

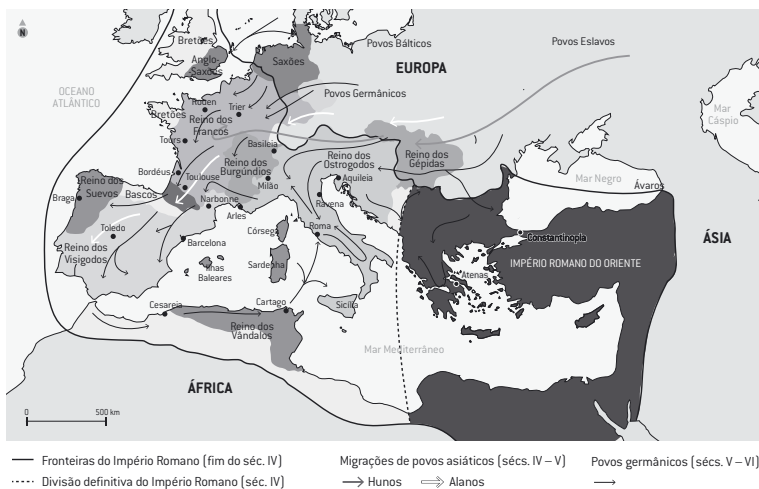


Doc. 12 – Capacete de legionário romano – reconstituição.

5.1 Caracterize, atendendo à tipologia e temática, a pintura romana.

5.2 Explique como se desenvolveu o processo de romanização dos povos conquistados pelo Império, salientando o papel das cidades na teia imperial e as mudanças provocadas no modo de vida e economia desses povos.

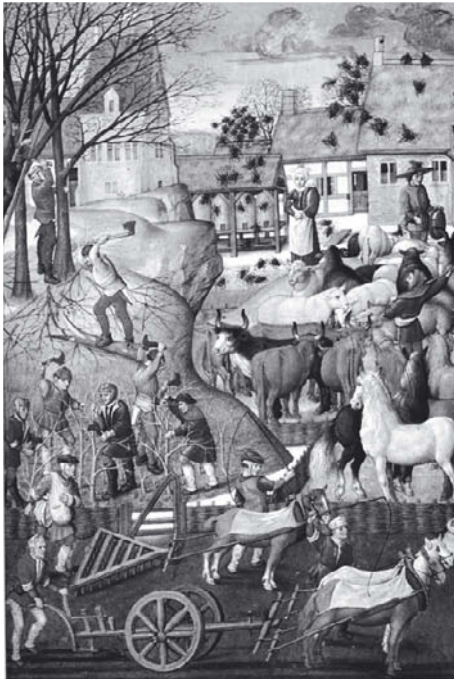
6. Observe o documento.



6.1 Explique como se desmoronou o Império Romano.

Doc. 13 – A Europa entre os séculos IV e VI.

3. Atente nos documentos.



Doc. 4 – Os progressos técnicos na Alta Idade Média.

Doc. 5 – A ligação entre o mundo rural e o mundo urbano

No fim do século XIII, os campos do Ocidente apresentavam já uma diversidade em alguns países: economias especializadas, paisagens agrárias muito particulares (...).

O fator decisivo foi a ação das cidades e dos seus mercados sobre os campos: surto da população e do consumo urbanos, nível de vida mais elevado, multiplicação da procura de panos e telas, meios de transporte que permitem agora enviar para muito longe produtos a um preço razoável, dispersão (...) das indústrias pelos campos.

Jacques Heers, *L'Occident aux XIV et XV siècles, Aspects Économiques et Sociaux*, Paris, PUF, 1966



Doc. 6 – Grandes rotas comerciais na Idade Média.

3.1 Explique os fatores que contribuíram para o desenvolvimento da economia europeia entre os séculos VIII a XIII. A sua resposta deve contemplar os seguintes aspetos:

- a posse da terra e os progressos técnicos;
- o crescimento das cidades e o incremento comercial;
- a economia monetária e financeira.

4. Atente na cronologia.

Doc. 7 – Principais factos históricos de Portugal medieval	
585	Os Visigodos dominam toda a península Ibérica.
711	Invasão muçulmana.
718	Início da Reconquista Cristã.
958	Portucale como condado administrativo.
1064	Reconquista de Coimbra.
1090	Segunda estadia de D. Raimundo da Borgonha na península, acompanhado pelo seu primo, D. Henrique.
1095 1096	D. Henrique casa com D. Teresa, filha de Afonso VI de Leão, e recebe a chefia do condado Portucalense (entre o Lima e o Mondego).
1109	Afonso VII, filho de D. Urraca e D. Raimundo governa Leão e Castela.
1111	O conde D. Henrique concede foral a Coimbra.
1114 1115	D. Teresa, já viúva, assume o governo do condado e participa na Cúria Régia de Oviedo (ligações a nobres galegos).
1121	O galego Fernão Peres de Trava governa Portucale e Coimbra. Afonso Henriques, filho de D. Teresa e D. Henrique, arma-se cavaleiro e assume uma atitude de rebeldia contra Leão e Castela.
1127	Afonso VII cerca o castelo de Guimarães e obriga o seu primo, D. Afonso Henriques, a renovar a vassalagem.
1128	Batalha de S. Mamede. Afonso Henriques assume a chefia do condado Portucalense.
1130	Invasão da Galiza por D. Afonso Henriques.
1139	Batalha de Ourique contra os Muçulmanos.
1143	Conferência de Zamora: Afonso VII reconhece D. Afonso Henriques como rei.
1147	Conquista de Lisboa e de Santarém aos Muçulmanos.
1179	O Papa Alexandre III reconhece Portugal como reino e D. Afonso Henriques como rei.
1185	Morte de D. Afonso Henriques. Sucede-lhe D. Sancho I.
1191	Os Muçulmanos recuperam Silves e Alcáçer do Sal (invasões almóadas).
1211	Morte de D. Sancho I. Sucede-lhe D. Afonso II.
1212	Batalha de Navas de Tolosa.
1223	Morte de D. Afonso II. Sucede-lhe D. Sancho II.
1226	D. Sancho II inicia a campanha no Alentejo.
1245	Deposição de D. Sancho II pelo Papa. Regência de D. Afonso III.
1249	Conquista do Algarve por D. Afonso III.
1254	Cortes de Leiria.
1279	Início do reinado de D. Dinis.
1290	Bula do Papa Nicolau IV que aprova o Estudo Geral (universidade) de Lisboa.
1297	Tratado de Alcanises.

4.1 Mencione os acontecimentos presentes no documento 7 que demonstrem:

- a) a monarquia guerreira em Portugal;
- b) a monarquia religiosa em Portugal;
- c) as relações com os outros reinos ibéricos;
- d) o movimento da Reconquista Cristã;
- e) a definição do território português.

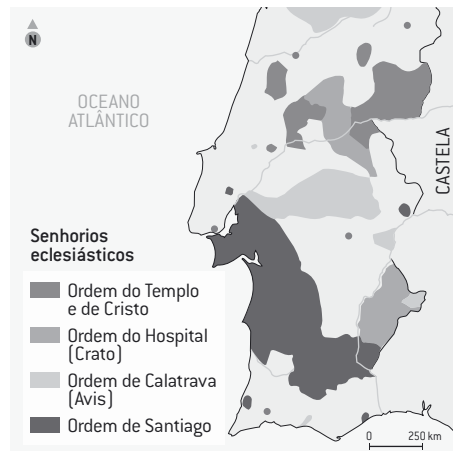
4.2 Caracterize a Reconquista Cristã, relacionando o movimento de conquista com a definição do território português.

5. Leia e observe os documentos.

Doc. 8 – A nobreza senhorial

As suas raízes da nobreza assentavam, em grande parte, na linhagem da monarquia visigótica, tendo-se ampliado no tempo da Reconquista Cristã, quando se recompensaram os feitos das armas com a doação de terras, a alcaidaria dos castelos e o exercício de cargos da administração. A nobreza incluía vários estratos, sendo a fidalguia o mais alto escalão. (...) O segundo escalão era constituído pelos infanções, que eram vassallos desprovidos de cargos militares e administrativos. (...) O terceiro escalão, era o mais numeroso, correspondia aos cavaleiros ou membros da Ordem da Cavalaria.

Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. 1, Lisboa, Verbo, 1979.



Doc. 9 – Ordens religiosas-militares em Portugal, na Idade Média.



Doc. 10 – Domínio senhorial.

Doc. 11 – As relações sociais entre senhores e dependentes

Não é necessário, ao contrário do que fizemos para a nobreza, explicar os fundamentos da inferioridade social dos dependentes. Os privilégios da nobreza são por si suficientes para compreender que quem os não possui passará a depender dela: se a nobreza se apropria não só da riqueza, mas também de todas as formas de poder sobre os homens – exercer a autoridade pública, julgar, comandar guerreiros, cobrar impostos, ditar a lei –, aqueles cujas prerrogativas se fundam apenas na posse de seus corpos e de suas terras tem fatalmente de acabar por se lhe sujeitar. O sistema senhorial acaba não só por multiplicar os senhores, mas também por lhes equiparar o rei e tornar o seu poder análogo ao deles.

José Mattoso, *História de Portugal*, Vol 2, Editorial Estampa, 1997

5.1 Explique como se processou a afirmação do poder senhorial tendo em conta:

- o movimento da Reconquista Cristã;
- o povoamento e exploração do território;
- o exercício de poderes: imunidades;
- a relação com os dependentes.

Ficha de avaliação 4

O espaço português – a consolidação de um reino europeu ibérico
Vivências, valores e quotidiano

Nome _____ Ano _____ Turma _____ N.º _____ Data _____

I

1. Leia e observe os documentos.

Doc. 1 – A origem dos concelhos

Nestas condições, rodeadas de uma natureza ingrata ou ameaçadas pelos inimigos, formavam-se no interior do país comunidades fortemente concentradas sobre si mesmas, criadoras de sistemas coletivos de defesa, atentas à preservação de laços de solidariedade para estabilizar os frágeis equilíbrios alcançados, (...) propensas à violência, dotadas de códigos penais verdadeiramente cruéis. (...) Aqui, a possibilidade de arrancar à terra variados meios de subsistência atrai homens de outras regiões, a facilidade das comunicações propicia constantes transferências de pessoas e de bens, mistura as tradições culturais, permite aos mais ousados e empreendedores triunfar sobre os fracos e abre caminho ao individualismo.

José Mattoso, *História de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Editorial Estampa, 1997.

Doc. 2 – Foral de Melgaço, 1181

Eu, Afonso (...), a vós habitantes de Melgaço outorgo carta e escritura da minha herdade que tenho na terra de Valadares no dito lugar de Melgaço (...) A vós a entrego e concedo com esta condição: que a edifiqueis e nela moreis segundo o foro que me pedistes, (...). É este o teor daquele foro de Ribadavia, que cada um de vós, por vossas casas uma vez no ano, a mim ou a quem eu mandar, paguem um soldo (...) Quando, porém o vosso rei vier à vila (...), lhe ofereçais seis dinheiros para a sua aposentadoria.

Foral de Melgaço, 1181.

Doc. 3 – Assembleia de vizinhos

O ponto de partida é o *concilium*, a assembleia de vizinhos de uma povoação reunida para tratar dos seus interesses comuns (...). Os problemas que de início solicitam mais instantaneamente a intervenção do concelho são os económicos (...). Depressa a necessidade de fazer observar as resoluções tomadas deverá ter forçado o concelho a castigar os infratores (...) E a disciplina da povoação passaria a ser exercida por ele também (...). O concelho surge como se fosse uma pessoa (...). Atuando, pois, o concelho como se fosse uma individualidade única, diz-se que tem personalidade jurídica.

Marcelo Caetano, *História do Direito Português* (1140-1495), Lisboa, Verbo, 1985.



Doc. 4 – Símbolos do poder concelhio (selos de Lisboa e Porto).

1.1 Caracterize a organização e o exercício de poderes nos concelhos medievais portugueses. A sua resposta deve contemplar os seguintes aspetos:

- multiplicação dos concelhos;
- organização do espaço citadino e exercício comunitário dos poderes concelhios;
- afirmação política das elites municipais.

2. Leia os documentos.

Doc. 5 – Afirmação do poder real

Nesta época [sécs. XIII-XIV], o poder real ganha relevo no conjunto das instituições políticas, por duas razões principais: primeira, porque as circunstâncias vão favorecendo a afirmação da autoridade régia, na medida em que para ela se apela como providência de males que afligem a coletividade; segunda, porque essa afirmação toma consciência e prossegue como política sistemática e perseverante graças à influência dos legistas da Corte. (...) o rei era o legislador do reino. (...) durante os primeiros reinados houve poucas leis gerais. Mas a partir de D. Afonso III a função de legislar para todo o reino avulta cada vez mais entre as atribuições do monarca (...).

Marcelo Caetano, *Lições de História do Direito Português*, Coimbra, Coimbra Editora, 1962.

Doc. 6 – A administração central e local

A administração central pertencia ao rei e seus conselheiros, alguns dos quais com cargos bem determinados: a chefia do exército [alferes-mor], a chefia da casa real [mordomo] e a detenção do selo real [chanceler]. Antes dos começos do século XIII não existia qualquer registo sistemático dos atos régios. Os originais dos documentos copiavam-se duas ou três vezes e depositavam-se nos arquivos mais importantes das abadias ou igrejas. Com Afonso II, embora mantendo-se o mesmo princípio, começaram a usar-se registos sistemáticos dos atos reais, que se conservavam juntamente com o selo e com outras insígnias do poder. Datam igualmente daquele monarca as primeiras leis gerais. Favoritos régios, funcionários e membros da família real formavam um pequeno grupo de pessoas que o rei frequentemente convocava e escutava. Era a sua cúria ou conselho. Quando havia assuntos mais importantes a requererem debate generalizado, o rei chamava então um grupo mais amplo de pessoas (...). Foi dessas convocações que derivou o princípio da assembleia ou parlamento do reino. A cúria real funcionava também como tribunal, podendo mesmo dizer-se que as atribuições jurídicas lhe ocupavam a maior parte do tempo e dos esforços.

A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, Lisboa, Ed. Ágora, 1972.

Doc. 7 – O poder régio nos concelhos

Tendo-se tornado, não apenas na teoria, mas também na prática, o juiz e senhor dos nobres, e renovada a noção de poder como sagrado, restava ao rei, para concentrar em si todas as forças políticas, definir os limites da autonomia dos concelhos. (...) D. Dinis exige a autenticação dos documentos municipais com o seu próprio selo e confia-o a funcionários seus e não aos magistrados locais ou aos tabeliães, obriga os juizes eleitos a apresentarem-se à sua confirmação, julga contra os concelhos inúmeros processos em que eles reclamam contra os seus oficiais (...). Não se pode negar, porém, que ela [centralização política] os obriga a abandonarem o antigo sistema de resolverem sozinhos os seus problemas (...). Ao integrá-los num corpo político de dimensões nacionais e ao submetê-los às mesmas regras administrativas e jurídicas, convida-os implicitamente a coordenarem entre si a luta pelos seus interesses comuns.

José Mattoso, *História de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Editorial Estampa, 1997.

- 2.1 Indique de que forma a atuação da monarquia portuguesa favoreceu a afirmação do poder régio.
- 2.2 Refira as medidas criadas pelos monarcas portugueses que favoreceram o fortalecimento da administração do reino, a nível central e local.

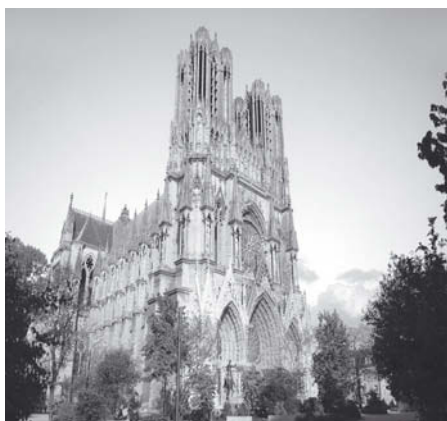
3. Analise os documentos.



Doc. 8 – Igreja de Bravães, Ponte da Barca.



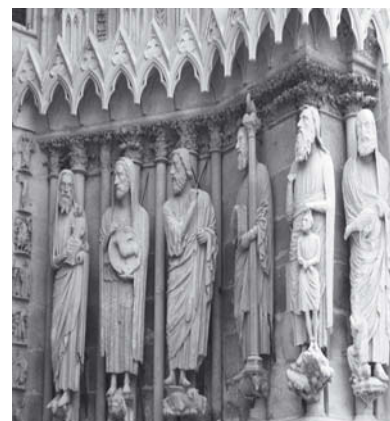
Doc. 9 – Castelo de Pombal.



Doc. 10 – Catedral de Reims, França.



Doc. 11 – Catedral de Metz, França.



Doc. 12 – Esculturas na catedral de Notre-Dame, Paris.

- 3.1** Contextualize o aparecimento da arte românica e da arte gótica, e identifique as características arquitetônicas dos dois estilos.
- 3.2** Indique o documento que melhor representa o pensamento do historiador Georges Duby: «Deus é luz». Justifique a sua opção.

4. Analise o documento.

Doc. 13 – Expressões da religiosidade

Nas cidades, também, a religião dos leigos evolui, carrega-se de novos sentimentos: respeito da paz e da fraternidade humana. Os testemunhos, aqui, são mais raros, bem menos conhecidos; mas não se pode ignorar a significação religiosa das confrarias, ou fraternidades, fundadas no século XI, reunindo (...) homens da mesma profissão mas, antes de tudo, associações religiosas de leigos. (...) Todos os seus estatutos insistem nas virtudes do amor e da caridade, na necessidade de respeitar a paz, de procurar a salvação eterna, (...) de união em Cristo.

Jacques Heers, *O Mundo Medieval*, Lisboa, Ática, 1976.

- 4.1** Explique as mutações de religiosidade sentidas por toda a Europa, nos séculos XII-XIII.

5. Leia e observe os documentos.

Doc. 14 – Amadis de Gaula

O Donzel chamou Gandalim e disse-lhe:

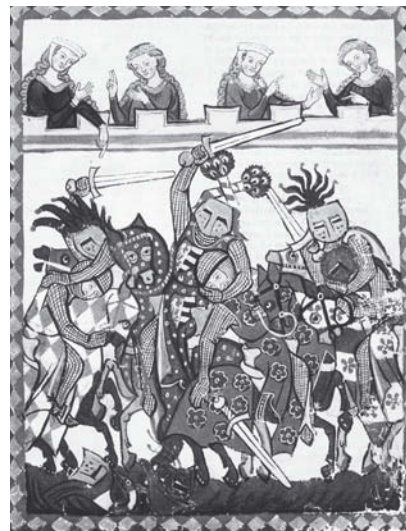
– Irmão, leva a bom recato todas as minhas armas para a capela da rainha, que espero ser esta noite armado cavaleiro; e, porque me convém partir logo a seguir, quero saber se quiserás ir comigo.

– Senhor, eu vos digo que, de meu grado, nunca de vós me partirei.

Ao Donzel do Mar (nome dado a Amadis por ter dado à costa numa arca) vieram-lhe as lágrimas aos olhos e, beijando-o na face, disse:

– Amigo, faz então o que te disse.

Gandalim pôs as armas na capela, enquanto a rainha ceava; e, levantadas as toalhas, o Donzel foi à capela, armou-se com todas as suas armas, excepto na cabeça e nas mãos, e fez a sua oração ante o altar, rogando a Deus que, tanto nas armas como naqueles mortais desejos que por sua Senhora sentia, lhe desse vitória.



Doc. 15 – Iluminuras do *Codex Manesse*, séc. XIV.

Amadis de Gaula (séc. XIV), Lisboa,
Liv. Clássica Editora, 1942.

5.1 Partindo dos documentos, descreva a vivência cortesã medieval.

A sua resposta deve contemplar os seguintes aspetos:

- educação cavaleiresca;
- amor cortês e memória dos antepassados.

6. Analise os documentos.



Doc. 16 – Peregrinos de Santiago de Compostela.

Doc. 17 – Viagens de Marco Polo

Os habitantes de Adem são todos Sarracenos e adoram Maomé e odeiam muito os Cristãos. (...) Em Adem há um porto onde vêm muitos barcos da Índia com as suas mercadorias (...). A partir deste porto, os mercadores levam estas em pequenos barcos durante sete dias. No fim destes sete dias, descarregam as mercadorias e carregam-nas em camelos e vão por terra durante trinta dias. Então encontram o rio de Alexandria; é por esta via que os Sarracenos de Alexandria têm todas as especiarias e a pimenta.

Marco Polo, *O Livro das Maravilhas do Mundo*, século XIV.

6.1 Explique a importância das viagens na Idade Média para o desenvolvimento político, económico e religioso da Europa.

Ficha de avaliação 5

A geografia cultural europeia de Quatrocentos e Quinhentos O alargamento do conhecimento do mundo

Nome _____ Ano _____ Turma _____ N.º _____ Data _____

I

1. Analise os documentos.

Doc. 1 – O Ocidente europeu nos finais da Idade Média

O dinheiro pode encomendar arte, mas em vão, se não houver artífices que a produzam. Felizmente, (...) a Europa, na Idade Média tardia, entrava num período a que os economistas modernos chamam de «tecnologia intermédia». Em especial nos Países Baixos, na Alemanha e em Itália, surgiram milhares de oficinas de todos os tipos. (...)

Houve um aspeto em que o desenvolvimento da tecnologia intermédia teve um efeito direto, e até explosivo, sobre essa disseminação cultural. Foi mesmo, de longe, o acontecimento cultural mais importante deste período. Trata-se da invenção, seguida de uma difusão extraordinariamente rápida, da imprensa (...) obra de dois ourives de Mainz, Johannes Gutenberg e Johann Fust, nos anos 1446-1448.

Paul Johnson, *O Renascimento*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003.

Doc. 2 – Inovações e mudanças técnicas nos séculos XV e XVI

O final de Quinhentos constitui outro período inovador. Na agricultura, nos Países Baixos, aproveita-se em cheio a lição do norte de Itália e aperfeiçoam-se, com os prados artificiais, as rotações em períodos longos de seis a onze anos, a lavoura alterna – agricultura uns, criação de gado outros seguintes, os prados inundados, as culturas forrageiras como o trevo, a luzerna, o sanfeno, a cenoura, etc. Estas transformações agrícolas e pecuárias vão transferir-se para Inglaterra.

Mas é também na indústria que se inova: a lançadeira para meias e malhas de William Lee (1598), a máquina de fazer fitas – o chamado tear holandês de Van Sonvelt que William Dirckz adapta –, o tear bolonhês de fabrico da seda, que se espalha de Lyon para Inglaterra. Quanto à organização comercial, fundam-se as sociedades por ações, esse instrumento chave, como disse Bertrand Nogaro, na formação do capitalismo moderno. Leiden recupera do declínio e desenvolve a sua indústria têxtil de lanifícios até se tornar no primeiro centro europeu. Amesterdão substitui Antuérpia.

Vitorino Magalhães Godinho, «Descobrimientos, invenção e mudança nos séculos XV e XVI», in *Revista de História Económica e Social*, n.º 2, Lisboa, Sá da Costa, 1987.

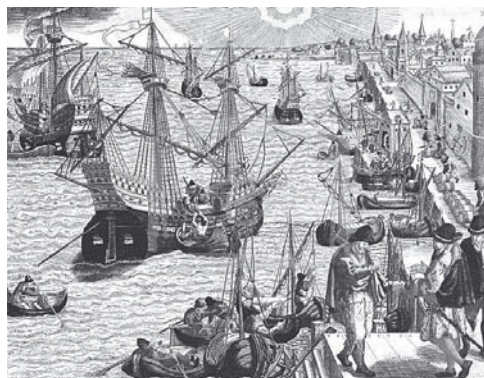
1.1 Descreva os progressos técnicos ocorridos nos séculos XV e XVI, na Europa, que permitiram a transformação da vida material do Homem do Renascimento.

1.2 Justifique a importância da imprensa no quadro de inovações ocorridas no Ocidente europeu, na época de Quinhentos.

2. Analise os documentos.

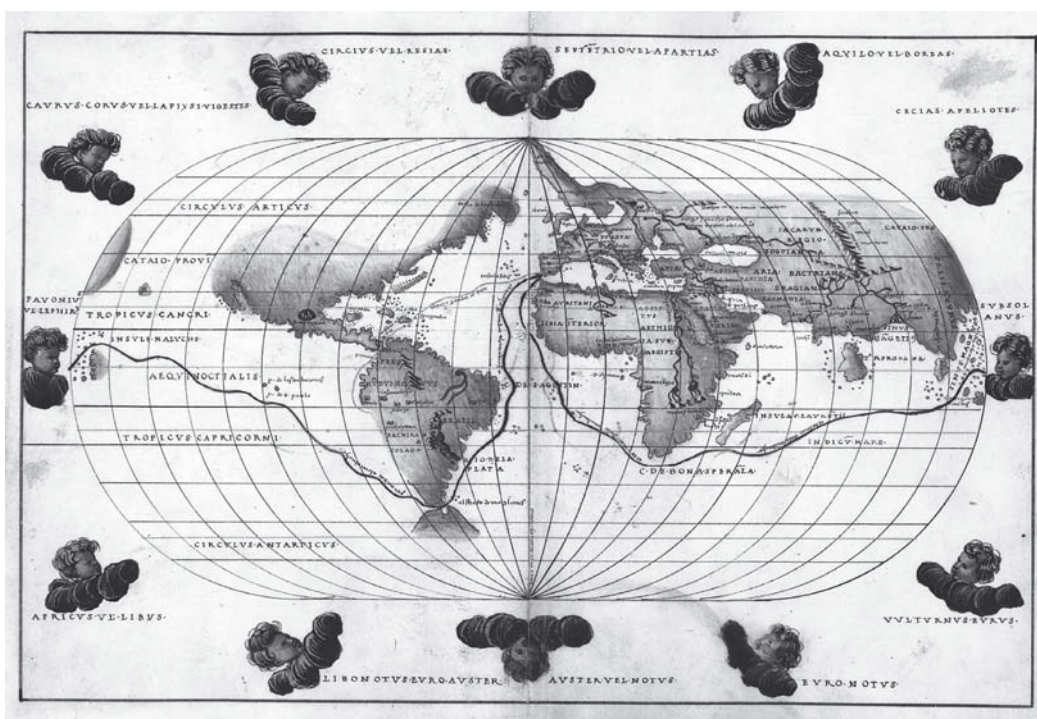
Doc. 3 – Descobrimentos e expansão ultramarina nos séculos XV e XVI

Na tarde do dia 10 de abril, uma caravela lançou âncora à vista da lagoa de Albufeira e do cabo Espichel. A norte distinguia-se a costa de Cascais e a serra de Sintra. O mar estava salpicado de grandes naus que, de velas enfunadas, rumavam a sul. Era a grande armada da Índia que partia, sob o comando de Lopo Soares de Albergaria. Treze navios transportando mais de dois mil homens, incluindo mil e quinhentos homens de armas, começavam a longa aventura que os haveria de levar a paragens distantes. A partida era um espetáculo magnífico. (...) Alguns daqueles navios não se ficariam pela Índia, e prosseguiriam sua jornada até à China, levando consigo a vontade de um rei e os sonhos de todos os que embarcavam.



Doc. 4 – Partida de Lisboa da Carreira da Índia, de Theodore de Bry (finais do séc. XVI).

João Paulo Oliveira e Costa, *O Império dos Pardais*, Lisboa, Temas e Debates, 2011.



Doc. 5 – O conhecimento do mundo em meados do século XVI (mapa-mundo de Battista Agnese, c. 1544).

- 2.1 Identifique os protagonistas das grandes descobertas marítimas, enunciando as primeiras rotas transoceânicas que marcaram o início da Idade Moderna.
- 2.2 Destaque o contributo português para o alargamento do conhecimento geográfico do mundo, ocorrido na época.

3. Analise os documentos.



Doc. 6 – Os banqueiros e contabilistas invocavam a proteção de S. Mateus, seu patrono (Jan Sanders van Hemessen, *Vocación de San Mateo*, 1536).

Doc. 7 – A formação da mentalidade quantitativa (a importância do número)

Medida do espaço, medida do tempo: (...) durante os séculos XV e XVI, o número vai infiltrar-se cada vez mais em todos os aspetos da vida quotidiana (...).

A formação da mentalidade quantitativa prende-se a duas ordens de razões. Por um lado, é a progressiva construção do Estado moderno, substituindo os laços de dependência pessoal passando do momentâneo, do ocasional, para o duradouro, para o permanente. (...). Por outro lado, durante estes dois séculos desenvolve-se e enraíza-se a economia de mercado, basilarmente monetária, assente na produção para vender e na venda destinada a dinheiro, (...) e na aplicação do dinheiro a fim de ganhar mais dinheiro. (...) A influência da economia mercantilista, isto é, da economia em que o vetor dominante é o mercado, sobre a estruturação do Estado nacional impeli-lo-á a traçar a política do ponto de vista do número – origem estatística.

V. M. Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, vol. I, Lisboa, Presença, 1987.

3.1 Caracterize a mentalidade quantitativa nos séculos XV e XVI.

4. Analise os documentos.

Doc. 8 – O contributo dos Portugueses para o desenvolvimento do experiencialismo

Os Portugueses ousaram cometer o grande oceano. Entraram por ele sem nenhum receio. Descobriram novas ilhas, novas terras, novos mares, novos povos e, o que mais é, novo céu e novas estrelas.

(...) Tiraram-nos de muitas ignorâncias e amostraram-nos ser a Terra maior que o mar¹, e haver aí antípodas, que até os santos duvidavam.

Pedro Nunes, matemático português do século XVI, *Tratado da Esfera*, 1537.

¹ Trata-se de um erro do autor, pois na época renascentista não se tinha em conta a real dimensão do oceano Pacífico.

Doc. 9 – O papel de Portugal

Sem grandes instituições académicas ou grandes tradições no ensino, os Portugueses deram o maior contributo para o conhecimento científico mundial desde o tempo dos Romanos e, com isso, lançaram o processo de globalização económica e científica.

Malyn Newitt, *Portugal na História da Europa e do Mundo*, Lisboa, Texto, 2012.

Doc. 10 – Teoria heliocêntrica de Copérnico

Depois de longas investigações, convenci-me, enfim, de que: o Sol é uma estrela fixa, rodeada de planetas que giram à sua volta e dos quais ele é o centro e o foco. (...)

A Terra é um planeta principal (...)

O movimento aparente das estrelas é uma ilusão de ótica, produzida pelo movimento real da Terra e pelas oscilações do seu eixo (...)

Se alguns homens superficiais e ignorantes quiserem atacar-me, sobre algumas passagens da Escritura, às quais deformamos o sentido, eu desprezo os seus ataques: as verdades matemáticas só devem ser julgadas por matemáticos.

Nicolau Copérnico, *De Revolutionibus Orbium Coelestium*, 1543 (adaptado).



Doc. 11 – Jean-Léon Huens, *Nicolau Copérnico* (pintura do séc. XX).

4.1 Explique a teoria heliocêntrica.

4.2 Relacione a emergência da ciência moderna com as mudanças operadas no conhecimento da Natureza nos séculos XV e XVI, considerando a informação dos documentos 8, 9, 10 e 11. Na sua resposta deve abordar, pela ordem que entender, os seguintes tópicos de desenvolvimento:

- o contributo português;
- a mentalidade quantitativa;
- o experiencialismo.

Ficha de avaliação 6

A produção cultural

A renovação da espiritualidade e religiosidade

As novas representações da humanidade

Nome _____ Ano _____ Turma _____ N.º _____ Data _____

I

1. Analise os documentos.



Doc. 1 – Dante, Petrarca, Boccaccio e outros pioneiros do humanismo (Giorgio Vasari, *Retrato de seis poetas toscanos*, 1543).



Doc. 2 – Platão e Aristóteles representados na pintura de Rafael, *A Escola de Atenas* (1510-1511).

Doc. 3 – A importância dos estudos humanísticos

Consagrai-vos a dois géneros de estudos. Em primeiro lugar adquirir um conhecimento das letras, não vulgar, mas sério e aprofundado (...) depois, familiarizai-vos com a vida e as (boas) maneiras – o que se chama os estudos humanos, pois que eles embelezam os homens. (...O Aconselho-vos a ler os autores que possam ajudar-vos, não somente pelo seu assunto, mas também pelo esplendor do seu estilo e o seu talento literário (...). É por isso que se não deve somente seguir as lições dos mestres, mas também instruir-se com os poetas, os oradores e os historiadores, para adquirir um estilo elegante, eloquente.

Leonardo Bruni, *Correspondência* (séc. XV).

Doc. 4 – O antropocentrismo

O arquiteto supremo escolheu o Homem, criatura de natureza imprecisa e, colocando-o no centro do mundo, dirigiu-se-lhe nestes termos:

– **Adão (...) Tu, que nenhum limite constrange, de acordo com a livre vontade que colocámos nas tuas mãos, decidirás dos próprios limites da tua natureza.**

(...) Pelo teu poder poderás, graças ao discernimento da tua alma, renascer nas formas mais altas que são divinas.

Pico della Mirandola, *Discurso sobre a dignidade do Homem*, Lisboa, Ed. 70, 1998.

1.1 Defina «Humanismo» e identifique os seus principais representantes em Itália.

1.2 Justifique a centralidade do Homem na época renascentista. Na sua resposta deve abordar, pela ordem que entender, os seguintes tópicos de desenvolvimento:

- ostentação das elites cortesãs;
- o Humanismo;
- a dignificação do indivíduo (antropocentrismo e individualismo);

2. Analise os documentos.

Doc. 5 – Imitação e superação dos modelos da Antiguidade

O Renascimento de ideias do mundo clássico foi sentido vivamente pelos artistas e pensadores da Itália do século XV, que viram a sua época como o reviver das culturas da Grécia e de Roma. Em 1492, o filósofo Marsílio Ficino escreveu: «Este século, como uma Idade de Ouro, voltou a iluminar as artes liberais, que estavam quase extintas: gramática, poesia, retórica, pintura, escultura, arquitetura, música, os antigos cânticos da lira órfica, e tudo isto em Florença. Alcançando o que tinha sido honrado pelos Antigos, mas quase esquecido desde então, a época juntou sabedoria com eloquência e prudência».

Alexander Sturgia (dir.), *Compreender a Pintura – a Arte Analisada e Explicada por Temas*, Lisboa, Editorial Estampa, 2002.

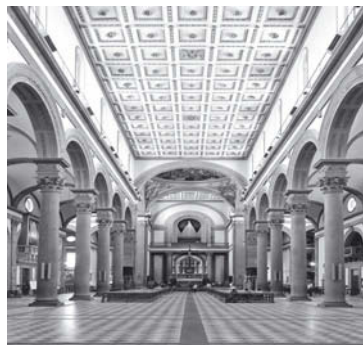


Doc. 6 – Euclides de Alexandria
(300 a.C.) – pormenor de *A Escola de Atenas*, 1510-1511.

Doc. 7 – A perspetiva na arquitetura



A. Brunelleschi, capela dos Pazzi, Florença, c. 1436.



B. Brunelleschi, igreja de S. Lourenço, Florença, 1425



Doc. 8 – Brunelleschi

Nesse tempo, ele começou a praticar aquilo que os pintores chamam de perspectiva. É um dos propósitos dessa ciência mostrar racionalmente as diminuições e os aumentos que os olhos humanos veem (...).

António Manetti, humanista do século XV,
Vida de Brunelleschi (adaptado)

2.1 Identifique os elementos arquitetónicos clássicos presentes nas figuras do documento 7.

2.2 Relacione o racionalismo das obras arquitetónicas representadas com a informação obtida no documento 5.

2.3 Considerando os documentos 5 e 8, justifique o carácter inovador das obras de Brunelleschi.

3. Analise os documentos.



Doc. 9 – Grande Cisma do Ocidente, (1378-1417).

Doc. 10 – A importância da Palavra

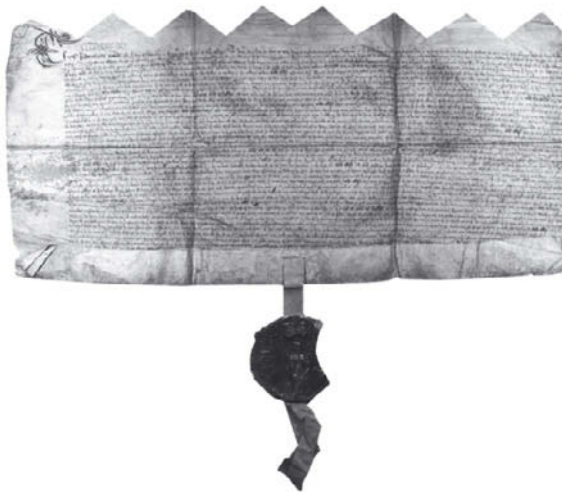
Mas perguntar-se-á: qual é a palavra que permite uma tão grande graça e como se deve usar? Resposta: não é nenhuma outra senão a pregação feita por Cristo, como se encontra no Evangelho. (...) Então, por causa desta fé, todos os pecados te serão perdoados (...). Assim, vemos que a fé basta ao cristão. Ele não tem necessidade de nenhuma obra para se justificar [salvar].

Martinho Lutero, *A Liberdade do Cristão*, 1517.

Doc. 11 – O calvinismo

[João Calvino] parte do conhecimento do Deus transcendente, conhecido como Criador pela escritura, depois estudo o homem, corrompido pelo pecado e resgatado por Jesus Cristo, evoca as duas naturezas do Cristo mediador, trata da operação do Espírito Santo, da fé, da vida e da liberdade cristãs, da oração, da eleição eterna. Por fim, Calvino, opõe a verdadeira Igreja com a sua disciplina e os seus dois sacramentos ao papado, aos outros cinco sacramentos e à missa papal.

Mireille Baumgartner, *A Igreja no Ocidente – das Origens às Reformas do século XVI*, Lisboa, Edições 70, 2001.



Doc. 12 – Ato de Supremacia, 1534.

3.1 Indique os fatores que contribuíram para o apelo de uma reforma no interior da Igreja.

3.2 Considera que as igrejas protestantes pretendiam reafirmar os princípios primitivos de Cristo? Na sua resposta deve abordar, pela ordem que entender, os seguintes princípios doutrinários:

- salvação;
- fonte de Fé;
- sacramentos;
- sacerdócio universal;
- hierarquia religiosa.

IV

4. Analise os documentos.

Doc. 13 – O concílio de Trento

Aceito e abraço firmemente as tradições apostólicas e eclesiásticas, bem como as demais (...) constituições da mesma Igreja. Admito (...) a Sagrada Escritura naquele sentido em que é interpretada pela Santa Madre Igreja. (...) Confesso também que são sete os verdadeiros e próprios sacramentos (...) Reconheço a Santa Igreja. (...) Prometo e juro prestar verdadeira obediência ao Romano pontífice, Sucessor de S. Pedro (...).

Bula de Pio IV, *Iniunctum Nobis*, 1564.

Doc. 14 – A Inquisição

Por meio da Inquisição, eles deverão procurar todos aqueles que se afastam da via do Senhor e da fé católica, assim como os suspeitos de heresia, com seus discípulos e cúmplices. (...) Os culpados e os suspeitos serão presos e processados até que seja pronunciada a sentença final.

«Decisão do Papa Paulo III – Atas Pontificias [1542]», Gustavo de Freitas, *900 Textos e Documentos de História*, Lisboa, Plátano Editora, 1975.



Doc. 15 – Dominicanos queimam livros proibidos pelo *Index*
(pormenor de pintura do séc. XVI).

4.1 Relacione os documentos indicando a ação promovida pela Igreja no âmbito da Reforma Católica e da Contra-Reforma. Na sua resposta, deve abordar os seguintes aspetos:

- reafirmação do dogma e do culto tradicional;
- reforma disciplinar dos clérigos;
- combate ideológico (*Index*, Inquisição, Companhia de Jesus).

5. Analise o documento.

Doc. 16 – Um «Novo Mundo»

O nosso mundo acaba de encontrar um outro (...) tão grande, cheio e fornecido como ele, todavia tão novo e tão criança que se lhe ensina ainda o a, b, c; ainda não há cinquenta anos, ele não conhecia nem as letras, nem os pesos, nem as roupas, nem os cereais, nem as vinhas (...). Servimo-nos da sua ignorância e da sua inexperiência para os levar à traição, à luxúria, à cupidez [cobiça] e à crueldade, sobre o modelo dos nossos costumes. As facilidades do negócio eram a este preço? Tantas cidades arrasadas, tantas nações exterminadas, tantos milhões de homens passados a fio de espada, a mais rica e a mais bela parte do mundo revolvida, para fazer o tráfico das pérolas e da pimenta: desprezíveis vitórias. Jamais a ambição, jamais as inimizadas públicas levaram os homens a tão horríveis hostilidades.

Michel de Montaigne, *Ensaaios*, 1580.

5.1 Indique o que terá contribuído para a visão apresentada por Montaigne.

5.2 Considera que o autor é a favor ou contra os Direitos Humanos? Justifique, tendo em conta os autores que defendiam os «Outros».

Ficha de avaliação 1

Questão	Tópicos de correção
GRUPO I	
1.1 <i>Caracterize geograficamente o território da Hélade.</i>	Referir as várias configurações de relevo e de clima presentes nas três regiões que constituem a Hélade: Grécia Continental (península Balcânica), Grécia Insular (ilhas do mar Egeu e do mar Jónico) e Grécia Asiática.
1.2 <i>Identifique os principais espaços cívicos da cidade grega.</i>	Indicar a acrópole, a ágora, a zona rural, as muralhas e o porto, bem como as suas funções, utilizando as informações do documento 2.
1.3 <i>Relacione as características geográficas da Hélade com a forma de organização político-administrativa em cidades-estado.</i>	Explicar como o relevo montanhoso, as dificuldades terrestres, as estreitas planícies, a quantidade de portos, o clima e a proximidade do mar (referindo os dados presentes no doc. 1) se articulam com o território disperso da Hélade, organizado em cidades (pólis e colónias) regidas pelos princípios de autarcia e autogoverno. Demonstrar como o documento 2 expressa as ideias de autarcia e de autogoverno, devendo ser definida conceptualmente «pólis».
GRUPO II	
2.1 <i>Explique o funcionamento da democracia ateniense. A sua resposta deve contemplar os seguintes aspetos:</i> • os princípios que regem a democracia e os direitos dos cidadãos; • as instituições que governavam a cidade de Atenas; • as especificidades da democracia antiga.	Relacionar os princípios de isonomia, isocracia e isegoria com a democracia ateniense, articulando a informação dos documentos 3 e 4. Definir democracia antiga, atendendo aos princípios e aos modos de participação dos cidadãos (docs. 3 e 4). Descrever as instituições de governo de Atenas apontando as suas funções, modo de funcionamento e de seleção dos cidadãos para os cargos (apontar informação dos docs. 3 e 4). Articular o conceito de cidadania com a sociedade ateniense, o uso da palavra através da oratória, retórica, demagogia e o ostracismo (contrapor os ideais presentes nos docs. 3 e 4, com as informações do documento 6 acerca da sociedade.
GRUPO III	
3.1 <i>Mostre como é que as festividades assumiam, simultaneamente, um carácter cívico e religioso.</i>	Articular a pretensão de unidade dos Helenos, tentada através da religiosidade presente no culto sagrado, que era vivido com grande responsabilidade em termos privados e públicos, e expresso na organização das festividades (festivais, Pan-Ateneias e Grandes Dionísias – doc. 7), referir que este visava o desenvolvimento da cultura democrática, aliando política e religião – conjugar as ideias expressas no documento 1 com a representação e o culto ao deus Dionísio do documento 8.

GRUPO IV	
4.1 <i>Identifique as várias áreas de saber que constituíam a educação das crianças gregas.</i>	Compreender de que forma a educação grega promovia um ensino eclético, referindo o que se pode inferir do documento 9. Destacar as diferenças entre géneros e realçar as áreas de saber do percurso educativo do cidadão: escrita, leitura, Aritmética, preparação física, Filosofia, Religião, Dialética, Retórica, Ética, Política e Ciências.
5.1 <i>Distinga as duas ordens arquitetónicas representadas.</i>	Identificar os elementos distintivos da ordem dórica e jónica.
5.2 <i>Caracterize a arquitetura e a escultura gregas, aplicando os conceitos de Belo, Harmonia, Proporção, e Idealismo.</i>	Realçar como, na arquitetura e na escultura, existe a expressão dos ideais de Belo, Harmonia, Proporção e Idealismo, através dos cânones que têm como referência a proporcionalidade humana ideal, atendendo ao desejo de perfeição arquitetónico e escultórico. A escultura grega esteve fortemente ligada à arquitetura e inspirou-se no Homem como medida de todas as coisas. Assim, estabeleceram-se os cânones (explicar os cânones, articulando o doc. 12), baseados no cálculo das proporções da figura humana e aplicados à definição de «ordem».

Ficha de avaliação 2

Questão	Tópicos de correção
GRUPO I	
1.1 A partir dos documentos 1, 2 e 3, caracterize a civilização romana em termos político-institucionais. A sua resposta deve contemplar, pela ordem que entender, os seguintes aspetos: • a evolução política da civilização romana; • as instituições políticas de Roma; • o modo como Octaviano César Augusto legitimou o seu poder como imperador; • as contradições entre a existência de uma República e o poder Imperial.	Referir a evolução política de Roma: Monarquia com raízes etruscas e instauração da República, em 509 a.C. (relacionar com a informação dos docs. 1 e 2). Caracterizar as instituições da República Romana, referindo os diversos órgãos, sua constituição e funções, referindo também como era o percurso dos magistrados – <i>Cursus Honorum</i> (doc. 1). Explicar que Octaviano, após o Triunvirato, recebeu o título de <i>princeps civitatis</i>, bem como várias magistraturas (foi cônsul, censor, pretor e tribuno), tendo-lhe ainda sido concedidos os títulos de <i>imperator</i> e <i>augustus</i> (informação disponível no doc. 1 quanto à concentração de poderes e títulos, que deve ser conjugada com a representação «idealizada» do doc. 2). Relacionar a concentração de poderes de Octaviano com o modo como este, respeitando as instituições da República, dominava o aparelho político e militar, concedendo cargos e outros benefícios, de modo a controlar as tensões sociais, agradando ao Senado e à plebe (docs. 1 e 2).
GRUPO II	
2.1 Identifique o centro da vida das cidades romanas.	Demonstrar como no Fórum das cidades (doc. 4), onde se cruzavam as principais vias da cidade (<i>cardo</i> e <i>decumano</i>), se concentravam os principais núcleos de decisão política, administrativa e religiosa – funcionando como uma praça pública para reuniões – a cúria, a basílica e os principais templos (capitólio).
2.2 Relacione as expressões realçadas no documento com: a) o espírito pragmático romano; b) o culto da cidade de Roma.	Articular a mentalidade pragmática dos Romanos com a forma como o seu urbanismo era planeado e executado em todas as cidades do Império, dando prioridade à utilidade e eficiência das suas construções (doc. 4 – preocupação de resolver problemas, como as inundações e os incêndios). A organização urbana definia os diferentes locais de implantação das construções, atendendo às suas funções, com um foco muito importante nas estruturas de apoio para o abastecimento de água, esgotos, banhos e vias. Relacionar a informação do documento 4, que refere que Roma foi deixada por Augusto em mármore, com a intencionalidade de o imperador demonstrar o seu poder, reforçando o seu culto e a promoção de Roma como modelo urbano das outras cidades do Império – culto a Roma e promoção da unidade e do poder central.
3.1 Indique as origens do Direito Romano.	Referir a origem do Direito no costume e na moral, pautada pela oralidade e pela exigência da plebe, no século V a.C., da criação de um código escrito, gravado na «Lei das Doze Tábuas», onde estavam consagradas a universalidade da lei e a possibilidade de recurso da decisão da justiça – doc. 5).

3.2 <i>Explique a importância do Direito Romano, atendendo à extensão e pensamento unificador do Império Romano.</i>	Referir a existência do Direito Público e do Direito Privado, que regulavam as relações entre os cidadãos, e entre estes e o Estado, em todo o Império. A união do Império era também preservada pela codificação do Direito e pelas condições que se estabeleciam para se ser cidadão (doc. 5).
3.3 <i>Caracterize a cidadania romana até ao édito do imperador Caracala.</i>	Referir que, antes da extensão da cidadania romana a todos os habitantes do império por Caracala (doc. 6), a cidadania plena (acesso a todas as magistraturas) era vedada aos povos conquistados – embora, muitas vezes, detivessem a cidadania latina.
GRUPO III	
4.1 <i>Caracterize a arquitetura romana, atendendo às suas influências e ao modo de expressão do pensamento do Império.</i>	Referir como são visíveis as influências gregas, (doc. 8) com a presença de elementos clássicos, mas também as influências orientais, visíveis nos arcos (doc. 7) e abóbadas (doc. 8). Os documentos demonstram a preocupação da eficiência, a grandiosidade, a monumentalidade e a robustez do Império, bem como as novas técnicas, materiais e conhecimentos de construção.
GRUPO IV	
5.1 <i>Caracterize, atendendo à tipologia e temática, a pintura romana.</i>	Referir que a pintura romana se pautava por cinco áreas temáticas: mitológica, triunfal, paisagística, quotidiana e o retrato (doc. 9), utilizando, fundamentalmente, dois tipos de pintura – mural e mosaicos.
5.2 <i>Explique como se desenvolveu o processo de romanização dos povos conquistados pelo Império, salientando o papel das cidades na teia imperial e as mudanças provocadas no modo de vida e economia desses povos.</i>	Descrever como os diferentes agentes de romanização alteraram o modo de vida dos povos conquistados, visíveis nos documentos. O urbanismo romano e a rede viária promoveram a replicação de Roma por todo o Império, criando várias cidades como as que estão representadas nos documentos. O exército, para além da conquista, promovia a aculturação dos povos quando se instalava nos territórios conquistados, promovendo o modo de vida romano. A educação, a cultura, a língua e o Direito formavam, desde cedo, estes povos conquistados. Estes, por sua vez, desenvolviam-se nas diversas dimensões, nomeadamente em termos artesanais e comerciais.
6.1 <i>Explique como se desmoronou o Império Romano.</i>	Demonstrar como a grandeza do próprio Império promoveu a indisciplina, a traição e as lutas internas pelo poder militar e político. Estas, conjugadas com a pressão bárbara nas fronteiras e a sua infiltração no Império (doc. 13), levaram, primeiro, à cisão da unidade, com a divisão do território imperial e, depois, à capitulação do último Imperador Romano do Ocidente, em 476.

Ficha de avaliação 3

Questão	Tópicos de correção
GRUPO I	
1.1 Considera que a nova identidade civilizacional da Europa Ocidental se deveu a motivos políticos, económicos ou religiosos? Justifique.	Justificar como a realidade histórica, associada às diferentes dimensões históricas – política, económica e religiosa –, contribuiu para definir a identidade civilizacional da Europa Ocidental e o modo de organização do Homem, quer pela multiplicidade de reinos e impérios, quer pela unidade religiosa construída pela Igreja Católica – distinta da Igreja Ortodoxa ou do Islão (doc. 1).
2.1 Distinga senhorios e comunas, indicando e justificando qual deles tem: • maior influência política; • maior influência económica; • maior influência nas relações sociais; • ecos no sistema de organização nacional atual.	O senhorio (doc. 2) era o poder exercido pelo senhor numa zona geográfica e que integrava: – o poder político-militar, marcado pelas relações de vassalagem entre senhor e vassallos, sendo clara a sua influência política e nas relações sociais; – o poder administrativo e económico, na exploração direta ou cedência de exploração das terras através do pagamento de rendas contratualizadas, tendo maior influência económica; – o poder judicial com o exercício da justiça sobre os homens que habitavam nos seus domínios. A comuna (doc. 3) era constituída por uma comunidade de habitantes que, através da carta comunal – onde estavam definidos os seus direitos e deveres de ambas as partes –, conseguia autonomia senhorial. Essa carta era obtida através de um processo de lutas, por compra ou através de mútuo acordo. Ao longo da Idade Média as comunas vão intensificando as suas influências políticas e económicas, com relevo para o crescimento do comércio e das relações sociais, que permanece na organização das instituições nacionais, como é o caso dos concelhos portugueses.
GRUPO II	
3.1 Explique os fatores que contribuíram para o desenvolvimento da economia europeia entre os séculos VIII a XIII. Na sua resposta deve atender aos seguintes tópicos: • a posse da terra e os progressos técnicos; • o crescimento das cidades e o incremento comercial; • a economia monetária e financeira.	Enunciar e relacionar os principais fatores que contribuíram para o desenvolvimento da economia europeia entre os séculos VIII a XIII: – Economia de base agrária, sendo a terra sinónimo de vida, símbolo de poder e segurança, numa base de relação entre grandes senhores e populações que tinham na terra o seu meio de sobrevivência, criando relações de dependência. Enumerar os progressos técnicos que permitiram o crescimento agrícola: os arroteamentos, o afolhamento trienal, novos sistemas de atrelagem e ferragem dos animais, a azenha, a charrua e o uso mais frequente do ferro nos instrumentos agrícolas (relacionar com o doc. 4). – Explicar que, graças ao desenvolvimento agrícola, com maior quantidade e qualidade dos alimentos, houve um crescimento populacional, que contribuiu para o crescimento dos meios rurais e principalmente urbanos. As cidades, que também forneciam bens e serviços (doc. 5), tornaram-se locais privilegiados de transação nos mercados e feiras. Ao longo da Idade Média, destacaram-se algumas áreas comerciais mais significativas, como o norte de Itália, a Flandres, a Liga Hanseática e a região de Champagne (doc. 6).

	– O desenvolvimento do comércio permitiu o desenvolvimento de uma economia monetária (baseada na moeda) e, devido ao grande volume de transações, a criação de novas práticas comerciais e financeiras, como os cheques, letras de câmbio, companhias de seguros e sociedades comerciais.
GRUPO III	
4.1 Mencione os acontecimentos presentes no documento 7 que demonstrem: a) a monarquia guerreira em Portugal; b) a monarquia religiosa em Portugal; c) as relações com os restantes reinos ibéricos; d) o movimento da Reconquista Cristã; e) a definição do território português.	a) 1121 – Afonso Henriques, filho de D. Teresa e D. Henrique, arma-se cavaleiro e assume atitude de rebeldia contra Leão e Castela. b) 1179 – O Papa Alexandre III reconhece Portugal como reino e D. Afonso Henriques como rei. c) 1095-1096 – D. Henrique casa com D. Teresa, filha de Afonso VI, e recebe a chefia do condado Portucalense, entre o Lima e o Mondego. d) 718 – Início da Reconquista; 1139 – Batalha de Ourique contra os Muçulmanos; 1191 – Os Muçulmanos recuperam Silves e Alcácer do Sal (invasões almóadas); e) 1249 – Conquista do Algarve; 1297 – Tratado de Alcanises.
4.2 Caracterize a Reconquista Cristã, relacionando o movimento de conquista com a definição do território português.	Enunciar os aspetos característicos da Reconquista Cristã, como um processo político, militar e religioso de recuperação dos territórios da península Ibérica, dominados e ocupados pelos Muçulmanos em 711. A Reconquista Cristã teve início no século VIII (718 – batalha de Covadonga) e terminou com a expulsão dos Muçulmanos no século XV (1492). Este movimento levou a criação de vários reinos ibéricos cristãos, como Leão, Castela, Navarra e Aragão. No decorrer do movimento, nasceu o reino de Portugal que, após vários episódios de avanços e recuos no domínio do território, acabou por definir as suas fronteiras no ano de 1297, pelo tratado de Alcanises.
GRUPO IV	
5.1 Explique como se processou a afirmação do poder senhorial, tendo em conta: a) o movimento da Reconquista Cristã; b) o povoamento e a exploração dos territórios; c) o exercício de poderes: imunidades; d) a relação com os dependentes.	a) Durante o movimento de Reconquista Cristã, e para maior eficácia militar defensiva e ofensiva contra os Muçulmanos, os reis cristãos aplicaram medidas de povoamento nas regiões mais críticas e de administração, entregando aos grandes senhores – nobreza e clero –, através do direito de presúria, doações régias ou senhoriais (docs. 8 e 9). b) Poder dominial – formação de senhorios com domínio sobre a terra e sobre os homens (proteção e segurança das populações); criação de laços de dependência entre senhores e comunidades rurais, através da exploração agrícola do domínio senhorial; identificação de um senhorio e das partes constituintes (doc. 10). c) Poder senhorial – domínio sobre as comunidades através do exercício militar, fiscal e judicial. Os senhores adquiriam privilégios com a aplicação de direitos banais, criação de tribunais próprios e estabelecimento de contratos. d) Exercício do poder senhorial através das relações com a comunidade rural, que tinha estatutos diferenciados: herdeiros, colonos, servos, assalariados e escravos (relacionar com o doc. 11).

Ficha de avaliação 4

Questão	Tópicos de correção
GRUPO I	
1.1 <i>Caracterize a organização e o exercício de poderes nos concelhos medievais portugueses. A sua resposta deve contemplar os seguintes aspetos:</i> • <i>multiplicação dos concelhos;</i> • <i>organização do espaço citadino e exercício comunitário dos poderes concelhios;</i> • <i>afirmação política das elites municipais.</i>	Referir que o aparecimento dos concelhos portugueses se prende com a sua localização geográfica e com os movimentos políticos e sociais, como o processo da Reconquista Cristã (ocupação e povoamento do território – doc. 1) e que daí resultou uma multiplicidade de concelhos diversos, com modos de organização distintos. Os concelhos podiam ser urbanos ou rurais e a sua organização do espaço comunitário era distinta. Mencionar que o concelho nascia através de uma carta de foral (doc. 2.) e referir que o espaço citadino dependia da relação económica que estabelecia com o campo. No âmbito urbanístico, os concelhos eram, habitualmente, compostos pela vila, arrabalde e termo, mostrando influência de outros povos, como os Romanos, os Muçulmanos e os Germanos, e o seu planeamento contemplava as diferentes realidades vividas, patentes na criação de judiarias e mourarias. Compreender que, no concelho, o poder era exercido por todos os habitantes (vizinhos), que o administravam (doc. 3) através de uma série de órgãos político-administrativos, como a assembleia de vizinhos ou homens-bons, magistrados, almotacés, procurador, chanceler e vereadores; referir a existência de símbolos do poder concelhio como o selo (doc. 4), o pelourinho, os paços do concelho e a assembleia. Realçar o papel dos mercadores e legistas como grupos que se destacam e exercem a sua influência junto do poder real e do poder senhorial.
GRUPO II	
2.1 <i>Indique de que forma a atuação da monarquia portuguesa favoreceu a afirmação do poder régio.</i>	Compreender que, numa primeira fase, a monarquia portuguesa se estabelece durante o período da Reconquista Cristã e, por isso, se define como guerreira e militar. Indicar que a força do rei advém dos laços de vassalagem que cria com os senhores, fortalecendo o reino e a sua posição como autoridade máxima (senhor entre os senhores). Numa segunda fase, e num período de maior estabilidade, o monarca, em resposta aos abusos senhoriais, consolida o seu poder como uma figura única e unificadora, fundamentando o seu poder no direito divino, construindo uma monarquia de cariz feudal e afirmando-se através da complexificação dos órgãos do Reino (doc. 5).

2.2 Refira as medidas criadas pelos monarcas portugueses que favoreceram o fortalecimento da administração do reino, a nível central e local.	Indicar que a monarquia portuguesa, ao longo da Idade Média, empreende um conjunto de medidas para centralizar o poder régio (docs. 6 e 7): – Leis Gerais, criação de uma rede de juízes; medidas fiscais, como a Lei da Almotacaria ou Sisas Gerais; medidas defensivas, como a criação de um corpo militar, os besteiros do conto. – Cúria Régia (até ao séc. XII), Conselho Régio (séc. XIII), Cortes (séc. XIII), funcionários régios da administração central (alferes-mor, mordomo-mor e chanceler-mor) e funcionários régios da administração local (alcaide-mor, almoxarife, mordomo, corregedor e juízes de fora). – Lei da Desamortização, Inquirições e Confirmações (medidas de combate à expansão senhorial).
GRUPO III	
3.1 Contextualize o aparecimento da arte românica e da arte gótica e identifique as características arquitetónicas dos dois estilos.	Distinguir o contexto da arte românica (sécs. V a X), como expressão de uma época de convulsões, arte gótica (sécs. XI a XIII), da expressão de uma época de paz, segurança e riqueza. Indicar os principais elementos arquitetónicos de cada estilo: – Românico: defesa, convívio e culto a Deus. Exemplos de construções: mosteiros, igrejas, capelas, castelos, torres senhoriais (docs. 8 e 9). Sólida, robusta e com poucas aberturas. Planta em cruz latina, arco de volta perfeita e abóbada de berço. – Gótico: desejo de alcançar Deus na luz e verticalidade dos edifícios. Exemplos de construções: catedrais. Uso da luz e da cor, com grandes janelas, rosáceas e vitrais (docs. 10 e 11), arco em ogiva, abóbadas de cruz, pilares, contrafortes, botaréis e arcobotantes. Incorporação de esculturas na arquitetura, numa lógica de «livro em pedra» (doc. 12).
3.2 Indique o documento que melhor representa o pensamento do historiador Georges Duby: «Deus é luz». Justifique a sua opção.	Documento 11. Justificar que o vitral – vidro pintado com várias cenas e representações religiosas – estava relacionado com a arquitetura, promovendo a luz e a cor em edifícios verticais com amplas janelas e rosáceas.
4.1 Explique as mudanças de religiosidade sentidas por toda a Europa, nos séculos XII-XIII.	Referir que o ressurgimento económico e o crescimento das cidades tiveram como consequência o aparecimento de claros contrastes sociais. Neste ambiente, enquadra-se o movimento de renovação da religiosidade dos séculos XII e XIII. Mencionar a obra das ordens mendicantes – franciscanos e dominicanos –, que pretendiam o retorno aos valores e doutrina de Cristo, ajudando os mais carenciados, Referir as confrarias e as corporações, que eram associações de cariz religioso e profissional, respetivamente, de ajuda mútua, que tinham como finalidades a proteção e apoio dos seus membros e dos mais necessitados (articular com o doc. 13).

GRUPO IV

5.1 Partindo dos documentos, descreva a vivência cortesã medieval. A sua resposta deve contemplar os seguintes aspetos:

- educação cavaleiresca;
- amor cortês e memória dos antepassados.

Indicar como a vivência cortesã medieval está ligada à cultura leiga, promovida nas cortes de reis e senhores, através de trovadores e jograis que, nas festas, faziam demonstrações poéticas, teatrais e musicais.

Destacar a importância da educação cavaleiresca como um processo de exaltação do ideal do perfeito cavaleiro, que tinha de apresentar qualidades como a honra, a lealdade e a coragem. Para isso, o nobre tinha uma educação exigente que cumpria com rigor, e passando por várias fases (pajem, escudeiro e, finalmente, cavaleiro, através de um ritual solene – doc. 14). Em tempo de paz, o cavaleiro participava em caçadas, torneios e justas, como treino (doc. 15).

Indicar como a cultura cortesã chega aos dias de hoje através da literatura, nomeadamente pela poesia lírica escrita pelos trovadores, como as cantigas de amor, de amigo e de escárnio e maldizer, as novelas e os romances de cavalaria, que difundiam os valores do amor cortês e o modelo do nobre cavaleiro. Referir também as crónicas e livros de linhagens como exemplo do culto à memória dos antepassados.

6.1 Explique a importância das viagens na Idade Média para o desenvolvimento político, económico e religioso da Europa.

Referir que a prática de viagens na Idade Média tinha vários motivos, contribuindo para estreitar relações entre regiões.

Destacar razões:

- económicas, pela ação dos almocreves e mercadores (doc. 17);
- político-militares, na defesa e administração dos territórios;
- religiosas, com as peregrinações e as romarias como manifestações da religiosidade (doc. 16).

Ficha de avaliação 5

Questão	Tópicos de correção
GRUPO I	
1.1 <i>Descreva os progressos técnicos, ocorridos nos séculos XV e XVI, na Europa, que permitiram a transformação da vida material do Homem do Renascimento.</i>	Enunciar que, nos séculos XV e XVI, a Europa assistiu a um surto de desenvolvimento e inovação a vários níveis: – progressos técnicos na agricultura e nos transportes: rotação nas culturas, prados artificiais, culturas forrageiras e hortícolas, jogo dianteiro móvel, suspensão de viaturas por correntes, rodas de raios livres com eixo fixo, difusão dos coches, etc. – inovação na indústria: surgimento de oficinas de todos os tipos, especialização do trabalho do couro, pedra, metal, madeira, olaria, produtos químicos e tecidos. – novos inventos: artilharia móvel, armas de fogo, relógios, lançadeiras, teares, roda hidráulica e outros; produção de mobiliário e de bens de uso quotidiano; invenção da prensa de caracteres móveis, por Gutenberg. – organização comercial: fundação de sociedades por ações; desenvolvimento de técnicas financeiras.
1.2 <i>Justifique a importância da imprensa no quadro de inovações ocorridas no Ocidente europeu, na época de Quinhentos.</i>	Sublinhar a importância da invenção da imprensa no quadro de inovações ocorridas na época, destacando o seu valor para a transformação do conceito de livro: reprodução mais rápida, a baixo custo, que possibilitou a divulgação da cultura através da criação de bibliotecas e da difusão de livros por toda a Europa.
GRUPO II	
2.1 <i>Identifique os protagonistas das grandes descobertas marítimas, enunciando as primeiras rotas transoceânicas que marcaram o início da Idade Moderna.</i>	Identificar os principais responsáveis pela Expansão nos séculos XV e XVI: D. João I; infante D. Henrique; D. João II; D. Manuel I; e os reis católicos de Espanha. Identificar as principais rotas: rota do Levante; rota do Cabo; rota de Manila; rota de Fernão Magalhães (viagem de circum-navegação, assinalada no mapa de Battista Agnese – doc. 5).
2.2 <i>Destaque o contributo português para o alargamento do conhecimento geográfico do mundo, ocorrido na época.</i>	Enunciar o contributo dos Portugueses para o alargamento do conhecimento geográfico e as condições da sua primazia: – localização geográfica de Portugal, com extensa costa atlântica e portos naturais, e experiência marítima; – herança de técnicas e conhecimento de instrumentos náuticos, através do contacto com marinheiros Europeus e Muçulmanos do Mediterrâneo; – adaptação da vela latina, criando uma nova embarcação – a caravela – que permitiu a navegação em alto mar e construção de naus e galeões para viagens de longa distância; – aperfeiçoamento do astrolábio islâmico e invenção da balestilha; – registo de terras e mares conhecidos – produção de mapas e novas representações cartográficas; – comprovação da esfericidade da Terra; – refutação das ideias sobre o conhecimento do mundo e correção de erros até aí considerados incontestáveis.

GRUPO III	
3.1 <i>Caracterize a mentalidade quantitativa dos séculos XV e XVI.</i>	Enunciar os aspetos caraterísticos da mentalidade quantitativa desenvolvida pelos Europeus, fruto do despertar para a observação atenta da Natureza e da promoção de um surto de investigação científica, presente nas Ciências Naturais, na Geografia, na Medicina, na Astronomia, na Física e, sobretudo, na Matemática. Considerar o desenvolvimento de uma mentalidade prática e concreta, «preocupada com a certeza», influência, por um lado, da economia mercantilista e, por outro, da progressiva construção do Estado Moderno, preocupado com a contabilidade pública, com a contagem da população e com o estabelecimento de impostos. As viagens de navegação, o comércio, a ciência e a vida quotidiana impunham a necessidade de tudo medir, contribuindo para a formação de uma nova mentalidade, assente na quantificação e no número.
GRUPO IV	
4.1 <i>Explique a teoria heliocêntrica.</i>	Explicar a teoria defendida por Copérnico no século XVI: resumir o enunciado do documento, refutando a concepção aristotélica: o Sol está no centro do Universo e os planetas descrevem órbitas circulares, numa duração correspondente à distância a que cada um se encontra do Sol. Considerar ainda o facto de Copérnico fundamentar a sua teoria no conhecimento e na aplicação da Matemática, constituindo uma revolução das concepções cosmológicas.
4.2 <i>Relacione a emergência da ciência moderna com as mudanças operadas no conhecimento da Natureza nos séculos XV e XVI, considerando a informação dos documentos 8, 9, 10, e 11. Na sua resposta deve abordar, pela ordem que entender, os seguintes tópicos de desenvolvimento:</i> • o contributo português; • a mentalidade quantitativa; • o experiencialismo.	Desenvolvimento organizado do tema «a emergência da ciência moderna nos séculos XV e XVI», abordando cada um dos tópicos de orientação da resposta: – o contributo português: novos conhecimentos de cartografia e náutica; alargamento do conhecimento geográfico; observação e descrição da Natureza; reflexão técnico-científica. – a mentalidade quantitativa: viagens transatlânticas: percursos de longas distâncias, registo de medidas de tempo, horários das marés, duração das viagens; contabilidade; registo de tipologias de produtos transacionados, seguros e técnicas bancárias; registo da população e cálculo de impostos; desenvolvimento da Matemática (equações, raízes quadradas e números negativos). – o experiencialismo: aplicação dos conhecimentos matemáticos e observação da Natureza; movimento dos astros e de rotação dos planetas (heliocentrismo).

Ficha de avaliação 6

Questão	Tópicos de correção
GRUPO I	
1.1 Defina «Humanismo» e identifique os seus principais representantes em Itália.	Identificar o Humanismo como um movimento que surgiu em Itália no século XV e que consistiu na valorização da cultura da Antiguidade Clássica. Referir a importância do estudo aprofundado dos textos do mundo greco-romano (Poesia, História, Filosofia). Referir ainda que o entusiasmo pela procura e recuperação de obras dos Antigos e o seu estudo aprofundado se evidenciava já desde o final da Idade Média, destacando-se Dante, Petrarca e Boccaccio como precursores do Humanismo (representados no doc. 1). Salientar que o latim foi a língua de comunicação entre os humanistas, embora as línguas nacionais se tenham afirmado neste período. Destacam-se, a título de exemplo, William Shakespeare, Miguel de Cervantes e Luís de Camões, que escreveram obras na sua língua nacional.
1.2 Justifique a centralidade do Homem na época renascentista. Na sua resposta deve abordar: • a ostentação das elites cortesãs; • o Humanismo; • a dignificação do indivíduo (antropocentrismo e individualismo).	Enunciar que a cultura renascentista se centrou, fundamentalmente, na descoberta do Homem, colocando-o no centro de todas as realizações (antropocentrismo e individualismo), referindo os seguintes pontos: – estudo aprofundado dos textos da Antiguidade, valorizando as capacidades individuais e o conhecimento de si próprio (Platão, Aristóteles); – a dignidade e a emancipação do Homem passam a ser objeto de discussão e reflexão filosófica. Acentuar o interesse dos humanistas pelo aspeto educativo e formativo da personalidade humana como meio de o indivíduo desenvolver as suas capacidades intelectuais e morais, e de se conhecer a si próprio e ao mundo que o rodeia (formação humanista); – a exaltação do Homem e da sua dignidade, considerando a posição privilegiada que o ser humano ocupa no Universo, são uma condição expressa pelos humanistas desde Petrarca até Pico della Mirandola (doc. 4); – intelectuais e artistas recuperaram e estudaram os modelos da Antiguidade Clássica e muitos representaram os seus modelos nas suas obras (Platão e Aristóteles, representados, por exemplo n' <i>A Escola de Atenas</i>, de Rafael – doc. 2). Concluir, considerando que a afirmação das elites cortesãs se enquadrou neste espírito: – príncipes e outros notáveis valorizaram a cultura e apoiaram o estudo e a produção de obras dos humanistas e dos artistas (pintura, escultura, arquitetura); – cultura e arte ao serviço da ostentação e da riqueza dos seus patronos; o mecenato como forma de prestígio e ascensão social.

GRUPO II	
2.1 <i>Identifique os elementos arquitetónicos clássicos presentes nas figuras do documento 6.</i>	Enumerar os elementos arquitetónicos clássicos, presentes nas imagens (doc. 7): colunas clássicas, arcos de volta perfeita, cúpula, naves e frisos.
2.2 <i>Relacione o racionalismo das obras arquitetónicas representadas com a informação obtida no documento 4.</i>	Enquadrar as evidências de elementos clássicos, presentes nas obras arquitetónicas representadas no documento 7, na ideia enunciada no texto (doc. 5) que considera o Renascimento como uma época em que os artistas reviveram as culturas grega e romana. A própria imagem que ilustra o documento evidencia o amor de Rafael pela cultura dos Antigos, quer pelo tema da pintura <i>A Escola de Atenas</i>, quer pela representação de Euclides de Alexandria (matemático da Antiguidade) na sua pintura. Destacar a importância da Geometria e da Aritmética para o desenvolvimento da arquitetura renascentista: criação de um conjunto de regras formais e de proporções modulares – ordens arquitetónicas – herdadas das ordens clássicas. Salientar as características das construções renascentistas: traçado rigoroso e geométrico (preferência pelas volumetrias circulares, cúbicas e paralelepípedicas); fachadas retilíneas, com a utilização de colunas a acentuar a horizontalidade do conjunto.
3.3 <i>Considerando os documentos 6 e 8, justifique o carácter inovador das obras de Brunelleschi.</i>	Considerar que, apesar da imitação dos Antigos, enunciada pela utilização de elementos arquitetónicos próprios da gramática greco-latina nas suas construções, Brunelleschi superou os modelos da Antiguidade, pelo estudo e pelas regras de construção por si projetadas. A perspetiva (doc. 8) foi praticada pela primeira vez por este arquiteto renascentista. A sua criatividade e genialidade consistiram em utilizar os conhecimentos de Matemática na criação de regras rigorosas de proporcionalidade e ordem, distanciando-se do cânone dos Antigos. Na igreja de S. Lourenço (doc. 7B), Brunelleschi calculou a altura das naves laterais como proporcionais à nave central – duas vezes mais alta do que as laterais – e às paredes, dando ao observador a ilusão de linhas a convergirem para um único ponto: o «ponto de fuga».
GRUPO III	
3.1 <i>Indique os fatores que contribuíram para o apelo de uma reforma no interior da Igreja.</i>	Enunciar que, na Europa, entre os séculos XIV e XV, surgiram vários movimentos de contestação e renovação religiosa, devido a vários fatores: – o Grande Cisma do Ocidente (divisão do Papado – um Papa em Roma e outro em Avinhão); – a corrupção moral por parte de alguns membros da Igreja; – a denúncia da desmoralização, degradação dos comportamentos, ostentação dos Papas e cardeais; – a procura de uma religiosidade mais intimista, marcada por uma devoção mais pessoal; – as vozes discordantes de clérigos, intelectuais e humanistas, como Wyclif, Huss, Savoranola, Erasmo de Roterdão ou Lourenço Valla, entre outros.

3.2 <i>Considera que as Igrejas protestantes pretendiam reafirmar os princípios primitivos do cristianismo? Na sua resposta deve abordar, pela ordem que entender, os seguintes princípios doutrinários:</i> • <i>Salvação;</i> • <i>fonte de Fé;</i> • <i>sacramentos;</i> • <i>sacerdócio universal;</i> • <i>hierarquias religiosas.</i>	Destacar o papel das Igrejas reformadas, que reafirmam os valores cristãos primitivos. <u>Luteranismo:</u> – a salvação da alma dependia da Fé e não das boas obras, como era o caso das indulgências, situação que impulsionou Martinho Lutero a romper teologicamente com a Igreja Católica. Nem todos eram dignos da salvação, sendo esta um dom, dado por Deus e justificado pela Fé. – as Sagradas Escrituras eram consideradas a única fonte de Fé e de doutrinação, e eram a revelação de Deus ao Homem. Cada indivíduo devia interpretá-las de forma individual e intimista; – defesa de apenas dois sacramentos: o batismo e a eucaristia; – defesa do sacerdócio universal, afirmando que quer clérigos, quer leigos podiam celebrar as cerimónias; – recusa das hierarquias religiosas. O <u>Calvinismo</u> distingue-se do Luteranismo: – pela doutrina da predestinação absoluta, que estabelecia que o ser humano nascia com a certeza, ou não, da vida eterna ou da condenação; – pela intransigência na interpretação da Bíblia (Calvino considera a sua interpretação como única); – pela criação de uma sociedade teocrática; – pela proibição do culto das imagens (iconoclastia). O <u>Anglicanismo</u> teve a particularidade de a sua criação se dever mais a questões políticas, do que propriamente religiosas.
GRUPO IV	
4.1 <i>Relacione os documentos, indicando a ação promovida pela Igreja no âmbito da Reforma Católica e da Contra-Reforma. Na sua resposta, deve abordar os seguintes aspetos:</i> • <i>reafirmação do dogma e do culto tradicional;</i> • <i>reforma disciplinar dos clérigos;</i> • <i>combate ideológico (Index, Inquisição, Companhia de Jesus).</i>	Reafirmação do dogma e do culto tradicional (concílio de Trento): – recusa da teoria de predestinação; reafirmação de que a salvação se conseguia pela fé e pelas boas obras; – confirmação da Bíblia como única fonte escrita da doutrina; adoção da <i>Vulgata</i>, de S. Jerónimo, como a versão oficial católica da Bíblia; confirmação da existência do Purgatório; – confirmação dos sete sacramentos; reafirmação do valor das indulgências; reafirmação do culto dos santos e da Virgem Maria; estabelecimento dos ritos públicos e privados; – publicação de um catecismo; manutenção do latim como língua litúrgica; reafirmação da autoridade suprema do Papa sobre a Igreja. Reforma disciplinar dos clérigos: – proibição da acumulação de benefícios eclesiásticos; – residência obrigatória nas dioceses e paróquias; – obrigatoriedade da visita frequente dos bispos às suas paróquias; – proibição dos soberanos de se pronunciarem sobre assuntos eclesiásticos; – manutenção do celibato; fundação de seminários. Combate ideológico: – criação do <i>Index</i>, que tinha como objetivo evitar a publicação de livros prejudiciais à Fé e moral da Igreja; reforço da Inquisição enquanto tribunal eclesiástico, que tinha como objetivo reprimir, perseguir e condenar os heréticos; – criação da Companhia de Jesus, que valorizava o ensino, a assistência e a pregação.

4.2 Indique o que terá contribuído para a visão apresentada por Montaigne.	Referir como a expansão ultramarina diminuiu o isolamento entre os diferentes «mundos», demonstrando a variedade étnica e cultural dos povos e redefinindo o conceito de Humanidade, mas também provocando choques civilizacionais, que acabam por valorizar o relativismo cultural e o início da universalização dos Direitos Humanos.
4.3 Considera que o autor é a favor ou contra os Direitos Humanos? Justifique tendo em conta os autores que defendiam os «Outros».	Compreender que o discurso de Montaigne se enquadra numa visão de unidade e igualdade do ser humano e no desejo de universalização dos Direitos Humanos. Outros autores, como Fernão de Oliveira, Bartolomeu de Las Casas ou o padre António Vieira, por exemplo, defenderam os diferentes povos e suas culturas (relativismo cultural), promovendo desejos de maior liberdade e igualdade entre povos, e a construção de uma noção de Humanidade mais universal.

DOSSIÊ DE FONTES

Disponível em formato editável em **20 AULA DIGITAL**

1. O modelo ateniense

Doc. 1 – Fundamento da democracia

O fundamento da constituição democrática é a liberdade. Costuma afirmar-se isso sob a alegação de que apenas nesse regime se goza de liberdade; esse é, segundo se diz, o objetivo que visa toda a democracia. Uma das características da liberdade reside em ser governado e governar à vez.

A justiça democrática consiste na igualdade segundo o número e não segundo o mérito. De tal noção de justiça resulta que a soberania estará necessariamente no povo e que a opinião da maioria deverá ser o fim a conseguir (...). Nas democracias, os pobres são mais poderosos do que os ricos; são em maior número e a autoridade soberana está na maioria.

Esse é pois um sinal da liberdade que todos os democratas colocam como marca do regime; outra reside em viver como se quiser. É essa dizem a função da liberdade, visto que é próprio do escravo viver uma vida que não deseja. Esta é a segunda marca da democracia, da qual resulta não ser governado por ninguém, ou pelo menos sê-lo à vez. E por este meio se contribui para a liberdade com base na igualdade.

Aristóteles, filósofo do século IV a.C., *Política*.

Doc. 2 – Juramento dos Heliastas¹

Votarei segundo as leis e os decretos do povo ateniense e da Bulé dos Quinhentos. Não votarei nem por um tirano, nem por um oligarca, e se alguém atentar contra a democracia ateniense, ou fizer uma proposta, ou submeter um decreto nesse sentido, não o seguirei. Também não votarei a abolição das dividas privadas, nem a partilha das terras e das casas dos atenienses. Não amnistiarei nem os exilados, nem os condenados à morte. Não expulsarei os que habitam este país conforme as leis e os decretos do povo ateniense e da Bulé. Não darei o direito de exercer a magistratura a alguém que não tiver prestado contas de uma outra magistratura. Não conferirei duas vezes a mesma magistratura ao mesmo homem, nem duas magistraturas a um único cidadão no mesmo ano. Não aceitarei presentes, como juiz do Helieu, nem por mim próprio, nem por intermédio de outro, através de qualquer artifício ou maquinação.

Não tenho menos de trinta anos e escutarei com igual atenção o acusador e o acusado, e decidirei unicamente sobre o objeto preciso em causa.

Demóstenes, orador do século IV a.C., *Contra Timócrates*.

Doc. 3 – Seleção para exercício de funções

O que mais contribuiu para a boa organização da pólis foi o facto de eles [os Atenienses], das duas igualdades que se julga existirem – das quais uma distribui o mesmo a todos e a outra a cada um o que convém – não desconhecera a mais útil. A que avalia do mesmo modo os bons e os maus rejeitavam-na como não justa, mas acolhiam a que honrava e castigava cada um segundo o mérito. De acordo com este princípio, administravam a pólis, não tirando as magistraturas à sorte de entre todo o povo, mas designando, para cada cargo, por eleição, os cidadãos mais honestos e mais competentes. (...) Além disso, consideravam esse processo mais democrático do que aquele que tem por base a sorte: na tiragem à sorte, o acaso comanda e muitas das vezes as magistraturas recaem nos defensores da oligarquia; na designação dos mais convenientes por eleição, o povo será soberano na escolha dos mais afeiçoados à constituição estabelecida.

Isócrates, orador dos séculos V-IV a.C., *Areopagítico*.

¹ Juizes, membros do tribunal do Helieu.

Doc. 4 – A sociedade ateniense

Direi que [os Atenienses] têm razão em dar aos pobres e ao povo privilégios superiores aos dos nobres e dos ricos. Com efeito, é o povo que assegura a marcha dos navios e o poder da cidade (...). E visto que isto é assim, parece justo que todos tenham acesso às magistraturas, no atual sistema de tiragem à sorte, como no de eleição por braços levantados, e que, seja qual for o cidadão que o deseje, possua a faculdade de usar a palavra. (...) Quanto aos cargos, sobre os quais está a salvação ou a perda da cidade (...), o povo não os deseja e não participa na lista que determina as atribuições dos estrategos. (...) Com efeito o povo não tem interesse em tomar este cargo e prefere deixá-lo aos que são mais capazes de o exercer. O povo disputa apenas os cargos retribuídos por um salário ou os que são suscetíveis de o enriquecer.

Quanto aos escravos e aos metecos, em nenhuma parte a sua insolência vai tão longe como em Atenas. Nesta cidade, não se tem o direito de lhes bater, e o escravo não se afastará para vos dar passagem. (...) Porque os homens do povo em Atenas não se distinguem dos escravos e dos metecos nem pelas vestes nem por um exterior mais rico. (...) Eis a razão pela qual concedemos aos escravos uma espécie de direito à palavra em relação aos homens livres. E também aos metecos, em relação aos cidadãos da cidade, porque a multidão dos ofícios e das necessidades da marinha tornam-nos necessários à cidade. Eis porquê o direito à palavra concedido aos metecos é, também, da nossa parte, uma concessão coerente.

Pseudo-Xenofonte, *A Constituição dos Atenienses*, século V a.C. (adaptado).

Doc. 5 – A mulher na Grécia Antiga

É durante o século IV a.C., com a estruturação da sociedade da pólis, que se delineia o estatuto da mulher grega, embora de forma distinta em cada pólis. Em Esparta, onde o Estado era mais importante do que a família, as mulheres tinham uma considerável liberdade: não tinham de tomar conta da casa, nem da educação dos filhos: podiam dedicar-se à dança, ao canto e aos exercícios gímnicos, para os quais eram treinadas desde a infância. Em Atenas, pelo contrário, o papel da mulher diferia de acordo com a sua condição, ou seja, se era esposa, concubina ou *hetaira*. A esposa (*gyne*) era prometida ao marido ou ao pai dele ainda criança (...). Se pertencia a uma família rica, a mulher devia orientar os escravos no cumprimento dos trabalhos domésticos, passando o resto do tempo no gineceu (...).

Numerosos são os achados do *mundus muliebris* [mundo feminino], encontrados sobretudo nos túmulos (...). De acordo com as fontes literárias, a mulher parece raramente participar na vida social: não ia ao teatro nem tomava parte nos banquetes e, em vez disso, participava nas festas religiosas e em eventos especiais da família, como o nascimento de uma criança. A concubina, chamada *pallake*, com quem o homem vivia sem se casar, era frequentemente estrangeira. Do ponto de vista dos deveres, era equiparada à esposa, mas não gozava de nenhum direito. Por fim, havia a *hetaira*, uma figura particular: não era uma prostituta, mas uma mulher que era educada desde criança para, profissionalmente, «fazer companhia» ao homem, acompanhando-o onde a esposa e a concubina não eram admitidas. Ela não tinha só uma relação física com o homem, mas, principalmente, uma relação intelectual – a *hetaira* era uma mulher culta, conhecendo a música, o canto e a dança, como é evidente na iconografia dos vasos. Para as relações realmente ocasionais, os homens tinham à sua disposição verdadeiras prostitutas (*pornai*), muitas vezes escravas ou metecas, que «trabalhavam» em casa ou na rua, e que se situavam no nível mais baixo da escala social.

Só durante o período helenístico é que a mulher ganha uma considerável importância social em todo o mundo grego. Na sociedade macedónia, a relação entre mãe e filho torna-se até mais impor-

tante do que a relação mulher e marido. Por isso, Olímpia pôde governar no lugar do filho, o pequeno Alexandre. Assim, nos séculos III e II a.C., a mulher ocuparia finalmente cargos de uma certa relevância.

Giulia Marruchi e Riccardo Belcari, *A Grande História da Arte – A Arte Grega*, Madrid, Mediasat, 2006 (adaptado).

Doc. 6 – As Pan-Ateneias: o culto aberto a todos

A festa anual desse nome durava dois dias, mas de quatro em quatro anos era celebrada com solenidade, durante pelo menos quatro dias. Nos concursos gímnicos, que comportavam principalmente corrida de archotes, os atletas vencedores recebiam azeite das oliveiras sagradas de Atenas. Depois verificava-se a grande procissão (...), a qual, partindo do [bairro do] Cerâmico, atravessava o centro de Atenas, para levar solenemente à Acrópole o *peplo*, bordado todos os anos por jovens escolhidas, que se destinava a vestir a estátua do culto de Atena; os sacerdotes e todos os corpos da cidade, incluindo os representantes dos metecos, formavam um longo cortejo, cuidadosamente ordenado e acompanhado por efebos a cavalo. Uma vez chegados à Acrópole, sacrificavam, diante do velho templo de Atena (...), primeiramente, quatro bois e quatro carneiros; depois, no grande altar situado em frente ao Pártenon, degolavam tantas vacas quantas fossem necessárias para alimentar toda a gente da cidade.

Robert Fiacelière, *A Vida Quotidiana dos Gregos no Século de Péricles*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d.



Doc. 7 – Ânfora Apúlia, com figuras vermelhas que representam cenas de conversa entre mulheres e homens (séc. IV a.C.).

Doc. 8 – A Tragédia

Quanto ao seu conteúdo, a tragédia grega é única. Para bem a compreendermos, temos de começar por lembrar as circunstâncias da sua representação: enquadrada numa série de cerimónias de carácter simultaneamente cívico e religioso, a ela assiste toda a pólis, pois até os pobres podem levantar os seus bilhetes (...). Não é divertimento e distração para o espírito cansado pelas tarefas quotidianas, mas ato soleníssimo que ocupa por si só um dia inteiro. O cuidado em que tais atos se efetuam com toda a regularidade era uma das grandes preocupações dos Atenienses, que até encerravam os tribunais durante esse período.

Maria Helena Rocha Pereira, *Estudos de História Clássica*, 4.^a ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1975 (adaptado).

Doc. 9 – A Comédia

As representações da comédia antiga ofereciam um espetáculo muito mais variado, muito mais animado, mais extravagante do que as tragédias, onde as máscaras e os trajos estavam determinados. A comédia de Aristófanes, em certos aspetos, tem a função de uma imprensa de oposição. Ao serviço de um certo ideal político (...), o poeta denuncia tudo o que crê contrário ao interesse da cidade e ao espírito humanista.

Pierre Grimal, *O Teatro Antigo*, Lisboa, Edições 70, 1985.

Doc. 10 – A Filosofia

A minha única preocupação é ir pelas ruas para vos persuadir, jovens e velhos, a não vos preocupardes nem com o vosso corpo nem com a vossa fortuna tão apaixonadamente como com a vossa alma, para a tornar tão boa quanto possível; sim a minha tarefa é dizer-vos que a fortuna não faz a virtude, mas que da virtude provém a fortuna e tudo o que é vantajoso, quer aos particulares, quer ao Estado.

Platão, filósofo dos séculos V-IV a.C., *Apologia de Sócrates*.



Doc. 11 – A Educação (pormenor de vaso do século V a.C.). Nesta imagem está representada uma cena da vida escolar na Grécia Antiga. No lado esquerdo, podemos ver um professor de cítara, sentado, a tocar, enquanto o aluno o observa de pé; ao centro, está o professor, sentado, escrevendo ou corrigindo um texto escrito pelo aluno que está à sua frente; e, sobre a direita, encontra-se o pedagogo, que acompanhava o aluno à escola, a observar.



Doc. 12 – A Vitória de Samotrácia. Esta estátua, com aproximadamente 245 cm, foi dedicada aos deuses, em 190 a.C., pelas vitórias navais frente aos persas e estava exposta no Santuário dos Grandes Deuses, na ilha de Samotrácia. Encontrava-se colocada numa proa de um barco em mármore, numa pequena bacia rasa de água. A escultura tem como obra precedente a *Vitória (Nike)* e, como esta, não tem nem cabeça nem braços. É representada com as asas abertas e com a ponta do pé direito quase a tocar no barco, parecendo estar em voo. A túnica comprida é fechada por um cinto por baixo do peito, parecendo esvoaçar. As pregas movem-se em diversas direções, parecendo impulsionadas pelo vento.

2. O modelo romano

Doc. 13 – A visão de Octaviano César Augusto acerca do seu percurso político

Aos 19 anos de idade levantei, por decisão pessoal e à minha custa, um exército que me permitiu devolver a liberdade à República, oprimida pelo domínio de uma facção. Como recompensa, o Senado, mediante decretos honoríficos, admitiu-me no seu seio. (...) Confiou-me a missão de velar pelo bem estar público, junto com os cônsules e na qualidade de pro-pretor (43 a.C.). Nesse mesmo ano, tendo morrido os dois cônsules na guerra, o povo nomeou-me cônsul e triúmviro responsável pela reconstituição da República (...).

Fiz muitas vezes a guerra, por terra e por mar. Guerras civis e contra estrangeiros, por todo o universo. E, depois da vitória, concedi o perdão a todos os que o solicitaram. Quanto aos povos estrangeiros, preferi conservar a destruir os que podiam ser perdoados sem perigo. Uns 500 000 cidadãos romanos prestaram sagrado juramento de devoção à minha pessoa. De entre eles, algo mais de 300 000, depois da conclusão do seu serviço militar, foram por mim fixados em colónias de nova fundação ou reenviados para os seus municípios de origem. A todos eles concedi terras ou dinheiro para os recompensar pelos seus serviços militares.

Por duas vezes recebi a honra da ovação solene e por três a do trinúfo. Recebi aclamações oficiais como *imperator* em vinte e uma ocasiões. (...)

Por causa dos êxitos obtidos por mim ou pelos meus lugares-tenentes, no comando sob os meus auspícios, tanto por terra como por mar, o Senado decretou ações oficiais de graças aos deuses imortais em cinquenta e cinco ocasiões.

Durante o consulado de Marco Marcelo e Lúcio Arrúncio não aceitei a magistratura de ditador, que o Senado e o povo me conferiram [em 22 a.C.]. Não quis, contudo, declinar a responsabilidade dos abastecimentos alimentares, no meio de uma grande carestia, e de tal modo assumi a sua gestão que, poucos dias mais tarde, toda a cidade estava livre de qualquer temor e perigo, unicamente à minha custa e sob minha responsabilidade. Tão pouco aceitei o consulado que então me foi oferecido, para esse ano e com caráter vitalício.

Durante dez anos consecutivos fui membro do colégio triunviral que se tinha encarregado da reconstituição da República; até ao momento em que redigi estes acontecimentos, fui *princeps senatus* durante quarenta anos consecutivos.



Doc. 13 A – Octaviano
César Augusto
(63 a.C.-14).

Uma lei determinou [em 23 a.C.] que possuiria vitaliciamente caráter inviolável para a minha pessoa e o poder dos tribunos da plebe. Quando o povo me ofereceu o pontificado máximo, que o meu pai tinha exercido, recusei-o, para não ser eleito em lugar do pontífice que ainda vivia. Não aceitei este sacerdócio senão anos depois, após a morte de quem o ocupava (...); e houve tal concorrência de multidão de toda a Itália aos comícios que me elegeram [em 12 a.C.], como nunca se tinha visto semelhante em Roma.

A Itália inteira jurou-me, por iniciativa própria, lealdade pessoal e reclamou-me como chefe para a guerra que vitoriosamente concluí em Accio. Igual juramento me prestaram as províncias das Gálias, as Hispânicas, África, Sicília e Sardenha.

Fundi cidades militares coloniais em África, na Sicília, na Macedônia, em ambas as Hispânicas, na Acaia, na Síria, na Gália Narbonense e na Pisidia. Em Itália, há vinte e oito colônias fundadas sob os meus auspícios e que, já durante a minha vida, se converteram em cidades povoadíssimas e muito notórias.

Durante os meus sexto e sétimo consulados, depois de ter extinto, com os poderes absolutos que o consenso geral me confiara, a guerra civil, decidi que o governo da República passaria do meu arbítrio para o do Senado e o do Povo Romano. Por tal meritória ação recebi o nome de *augustus*, por decisão do Senado.

Desde então, fui superior a todos em autoridade, mas não tive mais poderes do que qualquer outro dos que foram meus colegas nas magistraturas.

Quando exercia o meu décimo terceiro consulado (2 a.C.), o Senado, a ordem equestre e o povo romano inteiro designaram-me «Pai da Pátria».

Quando escrevi estas coisas estava no septuagésimo sexto ano da minha vida.

Feitos do Divino Augusto (inscrição em Ancara, com reprodução do testamento de Octaviano César Augusto).

Doc. 14 – Extensão da cidadania romana

Os meus antepassados, cujo mais antigo, Clauso, nascido de Sabino, foi admitido ao direito de cidadão romano e entre as famílias patricias, exortam-me a seguir a mesma política, trazendo para aqui tudo que há de ilustre nos outros países (...). Recuando até aos Alpes os limites deste país, já não foram somente homens, mas também territórios, nações, que quisemos fundir no nosso nome. Então, a paz interior foi assegurada, e temos tido no exterior uma situação florescente, quando os povos de além do Pó foram admitidos na cidade, quando a distribuição das nossas legiões em todo o universo serviu de pretexto para aí admitir os melhores guerreiros das províncias e remediar assim o esgotamento do Império. Tem que se lamentar que os Balbos tenham vindo de Espanha e outros homens, não menos ilustres, da Gália Narbonense?

Os seus descendentes ainda estão entre nós e o seu amor pela nossa pátria não é menor do que o nosso. Porque, se Lacedemônia [Esparta] e Atenas, tão poderosas pelas armas, pereceram, não foi senão por terem afastado os vencidos como estrangeiros? (...) Pelo contrário, os filhos de libertos obtêm as magistraturas [no Império Romano]; isto não é uma inovação, como a maior parte falsamente crê: a antiga República viu numerosos exemplos. Já os costumes, as artes, as alianças confundem-nos [aos Gauleses] conosco; que eles nos tragam também as suas riquezas e o seu ouro, em vez de os gozarem sozinhos. Pais conscritos [Senadores], tudo o que julgamos muito antigo foi novo: plebeus admitidos nas magistraturas após os patricios, Latinos [cidadania latina] depois dos plebeus, outras nações de Itália depois dos Latinos. O nosso decreto envelhecerá como os outros e o que justificamos hoje por precedentes, servirá de precedente, por sua vez.

Discurso de Cláudio (imperador romano entre 41 e 54) ao Senado sobre a possibilidade de concessão da cidadania romana plena às três Gálias, in Tácito, *Anais*.

Doc. 15 – Roma – cidade modelo do urbanismo do Império

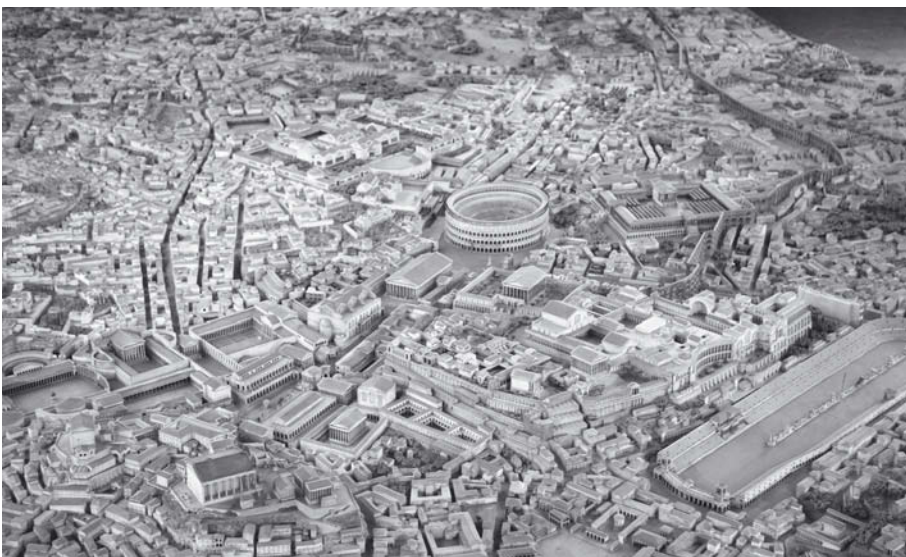
Pensa-se que as cidades gregas prosperaram principalmente pela feliz escolha dos seus fundadores, em relação à beleza e dimensão dos seus sítios, a sua proximidade de algum porto e a excelência da região. Mas a prudência romana foi mais empregue particularmente em matérias que receberam pouca atenção aos Gregos – tais como pavimentação das suas estradas, construção de aquedutos e esgotos. De facto, pavimentaram as estradas, mas através de colinas, e atulhando vales, para que as mercadorias pudessem ser transportadas para os portos. Os esgotos, arqueados com pedras rachadas, são suficientemente largos para os atuais carros passarem através deles, enquanto tão abundante é o fornecimento de água pelos aquedutos, que se pode dizer que rios correm através da cidade e dos esgotos, e quase todas as casas estão fornecidas com condutas de água e copiosas fontes.

Podemos notar que os Antigos concederam pouca atenção ao embelezamento de Roma. Mas os seus sucessores, e especialmente os dos nossos próprios dias, têm ao mesmo tempo embelezado a cidade como numerosos e esplêndidos objetos. Pompeu, o Divino César, e Augusto, com os seus filhos, amigos, esposa e irmã, ultrapassaram todos os outros com o seu zelo e a magnificência nessas decorações. O maior número deles pode ser visto no Campo de Marte, que junta às belezas da natureza às da arte. O tamanho do largo é notável, permitindo corridas de carros e desportos equestres sem estorvos, e multidões exercitam-se com jogos de bola, no Circo, e nos degraus circundantes. As estruturas que o rodeiam, o relvado coberto de erva durante todo o ano, o cimo das colinas para além do Tibre, estendendo-se desde as suas margens com um efeito panorâmico, apresentam um espetáculo que os olhos abandonam com desgosto.

Próximo deste largo está outro, rodeado por colunas, bosques sagrados, três teatros, um anfiteatro e soberbos templos, cada um em frente do outro, e tão esplêndido que parece ser difícil descrever o resto da cidade depois dele. Por isto, os Romanos considerando-o o lugar mais sagrado, construíram aí monumentos funerários para ilustres pessoas de ambos os sexos. O mais notável desses é o chamado *Mausoleum*, que consiste num monte de terra erguido sobre uma alta base de mármore branco, situado perto do rio, e coberto no cimo com arbustos sempre verdes. No cume, uma estátua de Augusto César e sob o monte estão as urnas funerárias dele próprio, dos seus familiares e dos seus amigos. Atrás está um vasto bosque com passeios encantadores. No centro da planície está o lugar onde o corpo deste príncipe foi reduzido a cinzas. Está rodeado por uma dupla cerca, uma de mármore, outra de ferro, e com choupos plantados no interior. Se depois disso continuarem a visitar o antigo Fórum, que está igualmente cheio com basílicas, pórticos e templos, contemplareis lá o Capitólio, o Palatino, e os nobres trabalhos que os adornam, e a galeria de Lúvia, cada trabalho sucessivo fazendo com que rapidamente esqueçam o que viram antes.

Assim é Roma!

Estrabão, historiador grego dos séculos I a.C.- I, *Geografia*.



Doc. 15 A – Roma, na sua máxima extensão (Modelo de Pierino di Carlo, 1933).

Doc. 16 – O Direito Romano

A maior parte dos Estados modernos, pelo menos aqueles que, direta ou indiretamente, sofreram influência do pensamento dos filósofos do século XVIII europeu, tem para com Roma uma imensa dívida. Até mesmo as palavras que servem para designar as suas instituições vêm do vocabulário romano, embora a identidade dos termos não deva ocultar certas diferenças fundamentais (...). Recordemos, por exemplo, que um magistrado em Roma é simultaneamente um juiz e uma personagem que detém outros poderes. Não esqueçamos ainda que a noção de lei não é idêntica em Roma e nos nossos dias. Uma lei é, então, uma vontade do povo, expressa segundo certas formas, mas podendo aplicar-se a objetos muito diversos, tanto uma declaração de guerra, a investidura de um magistrado, ou de uma distribuição de terras, como a adoção por um simples particular de uma criança pertencente a outra família. Pelo contrário, medidas legislativas muito importantes não decorrem de uma lei; é o caso das decisões de ordem financeira: não há orçamento oficial submetido anualmente ao povo, as finanças do Estado dependem da gestão do Senado. (...) A constituição romana nunca foi pensada por um homem ou por um grupo; formou-se à maneira de um ser vivo que se adapta progressivamente às condições em mutação que o meio lhe dita, conseguindo, deste modo, sobreviver.

Pierre Grimal, *A Civilização Romana*, Lisboa, Edições 70, 1984.

Doc. 17 – O percurso de rapazes e raparigas, em Roma

Aos catorze anos a rapariga é adulta: os homens chamam-lhes então senhora (*domina*, *kyria*) e, vendo que nada mais lhe resta senão partilhar o leito de um homem, começam a embelezar-se e não têm qualquer outra perspetiva; (...) mais valia fazer-lhes sentir que nada as tornaria mais estimadas do que mostrarem-se púdicas e reservadas. Nas boas famílias, as raparigas ocupam-se da roca de fiar, qual prisão sem grades, para demonstrar que não passam tempo a fazer coisas reprováveis. Se uma mulher adquire uma cultura ornamental, se sabe cantar, dançar e tocar um instrumento (...), os seus talentos serão louvados e apreciados, mas as pessoas apressar-se-ão a acrescentar que ela não é, por isso, uma mulher menos honesta. Finalmente, é o marido que fará eventualmente a educação de uma mulher muito jovem de boa família. (...)

Durante esse tempo, os rapazes estudam. Para se tornarem bons cidadãos? Para aprenderem a sua futura profissão? (...) Não, apenas para ornarem o espírito, para se cultivarem nas belas-artes. (...) Em Roma, ornamentava-se a alma dos rapazes com retórica. (...) Para além do caráter público da música e da ginástica (...), nenhum romano de bom nascimento se podia dizer culto se um perceptor lhe não tivesse ensinado a língua e a literatura gregas – enquanto os gregos mais cultivados desdenhavam a aprendizagem do latim. (...) Os jovens romanos, dos doze aos dezoito ou vinte anos, aprendiam a ler os clássicos, pois estudavam retórica. E o que é a retórica? Não é propriamente uma coisa útil que traga qualquer coisa à «sociedade». A eloquência da tribuna e do tribunal desempenharam um importante papel na República romana. (...)

Aos doze anos, a criança romana [do sexo masculino] de boas famílias deixa o ensino elementar; aos catorze larga as suas vestes de criança e tem direito de fazer o que todo o jovem gosta de fazer; aos dezasseis ou dezassete pode optar pela carreira pública, entrar no exército (...). Não existe maioria legal nem idade para essa maioria. (...) Começam anos de indulgência. Todos o reconhecem: logo que se veste pela primeira vez como homem, o seu primeiro cuidado é comprar os favores de uma serva ou correr para Suburre, o pior bairro de Roma; a menos que, uma dama da alta sociedade deite os olhos sobre ele e tenha o capricho de o desinibir. (...) Desenrolava-se para os rapazes entre a puberdade e o casamento, um período em que a indulgência era socialmente aceite. (...) Em Roma, um privilégio reconhecido desde sempre à juventude dourada era percorrer as ruas em bando, à noite.

Paul Veyne (dir.), *História da Vida Privada – Do Império Romano ao Ano Mil*, Lisboa, Edições Afrontamento, 1989 (adaptado).

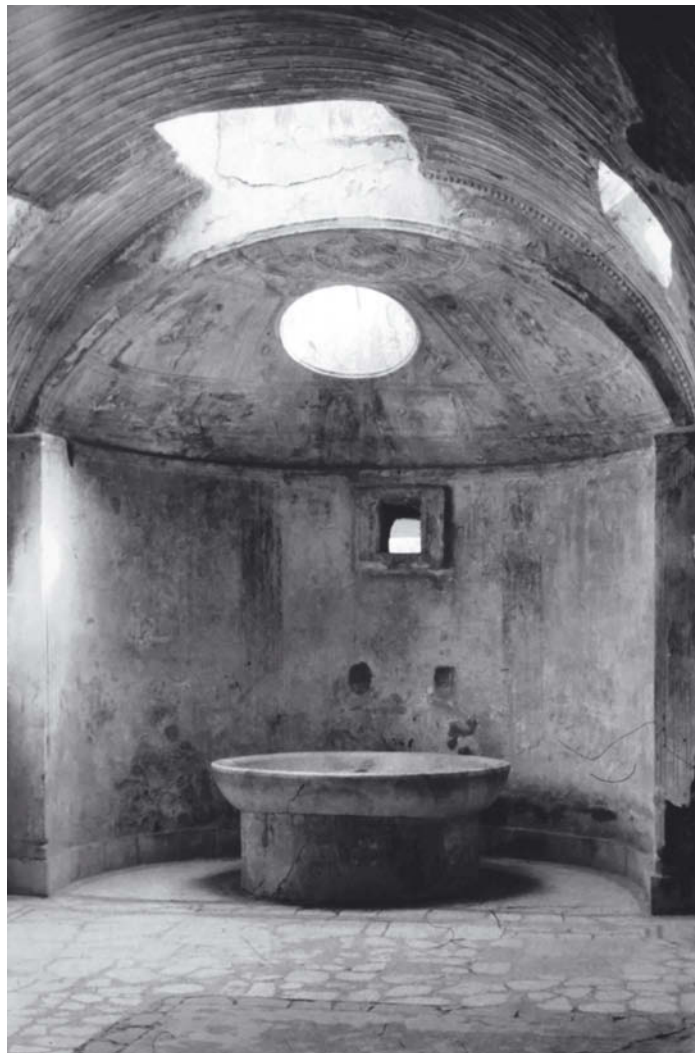
Doc. 18 – A cidade: espetáculos e banhos

Além dos fervores e das delícias do calendário religioso, havia outros prazeres que nada tinham de sagrado e que só na cidade se podiam encontrar; faziam parte das vantagens (*commoda*) da vida urbana. Estes prazeres eram os banhos públicos e os espetáculos (teatro, corridas de carros no Circo, combates de gladiadores ou de caçadores de feras na arena do anfiteatro ou, nas zonas gregas, no teatro). Banhos e espetáculos eram pagos, pelo menos em Roma (...), mas o preço de entrada mantinha-se módico; para além disso, eram reservados lugares gratuitos para os espetáculos e formavam-se filas de espera, desde muito cedo, na noite que antecedia as exhibições.

Homens livres, escravos, mulheres, crianças, toda a gente tinha acesso aos espetáculos e aos banhos, incluindo os estrangeiros; acorriam de muito longe a uma cidade quando aí se exibiam gladiadores. A melhor parte da vida privada passava-se em estabelecimentos públicos. O banho não era uma prática de higiene, mas um prazer complexo (...). Por isso os pensadores e os cristãos se negaram a este prazer; não terão o «amolecimento» de serem limpos e não se irão banhar senão uma ou duas vezes por mês; a barba suja de um filósofo era uma prova de austeridade, da qual se sentia orgulhoso.

Não há casa de rico (*domus*) onde um banho não ocupe várias salas especialmente arranjadas, com uma instalação de aquecimento no subsolo; não há cidade sem ao menos um banho público e, se necessário, um aqueduto para o alimentar e para fornecer as fontes públicas (a água ao domicílio era abuso de fraudulentos). (...) Por alguns soldos, o povo pobre vinha passar algumas horas num quadro luxuoso, homenagem que lhe prestavam as autoridades, imperador ou notáveis. Além das instalações complicadas dos banhos frios e quentes, aí se encontravam lugares de passeio e terrenos para desporto ou jogo (...). Os dois sexos estavam separados, pelo menos em regra geral.

Paul Veyne (dir.), *História da Vida Privada – Do Império Romano ao Ano Mil*, Lisboa, Edições Afrontamento, 1989.



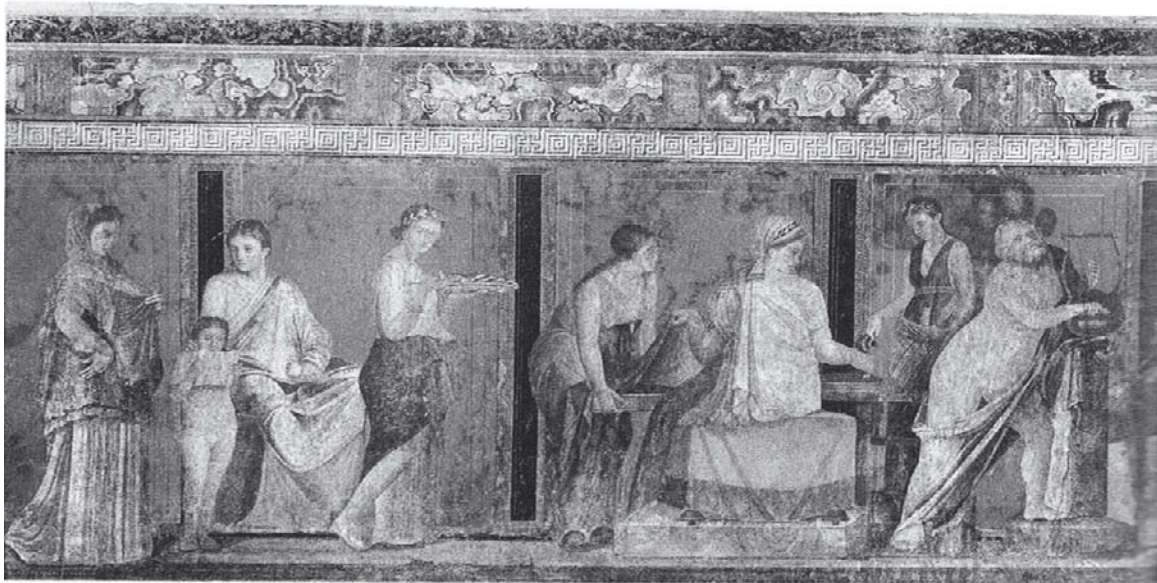
Doc. 18 A – Termas estabianas,
Pompeia, século I a.C.

Doc. 19 – A romanização do atual território português

A partir dos finais do século IV a.C., uma nova potência tomou corpo no Mediterrâneo Ocidental: Roma. (...) A primeira grande diferença que podemos assinalar entre esta nova realidade política e os outros impérios que lhe são cronologicamente anteriores reside no facto de todo este processo expansionista ter sido progressivo, lento, mas seguro. (...)

Todo este movimento expansionista é, portanto, um longo processo de aculturação, através do qual, (...) se estabeleceram, em diferentes regiões, os modos de vida mediterrânicos. Naturalmente, tratando-se de um fenómeno de aculturação, não gera em todos os territórios que ficaram sob a sua alçada sociedades homogêneas, mas sim formações sociais de apreciável diversidade, enquadradas, todavia, por uma matriz cultural comum. (...) Esta nova ordem [territorial] incluía: novas realidades político-administrativas, decorrentes fundamentalmente da criação de um vasto sistema de centros urbanos, que capitalizavam as várias regiões. (...) Para que o exercício do poder [do Império], aos diversos níveis, fosse eficaz, para que existisse uma facilidade na circulação (...) garantir um bom sistema de comunicações. (...) Um domínio que se baseia num amplo sistema de centros urbanos, que constituem pólos de concentração de populações e que abrange uma vastidão de territórios, englobados numa mesma entidade política, estimula necessariamente uma nova conceção da economia e das práticas produtivas.

José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. 1, Lisboa, Editorial Estampa, 1993.



Doc. 20 – A pintura mural. Esta pintura pertence à *villa* dos Mistérios, de Pompeia (c. 50 a.C.). Atualmente aponta-se como tendo sido executada aquando das núpcias de um dignatário helenístico. O fundo, vermelho, imita a preciosidade dos mármore raros. Numa das paredes estão representadas duas matronas que observam uma criança a ler; ao lado, três figuras femininas preparam um banho, que tanto pode ser nupcial ou ritual. Apoiado num pilarete, um sátiro toca música.

Doc. 21 –Tusnelda, a bárbara prisioneira (c. 110-120)

A atitude que caracteriza algumas figuras de mulheres bárbaras vencidas, nos relevos das colunas de Trajano e de Aurélio, é a submissão ao inimigo. No solene orgulho do gesto resume-se a ideia de submissão e de humilhação de um adversário derrotado, mas valoroso, cujo orgulho exalta e amplifica o valor do exército e do povo romano. Na força de uma imagem está a ideologia romana do poder.



A figura está representada de pé, com a perna esquerda fletida, à frente sobre a direita, a cabeça inclinada e o braço direito dobrado e apoiado na mão esquerda junto da cintura, vendo-se um seio desnudado.



Os cabelos estão penteados com um risco ao meio, presos por uma estreita fita e desordenados nos ombros.



A roupa é uma manta pesada; a clâmide e os sapatos com dupla sola atada no peito do pé. Este tipo de calçado é semelhante ao das figuras femininas dos prisioneiros Dácios que decoram o fórum de Trajano, o que indicia tratar-se de uma personagem bárbara.

Paul Zanker in Giulia Marruchi e Riccardo Belcari, *A Grande História da Arte – A Arte Grega*, Madrid, Mediasat, 2006.

1. A identidade civilizacional da Europa Ocidental

Doc. 1 – O poder da Igreja

Reconhecemos, como devemos, que o direito e a autoridade para eleger um rei, a fim de posteriormente ser promovido a imperador, pertence àqueles príncipes a quem é sabido caber por direito e antigo costume, especialmente quando este direito e autoridade lhes foram dados pela Sé Apostólica, a qual transferiu o Império dos Gregos para os Germanos na pessoa do Magnífico Carlos. Mas os príncipes deverão reconhecer e, certamente reconhecem, o que o direito e autoridade para examinar a pessoa assim eleita rei a fim de ser elevada ao Império nos pertence a nós, que o ungimos, consagramos e coroamos.

Decreto de Inocêncio III, 1202.

Doc. 2 – O imperador Carlos Magno

Em 771 Carlomano morreu e Carlos, que em breve receberia o cognome *Magno* e passaria, por isso, à posteridade como Carlos Magno, reinou nos 43 anos seguintes, até a sua morte, em 814. O seu primeiro biógrafo, Eginardo, deixou-nos a seguinte descrição:

«O imperador era forte e de boa compleição. Era de alta estatura, mas não excessiva, porque a sua altura era apenas sete vezes o tamanho do seu pé. O topo da sua cabeça era redondo e os seus olhos eram penetrantes e invulgarmente grandes. O seu nariz era um pouco maior do que é normal. Tinha uma bela cabeça de cabelos brancos e a sua expressão era alegre e bem-humorada. Por isso, estivesse sentado ou de pé, parecia sempre poderoso e digno. O seu pescoço era curto e bastante largo e o seu estômago algo proeminente, mas as proporções do resto do seu corpo impediam que se notassem estas imperfeições. O seu passo era firme e era enérgico em todos os seus movimentos. Falava com distinção, mas a sua voz era fina para um homem com o seu físico. A sua saúde era boa, embora tivesse ataques de febre frequentes nos últimos quatro anos de vida, e no final desta coxeava de um pé.»

Durante a maior parte do seu reinado, Carlos Magno mostrou capacidade militar para dominar os seus inimigos e alargar as fronteiras do seu reino. (...) No dia de Natal de 800, Carlos Magno, que ainda estava em Roma, foi coroado como Sacro Imperador Romano pelo papa Leão III.

No decurso da sua longa carreira, Carlos Magno demonstrou alguns interesses e capacidades. Reconheceu a importância da educação, particularmente no caso do clero. Na sua capital de Aachen reuniu alguns dos maiores eruditos do seu tempo, nomeadamente Paulo, o *Diácono*, Dungal, Teodolfo e, o maior de todos, Alcuíno de York. Foi responsável por que se iniciasse uma nova caligrafia, conhecida como «minúscula carolíngia» e organizou a cópia de livros numa quantidade sem precedentes, reconhecendo a importância de tornar as bibliotecas disponíveis a um público leitor mais vasto. Encorajou a criação de muitas escolas novas, a maioria delas, mas não todas, para ajudar a preparar homens para a vida eclesiástica. (...) O seu patrocínio da educação e da cultura levou os historiadores a designar este período como o «Renascimento Carolíngio».

J. D. Holmes e B.W. Bickers, *História da Igreja Católica*, Lisboa, Edições 70, 2006.

Doc. 3 – Papa ou imperador?

A ideia política diretriz na Idade Média era que a Europa cristã deveria estar sob uma Coroa e uma Igreja. Havia duas únicas figuras: o imperador, representante principal do poder secular, e o Papa, cabeça visível da Igreja Romana. Ambos colaboraram durante longos períodos com proveito mútuo. O acordo entre os dois, porém, fracassava com frequência devido a uma profunda oposição: cada um deles exigia o poder supremo terreno e espiritual. O imperador, baseando-se na tradição imperial romana, pretendia ser o chefe supremo, tanto do Estado como da Igreja. Os representantes desta, com base no postulado do século IV, exposto por Santo Agostinho na sua obra *A Cidade de Deus*, exigiam que o Estado estivesse subordinado à Igreja. Estas concepções opostas – a cidade de Deus e as cidades terrenas – constituíram o germe da luta pelo poder entre o Papa e o imperador. Dois «Estados seculares» medievais foram mais fortes do que os restantes; trata-se dos impérios fundados precisamente com intervenção papal: o Império Carolíngio (800) e o Sacro Império Romano-Germânico (962). (...)

Um movimento de reforma, que partiu do mosteiro de Cluny, reclamava a total libertação da Igreja do poder secular. O papa Gregório VII, antigo monge de Cluny, determinou que só a Igreja possuía o direito de investir os bispos e abades. [O imperador] Henrique IV, que baseava o seu poder no domínio sobre a Igreja, opôs-se abertamente à decisão papal.

«O Imperador e o Papa», *Enciclopédia Combi Visual*, vol. 3, Barcelona, Grollier Internacional, 1974.

Doc. 4 – A relação entre a Europa Ocidental e Bizâncio

O Império Oriental de Bizâncio durou quase mil anos. (...) Os imperadores continuaram a chamar-se *augusti* até ao fim. O facto mais importante é que o Império permaneceu cristão. Permaneceu-o dentro da chamada tradição da ortodoxia grega, da qual derivam não só as Igrejas da atual Grécia e de Chipre, mas também as da Rússia, Bulgária e de outros países eslavos. A ortodoxia (...) era, e permaneceu em muitos aspetos, diferente do cristianismo. Não havia outro membro da Igreja com tanta autoridade como o Papa de Roma, por exemplo; já o patriarca de Constantinopla era, na realidade, designado pelo Imperador (...). O Ocidente estava frequentemente em conflito com Bizâncio, que não vira com bons olhos a coroação de Carlos Magno como imperador. (...) A falta de cooperação contra os Muçulmanos e as permanentes pretensões de Bizâncio em relação à Itália tornaram a situação ainda mais difícil. (...) Além disso, à medida que as antigas classes dominantes de Bizâncio eram substituídas por outras provenientes de famílias aristocráticas de Anatólia ou da Arménia, o fosso cultural entre as duas civilizações ia aumentando. (...) As divergências entre o patriarca bizantino e o papa de Roma acentuaram-se e levaram à rutura, ao chamado Cisma do Ocidente, em 1054.

J.M. Roberts,
Mundos Diferentes,
Lisboa, Círculo de
Leitores, 1981
(adaptado).

Doc. 4 A – A Hagia Sophia, atualmente uma mesquita, foi uma das mais impressionantes basílicas do Império Bizantino



Doc. 5 – O crescimento económico da Europa Ocidental

No século X, o coração do continente europeu parecia como que cercado pela rede do comércio internacional. A norte, uma vasta zona de trocas, que cobria um arco de circunferência da Irlanda até ao mar Negro, encontrava-se nas mãos dos Escandinavos, ainda pagãos.

A sul, o comércio mediterrânico e os contactos com o Oriente estavam monopolizados pelos Muçulmanos e pelos Bizantinos.

O despertar económico do Ocidente, entre o século XI e o século XIII, caracterizou-se por três factos de relevância. O primeiro foi o domínio dos Italianos (...) no eixo mediterrânico e o dos Alemães – de Lubeque e da Hansa – no eixo nórdico, de Londres e de Bruges até Novgorod: um duplo domínio que fez com que passassem a reverter em proveito dos ocidentais os lucros do grande comércio Este-Oeste e que foi acompanhado de uma aproximação desses eixos vitais mediante a animação de vias norte-sul que atravessavam o reino de França – onde floresceram as feiras de Champagne –, o vale do Reno ou da Alta Alemanha, onde terminava também um outro itinerário, menos bem conhecido, que vinha do Leste.

O segundo fenómeno foi a montagem, na Europa de Noroeste, de uma verdadeira indústria de exportação, a dos panos flamengos que, utilizando a lã inglesa, permitia ao Ocidente oferecer ao Oriente, em troca dos seus produtos de luxo, algo de diferente das habituais matérias-primas – madeira, metais, sal... – e reequilibrar assim a sua balança comercial.

Quanto ao terceiro acontecimento, foi de ordem monetária. Por volta de 1250, pondo fim a séculos de inferioridade monetária do Ocidente, os Italianos estavam já em condições de cunhar moedas fortes: primeiro boas moedas de prata e depois moedas de ouro – os florins de Florença e de Génova e, em seguida, os ducados de Veneza –, que iriam ser objeto de forte procura nos mercados (...). De Londres e de Bruges (...), até ao Oriente, por toda a parte havia feitores e feitorias dos mercados italianos, comboios de galeras com as suas mercadorias e umas primitivas sociedades comerciais e bancárias a que eles chamavam «companhias». A chegada a Pequim do veneziano Marco Polo, em 1275, foi o símbolo do êxito da grande aventura comercial dos Italianos num espaço económico que se estendia «da Gronelândia a Pequim».

J. Carpentier e François Lebrun, *História da Europa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997.

Doc. 6 – A vida quotidiana nas cidades medievais

No princípio da Idade Média, como é acima de tudo a segurança que se procura, a vida encontra-se totalmente concentrada no domínio, ou quase: regime de autarquia feudal ou antes familiar, durante o qual cada corte procura bastar-se a si próprio. A disposição das aldeias atrai essa necessidade de se agruparem para efeitos de defesa; encontram-se agarradas às encostas do domínio senhorial, onde os servos se refugiarão em caso de alerta; as casas estão amontoadas umas às outras; utilizam a mínima polegada de terreno, e não ultrapassam as escarpas da colina na qual se ergue o torreão. Tal disposição é ainda muito visível em castelos como o de Roquebrune, perto de Nice, que data do século XI. Mas, assim que passa a época das invasões, as residências dos camponeses apoiam-se pelos campos fora e a cidade destaca-se do castelo. Se a cidade primitiva não tem senão ruelas estreitas, não é por gosto, mas por necessidade, porque era preciso que a população se anichasse, melhor ou pior, na cintura das muralhas; o mesmo não acontece com os arrabaldes que se multiplicam a partir do fim do século XI. Do mesmo modo, as ruelas tortuosas são por seguirem o traçado das muralhas, determinado pela configuração geral do local. Mas que não se pense que o alinhamento das casas era deixado à exclusiva fantasia dos habitantes; a maioria das cidades antigas são construídas de acordo com um plano bem visível. (...)

Este ambiente de rua é muito importante para o homem da Idade Média, pois vive-se muito na rua. É mesmo uma verificação assaz curiosa de se fazer: até então, e de acordo com o uso corrente na Antiguidade, as casas eram iluminadas a partir de dentro e apresentam muito poucas ou nenhuma aberturas para o exterior. Na Idade Média, abrem-se para a rua: é o início de uma autêntica revolução dos costumes. A rua torna-se um elemento de vida quotidiana, tal como haviam sido no passado, a ágora ou o gineceu. As pessoas gostam de sair. Todos os lojistas têm um toldo, que montam todas as manhãs, e expõem os seus artigos ao ar livre. A iluminação foi, até ao século da eletricidade, uma das grandes dificuldades da existência, e a Idade Média, amante da luz, resolvia a questão tirando maior proveito da do dia. O cordoeiro, o barbeiro, mesmo o tecelão, trabalham na rua ou virados para ela; o cambista instala as suas mesas sobre cavaletes, no exterior, e tudo que a autoridade municipal pode fazer, para evitar estorvos, é limitar, a uma escala fixa, a dimensão destas mesas.

Assim, as ruas são de uma animação extraordinária. Cada quarteirão possui uma fisionomia diferente, pois os corpos de ofício estão, em geral, agrupados, o que é, aliás assinalado pelos nomes das ruas: em Paris, a rua dos Cuteleiros (*rue de la Coutellerie*), o cais dos Ourives (*quai des Orfèvres*), o dos Peleiros (*quai de la Mégisserie*) (...), indicam bem quais os corpos de ofício que nelas se encontravam reunidos.

Régine Pernoud, *Luz Sobre a Idade Média*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1997.

Doc. 7 – A peste na Europa

Os efeitos da peste sobre as mentalidades são também importantes. Dois factos particularmente chocantes são os *pogroms* [ataques de violência a pessoas e bens, como casas, negócios ou centros religiosos] e o aparecimento dos autoflageladores. Os Judeus, a quem se imputa em mais de um lugar a responsabilidade da epidemia, são acusados de terem envenenado os poços. É em Espanha que o *pogrom* atinge proporções mais violentas, mas também em Estrasburgo e noutras cidades do Império há massacres de Judeus. Em Estrasburgo, o massacre pretendia-se preventivo: pensava evitar-se desta forma que a peste chegasse a cidade. Levado a cabo como um movimento essencialmente popular, os governos tentam, por várias vezes, proteger os Judeus, que lhes prestavam serviços financeiros apreciáveis (como no reino de Aragão). Não se vislumbra, contudo no caso do *pogrom* de 1391, o mais violento que a Espanha jamais conheceu, nenhuma ligação direta com a peste; ele traduz o agravamento constante da situação dos Judeus no século XIV. Este carácter de reação espontânea é igualmente evidente no caso dos autoflageladores. Em Itália, constituídos em associações de penitência, estes flagelam-se em público para implorar o perdão de Deus. Já existentes no século XIII, tais associações multiplicam-se com a peste.

No domínio artístico, a pintura florentina transforma-se depois de 1348. Uma certa aspereza do tom é perceptível a partir do fresco do *Juízo Final* que Andrea Orcagna pinta para a igreja de Santa Croce, em Florença, logo após a epidemia. Em breve surgia um novo estilo, menos narrativo, mais afeto aos aspetos rituais ou sobrenaturais. Certos temas iconográficos vão impor-se, insistem na omnipresença da Morte, a «grande ceifeira», com uma profusão de danças macabras e esqueléticas figuras jacentes. Mais importante, talvez, é o efeito de rutura que a irrupção da epidemia conseguiu produzir: tudo parece indicar que, desconjuntando-se-lhes a família, são numerosos os que abandonam o domicílio, imigrando do campo para a cidade, ou, pelo contrário, buscando refúgio em regiões desertas. Tudo se passa como se os quadros da sociedade se houvessem rompido: se estes voltam ao lugar, dentro em breve, essas vacilações irão contudo marcar todo o período.

M. Balard e outros, *A Idade Média no Ocidente*, Publicações Dom Quixote, 1994.



Doc. 8 – Doentes com peste – iluminura da *Bíblia de Toggenburg*, 1411.

2. O espaço português – a consolidação de um reino cristão ibérico

Doc. 9 – As linhagens da nobreza medieval portuguesa

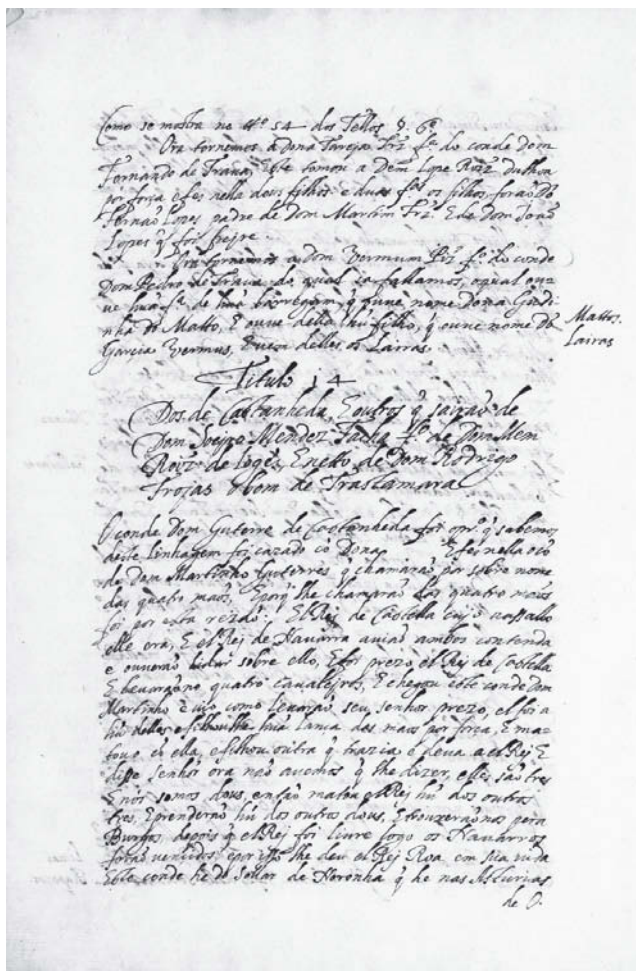
Durante o governo de Henrique de Borgonha, a linhagem mais importante é, sem dúvida, a de Soeiro Mendes da Maia, que domina a «terra» do mesmo nome e protege o mosteiro de Santo Tirso. Quase ao mesmo nível estão os senhores de Ribadouro, Baião e Paiva, com quem estabelece alianças matrimoniais. Com a morte do chefe de linhagem, porém, perdem a posição cimeira. Embora mantenham um lugar importante na corte e na sua região de origem, não parecem sobressair nem em relação com os condes nem perante os seus pares. Ali, deixa de haver uma linhagem predominante e aparecem, aparentemente ao mesmo nível, vários senhores de origem galega, como os Pereiras e os Barbosa, sem falar nos Travas, cujo papel junto de D. Teresa é bem conhecido. Com D. Teresa, outros nobres, além deles, desempenham funções palatinas, como os de Baião e alguns de categoria inferior; entre estes aparecem os detentores de cargos aparentemente importantes, como os de mordomo e alferes: Silvas, Bravães, Azevedos e Velhos. Nas terras de Entre Douro e Minho, já na época condal se podiam contar muitas famílias de certo relevo, como as quatro últimas que acabamos de mencionar, e ainda os Penagates, Lanhosos, Fafes, Guedões, Tougues e Ramirões, entre outros. A provável ligação de alguns deles aos Travas, sobretudo os Velhos, Azevedos e Bravães, talvez explique o seu desaparecimento da corte de Afonso Henriques até meados do século XII. A sul, entre o Douro e Vouga, a família mais importante é a de Marnel, logo seguida das de Grijó, provavelmente seu ramo secundário, de Paiva e de um ramo dos de Ribadouro que se liga mais a Arouca e ao qual pertenceu, decerto, Martim Moniz. (...) Maior fortuna tiveram os Sousas, cujos chefes de linhagem desempenharam frequentemente o cargo de mordomo-mor da corte e vários filhos o de alferes. (...)

Os Braganças também desempenham importantes funções palatinas nas cortes de Afonso Henriques e Sancho I e tiveram relações matrimoniais com o primeiro e com as famílias de maior prestígio de Entre Douro e Minho. (...)

O prestígio gozado pelas famílias de Sousa, Maia, Baião, Ribadouro e Bragança ainda se mantinha no princípio do reinado de D. Dinis, apesar de então nenhuma delas ter já qualquer representante (...) e haverem sido substituídas por linhagens que no princípio do século XIII ocupavam posições bem mais modestas.

José Mattoso, *História de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Editorial Estampa, 1997

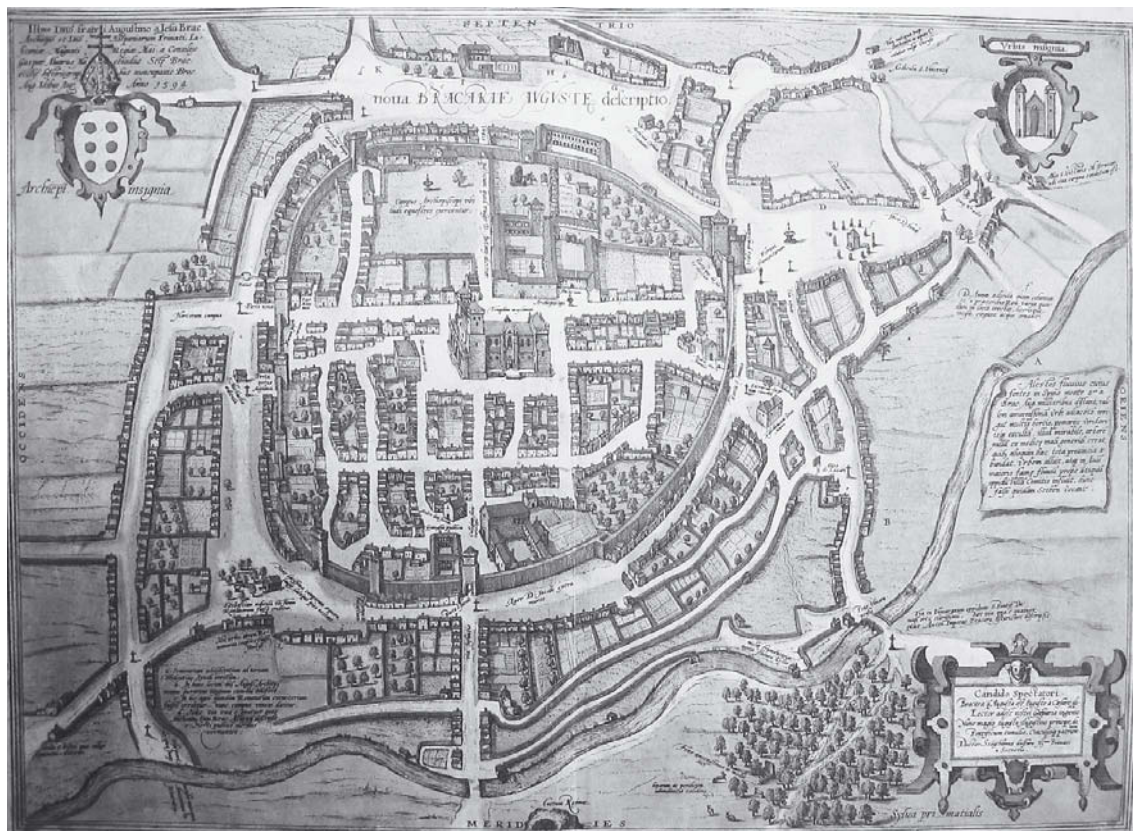
Doc. 9 A – Página do Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, c. 1344 (cópia do século XVII).



Doc. 10 – Foral de Lisboa (1179)

Eu, Dom Afonso, por graça de Deus Rei dos Portugueses, per trabalho do corpo per vigiável sabedoria de mim e dos meus homens a cidade de Lisboa a mouros filhei, e pera serviço de Deus a entreguei, e a vós, meus homens e vassallos e criados, per a morades por direito de herdamento vo-la dei. Porém, prove a mim de bom coração e livre vontade dar e outorgar a vós foro bom, assim aos presentes como aos que hão de vir, que para sempre aí morarem, per o qual foro os reis direitos a fundo compridamente escritos a mim e a minha geração per vós e per vossos sucessores sejam pagados. Dou assim a vós per foro que publicamente per ante homens bons casa forçadamente com armas romper peite (pague) quinhentos soldos, (...) De vinho de fora deem de cada carga um almu-de, e venda-se o outro vinho no relego (...). E de cada jugo de bois deem um moio de milho ou de trigo qual lavrarem. (...) E os moradores de Lisboa hajam livremente tendas, fornos de pão. (...) Mercadores naturais da vila que soldada dar quizerem seja recebida deles, se por ventura soldada dar não quizerem deem portagem. (...) Coelheiro que for a monte (...) dê uma pele de coelho. (...) Moradores de Lisboa que seu pão ou vinho ou azeite em Santarém houverem ou em outros lugares e a Lisboa os tragam para a sua prol e não para revender não deem por eles portagem.

Excertos do foral de Lisboa, 1179.



Doc. 11 – As cidades medievais portuguesas (planta de Braga, de 1594, que refere o espaço ocupado pela cidade no século XV). Note-se a sé (*templum maximum*), colocada, incorreta mas bem simbolicamente, no centro da figura. À sua frente, menos impressionante, mas ainda assim imponente, a *domus civica* ou paço municipal. A norte da sé, no meio de um vasto território, pertencente ao arcebispo, está o palácio-fortaleza que D. Fernando da Guerra, primaz das Espanhas entre 1417 e 1467, mandou erguer. Observem-se os muros e suas torres. Orgulhosos deles, dizem os bracarense ao rei em 1451: «Senhor, a vossa mercê o poderá saber, em vossos reinos não há cidade melhor corregida que esta.» (José Mattoso, *História de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Editorial Estampa, 1997).

Doc. 12 – As minorias étnicas: Judeus e Mouros

Os Judeus chegaram ao território português e instalaram-se muito antes da fundação da nacionalidade e até antes de existir o nome «Portugal». Isto é seguro. Não se saber é números. Nos séculos XII e XIII, espalharam-se por todo o país, em comunidades mais ou menos numerosas, preferentemente ao longo da raia seca, em cidades e vilas do litoral. Dedicaram-se maioritariamente ao setor secundário e terciário da economia, muito embora houvesse entre eles lavradores. Daí preferirem os centros urbanos. D. Dinis protegeu-os e legislou de modo a dotar as comunidades de órgãos administrativos e judiciais paralelos aos da sociedade cristã. Chamava-lhes «meus judeus», coisas do rei, para acentuar, por um lado, que eles não tinham em Portugal nem podiam ter outro senhor e, por outro lado, que a segurança deles assim como a prosperidade dependiam do seu beneplácito. Todos os outros reis, até D. João II, procederam na mesma forma.

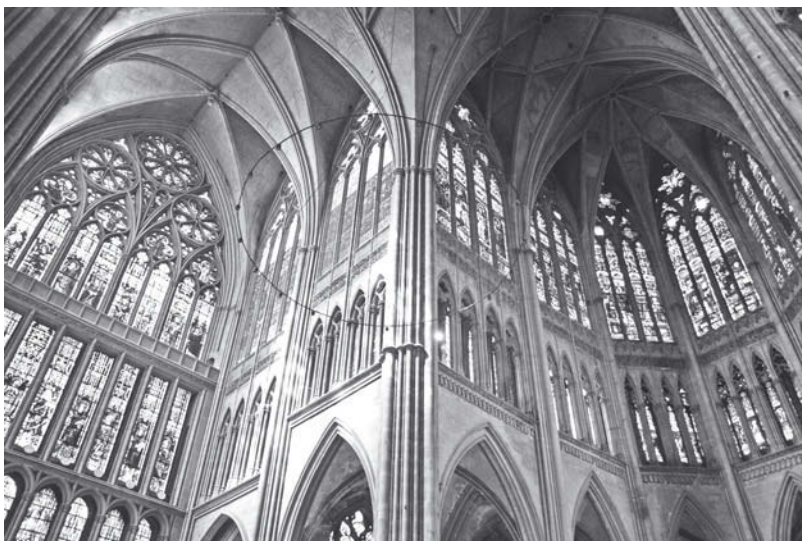
É provável que depois da Peste Negra, devido ao surto de perseguições fanáticas verificadas em toda a Europa, Espanha incluída, as comunidades judaicas portuguesas tenham engrossado substancialmente. Não se conseguem casos de *pogroms* sistemáticos no país por essa altura; nem mesmo perseguições localizadas – se bem que a determinação de D. Afonso IV de tornar obrigatória a fixação de residência em bairros próprios, as judiarias, com horas de recolher imperativo e acesso fechado possa interpretar-se como uma medida de proteção contra ódios cristãos. Fosse esse o motivo ou outro qualquer – como, por exemplo, a pressão do episcopado para que tal se fizesse, dando-se cumprimento a diretivas papais – a verdade é que a documentação que nos chegou não regista violências coletivas anormais. Pelo que, pode dizer-se, não só nessa altura da grande peste como posteriormente, até 1496, os judeus encontraram em Portugal um refúgio eficaz. Por isso as comunidades, ditas «comunhas», foram-se multiplicando, as judiarias crescendo em população e espaço dentro de cada comuna e os judeus progredindo em riqueza, importância sociopolítica e cultural. As perseguições que se verificaram aqui e além, sempre fenómenos localizados e rapidamente combatidos pelo Poder, tiveram geralmente como desencadeadores a inveja e a rapina mais do que razões ideológicas – que, é certo, não deixaram de se invocar.

Outra minoria étnico-religiosa foi a dos Mouros. Descendentes dos antigos possuidores do território, foram permanecendo em Portugal após a Reconquista, numa posição estatutária de vencidos – uns escravos, pouco a pouco forros, e outros livres; todos política e socialmente diminuídos. Espalhavam-se pelos campos ou congregavam-se nos centros urbanos em bairros próprios designados «mourarias», «aljamas» e «arrabaldes». Esta última palavra irá evoluir para significados que perderão o sentido inicial, indiciando a assimilação dos mouros pela maioria cristã. A mouraria situada mais a norte, de todas as que se conhecem, foi identificada em Leiria. Depois, ainda na Estremadura, Santarém, Alenquer, Sintra e Lisboa. No Alentejo sabe-se de catorze e no Algarve de quatro, ou seja, tantas quantos os grandes centros populacionais das duas províncias.

José Mattoso, *História de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Editorial Estampa, 1997.

2. Valores vivências e quotidiano

Doc. 13 – A arte medieval: do românico ao gótico



Doc. 13 A – Vitrais da catedral de Metz, França, séc. XIV.

O Ocidente medieval foi arrastado, a partir do Ano Mil, num impetuoso movimento de progresso que se traduziu, no plano cultural (...) por múltiplas experiências, muitas das quais constituíram contributos duradouros para a civilização europeia.

Como monumentos, a catedral e o castelo são, para os Europeus de hoje, os símbolos sempre presentes da Idade Média. A este título, porém, a catedral não deve

ser considerada como uma simples construção mas sim como uma arte – e uma forma de pensar – que engloba e resume todas as outras. A construção, a partir do Ano Mil, de grandes igrejas de pedra, significou para o Ocidente o regresso à arte da arquitetura com vista ao culto cristão.

Duas grandes fases são de distinguir neste renascimento. Num primeiro tempo, o da arte românica, floresceram numerosas experiências regionais – a da Catalunha e do norte de Espanha até à Germânia imperial (...) das pequenas igrejas rurais às grandes igrejas dos mosteiros, das catedrais às basílicas de peregrinação. Num segundo tempo, formou-se no norte de França uma arte que os homens do Renascimento designariam, com desprezo, por «arte gótica», isto é, bárbara: uma arte francesa por excelência, surgida no século XII nas cidades do domínio real (...) e adotada a partir do século XIII por todo o Ocidente. (...) mas, para a construção e embelezamento da catedral – românica ou gótica –, concorreram as outras artes, que aí encontraram o seu melhor terreno de expressão para glória de Deus e ensinamento do povo cristão. As esculturas dos capitéis, dos tímpanos, das fachadas e de todo um mundo que se anima da base do edifício aos cumes das torres e das flechas, as pinturas que se desdobram nas vastas paredes das igrejas românicas, os vitrais que iluminam os amplos vãos, as rosáceas das igrejas góticas – tudo isso faz reviver, para o fiel, a história do Antigo e Novo Testamento, dos santos, das suas relíquias, dos seus milagres e toda a tradição vegetal, animal e decorativa bebida nas muitas fontes da arte ocidental.

J. Carpentier e F. Lebrun, *História da Europa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997.

Doc. 14 – As confrarias: movimento de religiosidade laica

Que os homens que pertençam a esta confraria tenham hábitos de tecido de qualidade comum e incolor (...) Que as irmãs estejam vestidas igualmente com hábitos modestos e que tenham um vestido de linho sem pregas (...). Que não participem nem em banquetes desonestos, nem em espetáculos, nem em danças (...) Antes do almoço e do jantar recitem o Pai Nosso, e o mesmo depois das refeições. (...) Que façam confissão dos seus pecados três vezes por ano e que recebam a comunhão no Natal e no Pentecostes. (...) Que tenham um religioso instruído na palavra de Deus, que os encoraje a perseverar na penitência e a fazer obras de piedade.

Estatuto de uma confraria italiana, século XIII.

Doc. 15 – O ensino medieval português

Nos séculos XIV e XV houve em Portugal inúmeras escolas. Todas elas dirigidas pelos clérigos ou ao modo clerical. Isso por força de uma tradição ocidental milenar, ou quase. Letrados, isto é, gente que percebia através de letras, sabendo riscá-las e proferi-las, com isso fixando a memória dos tempos e mantendo-a domesticada e disponível, eram os clérigos. Eles foram os herdeiros das gregas musas, essas que detinham o segredo do passado, a sabedoria do presente e os verbos no futuro. As musas, assistentes de poetas e filósofos, passaram o testemunho aos padres. Porque o cristianismo, religião do Livro, é interpretação do passado, leitura do presente e revelação do fim dos tempos. Tudo hermenêutica da palavra de Deus, Javé, o *Sendo* que só na contemplação, ócio ou *scholê* – a escola – se resolve. De modo que o clérigo teve de ser letrado. Ele o conservador das verdades e das certezas, *orator*. *Orator*, o que sabe, o que reza e o que diz. Ignorante, analfabeto, era o leigo. De modo que as letras e os latins, território dos clérigos, foram um mundo reservado a machos. Que é como quem diz, a cultura intelectual não se compadeceu de mulheres. (...) Podemos estabelecer uma tipologia de escolas para os séculos XIV e XV em Portugal. Será assim: universidade, escolas cátedras, escolas capitulares, escolas monásticas, escolas conventuais, escolas palacianas, escolas municipais, escolas paroquiais e escolas domésticas.

José Mattoso, *História de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Editorial Estampa, 1997.



Doc. 16 – Trovadores medievais e cena de amor cortês do *Codex de Manesse* (séc. XIV), manuscrito medieval que reúne poesia trovadoresca, decorado com miniaturas de cenas de cavalaria ou amorosas.

Doc. 17 – Cultura popular: as romarias

Pois nossas madres, vão a S. Simão
De vale de Prados candeias queimar,
Nós, as meninas, ponhamo-nos a andar
com as nossas madres, elas então
queimem candeias por nós e por si
e nós, meninas, bailaremos i.

Os nossos amigos todos lá irão
para nos ver, e andaremos nós
bailando diante deles, formosas, em cós,
e nossas madres, pois que lá vão,
queimem candeias por nós e por si
e nós, meninas, bailaremos i

Pedro de Viviãez,
trovador galego do século XIII.



Doc. 17 A – Cantigas de Amigo em galaico-português (páginas do manuscrito de Martim Codax, séc. XIII).

1. A geografia cultural europeia de Quatrocentos e Quinhentos

2. O alargamento do conhecimento do mundo

Doc. 1 – 1488, janeiro: a Boa Esperança

As caravelas exploraram sistematicamente o mar Oceano desde 1441, avançando sempre mais além. Sob o impulso do infante D. Henrique, até 1460, e depois sob as ordens de D. Afonso V e de D. João II, os navegadores foram descobrindo a linha da costa e os arquipélagos, ao mesmo tempo que apreendiam os sistemas de ventos e das correntes marítimas, mais as variações climáticas, e que contactavam com as populações da Guiné e aprendiam a comunicar e a comerciar com elas.

O progresso para sul era interrompido quando as tripulações se cansavam, ou quando os víveres diminuía perigosamente, ou quando os objetivos predeterminados eram alcançados. O infante D. Henrique decerto se apercebeu que a continuação das descobertas acabaria por levar as caravelas aos mares da Índia, D. Afonso V terá pressentido o cheiro das especiarias e D. João II gizou o primeiro plano imperial da Coroa portuguesa, que tinha como um dos seus principais objetivos a descoberta do caminho marítimo para a Índia.

O *Príncipe Perfeito* empenhou-se a fundo na busca da passagem para o Oriente e começou por enviar duas ou três expedições sob o comando de Diogo Cão. Como as caravelas chegavam cada vez mais longe, as novas armadas tinham de ter planos ambiciosos pois não podiam ser enviadas ao hemisfério sul para descobrir apenas umas poucas léguas de costa.

No verão de 1487 partiu uma nova expedição, desta feita comandada por Bartolomeu Dias, composta por duas caravelas ligeiras, e uma nau com sobresselentes. Os capitães e os oficiais eram veteranos daquelas navegações, «todos cada um em seu mester muito espertos», nas palavras de João de Barros. Ao chegarem perto dos limites já conhecidos, deixaram a nau de apoio fundeada, apenas com nove tripulantes, e prosseguiram para sul; no final de dezembro, perderam a vista de terra e andaram treze dias ao sabor do mar revoltoso e tempestuoso, sofrendo o frio do inverno austral, que era novidade nunca antes experimentada desde que tinham começado a descobrir as águas tropicais. Quando o tempo amainou, tomaram nova rota para recuperar o contacto com a terra, mas demoraram mais tempo do que o esperado a re-encontrá-la e, ao topá-la, notaram que a costa já não corria para quadrantes de sul, mas apontava para norte. Perceberam então que tinham entrado nos mares do Oriente e que bem longe, mas à sua frente, estavam os portos das tão desejadas especiarias. Diz-nos João de Barros que no regresso «houveram vista daquele grande e notável cabo, encoberto per tantas centenas de anos, como aquele, que quando se mostrasse não descobria somente a si, mas outro novo mundo de terras».

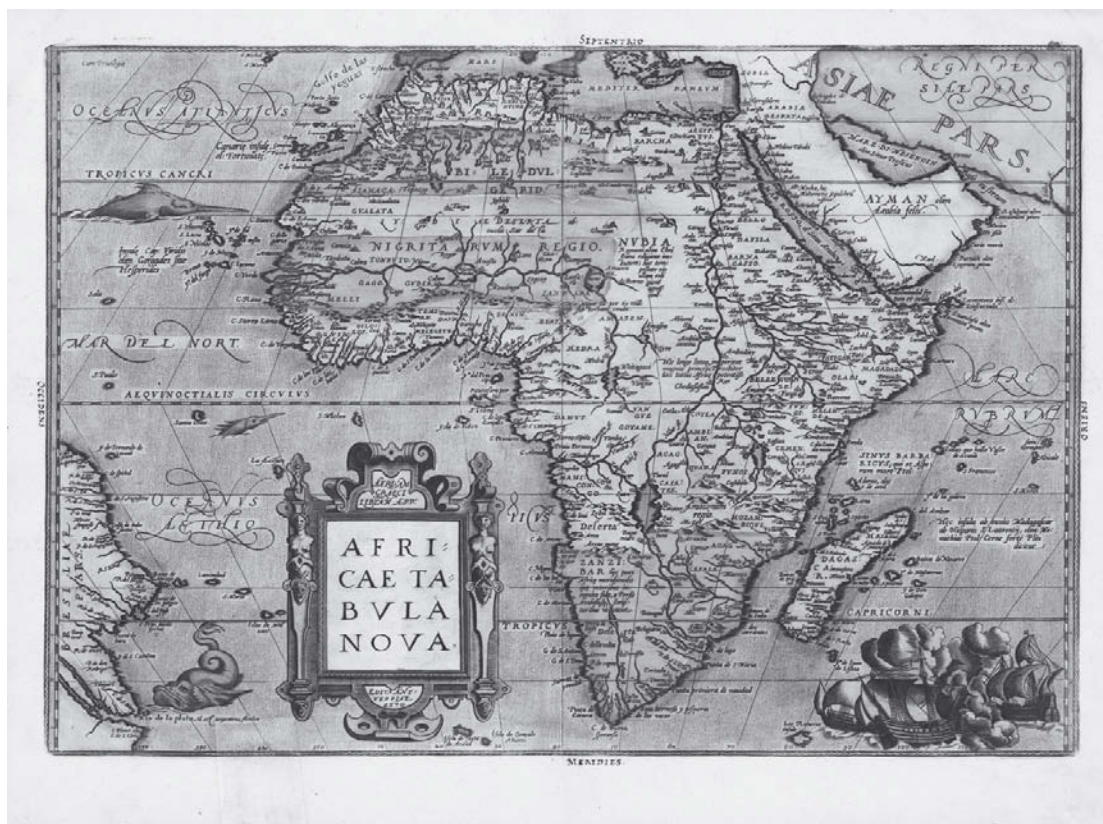


Doc. 1 A – O cabo da Boa Esperança, dobrado por Bartolomeu Dias, em 1488.

O cabo não se encontrava no extremo sul do continente dos negros, mas assinalava, de facto, o ponto em que a terra passava a correr para sudeste antes de fletir definitivamente para nordeste, e depressa ganhou fama. Ali deixaram o padrão de São Filipe e prosseguiram para norte; reencontraram os companheiros da nau de apoio, nove meses depois de se terem separado – dos nove homens só sobravam três, e um deles, «Fernão Colaço, natural do Lumiar, termo de Lisboa, que era escrivão, assim pasmou de prazer em ver os companheiros que morreu logo, andando bem fraco de enfermidade». A nau foi queimada e continuaram a viagem, tendo feito escala na ilha de São Tomé, onde encontraram Duarte Pacheco Pereira, outro dos grandes exploradores do tempo que por ali andava numa das muitas viagens de descobrimento que se fizeram naquele tempo e que não foram registadas pelos cronistas.

É fácil de imaginar o júbilo do monarca ao receber de volta Bartolomeu Dias e ao escutar a sua narrativa, mas deu-se um caso singular. Cabia sempre aos navegadores denominarem os pontos da costa descobrindo e neste caso Bartolomeu Dias apelidou o grande promontório de cabo das Tormentas. No entanto, por uma única vez, el-rei interferiu nas escolhas dos homens do mar: D. João II transformou as Tormentas em Boa Esperança... e assim se chama o cabo ainda hoje.

Bartolomeu Dias descobriu a passagem para o oceano Índico e, quando a notícia começou a circular, foi a vez de os cartógrafos alterarem os seus desenhos do mapa-múndi baseados nas teorias de Cláudio Ptolomeu, um célebre geógrafo egípcio da Antiguidade. A *Geografia* de Ptolomeu deixou de ser reeditada pouco depois; e o Índico, até então representado como um mar fechado, ganhou uma abertura para o Atlântico... para deixar passar as naus d'el rei de Portugal.



Doc. 1 B – Abraham Ortelius, *Africae Tabula Nova*, 1570.

João Paulo Oliveira e Costa, *Episódios da Monarquia Portuguesa*,
Lisboa, Círculo de Leitores, 2013 (adaptado).

3. A produção cultural

Doc. 2 – Brunelleschi: a descoberta da perspectiva

Nas primeiras duas décadas do século XV, o arquiteto Filippo Brunelleschi elaborou, em Florença, um método científico para representar objetos tridimensionais num plano bidimensional. Trata-se de uma descoberta fundamental, que marca a passagem da arte da Idade Média para a arte do Renascimento. O problema da representação e do espaço é resolvido, pela primeira vez, com recurso a normas geométricas e não a tentativas empíricas. Por outro lado, a perspetiva linear centralizada é algo mais do que um conjunto de regras matemáticas: é um instrumento de conhecimento científico e de apropriação da realidade. À visão fragmentada e dispersa do gótico internacional contrapõe-se uma visão unitária que, mesmo não correspondendo à visão do olho humano, concedia uma ordem racional à porção de mundo a representar, fazendo uma seleção dos elementos e colocando-os dentro de um espaço, dimensionado e definido por relações proporcionais precisas.

Os inovadores

Nos princípios do século XV, concentrou-se em Florença uma constelação de artistas geniais que trabalharam no sentido de dar vida a uma arte nova e a uma nova conceção de artista. Foi um período verdadeiramente extraordinário, comparável a poucos outros na História da humanidade – por exemplo, a Atenas de Péricles, do século V a.C. –, que envolveu toda a coletividade cidadina. Filippo Brunelleschi foi o pioneiro desta renovação, cujo ponto crucial foi a criação da perspetiva linear, caracterizada por um ponto de fuga único. O arquiteto florentino foi um dos primeiros a elaborar e a utilizar regras e relações numéricas na construção arquitetónica do espaço e na representação figurativa. Na mesma época, Masaccio transportou para a área da pintura os ideais laicos, clássicos e racionais de Brunelleschi, tanto que a sua atividade, ainda que brevíssima, marca uma verdadeira etapa na história da pintura ocidental. Pela primeira vez, o homem é representado na pintura como um indivíduo real, dotado de sentimentos e de um corpo sólido, construído com base no estudo da natureza e dos moldes antigos. Esta humanidade é inserida num espaço pictórico racional e essencial, de grande intensidade expressiva. Na escultura, o retomar da realidade natural e das formas antigas ocorre pela mão de Donatello, o escultor que fecha a tríade dos grandes inovadores florentinos. Tal como Brunelleschi e Masaccio, Donatello rompeu com a tradição do gótico final, mas, na sua obra, a redescoberta do corpo humano e das regras científicas que permitem a sua representação, comporta uma extraordinária riqueza expressiva, que traz consigo a afirmação da psicologia individual.

Doc. 2 A – Masaccio, pormenor da *Ressurreição do Filho de Teófilo e São Pedro em Cátedra*, Florença, 1424-1427. Neste detalhe estão representados, da esquerda para a direita, Masolino, o próprio Masaccio, Alberti e Brunelleschi.



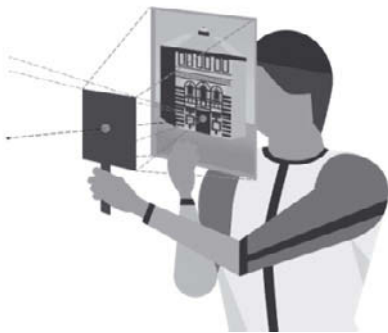


Doc. 2 B – Batistério de São João, Florença.

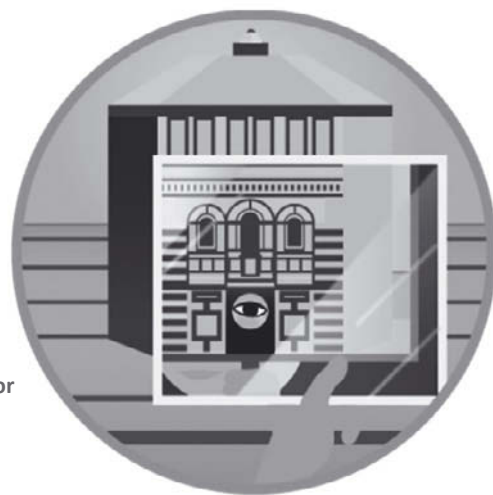
Os painéis perspéticos de Brunelleschi

As pesquisas de Brunelleschi sobre as regras científicas para a projeção num plano de um espaço tridimensional partem do estudo da geometria euclidiana e da Antiguidade. A arquitetura clássica, com a sua estrutura modular, constitui um exemplo das possibilidades de medir o espaço arquitetónico e de o submeter a rigorosas fórmulas matemáticas. A intenção de passar da medição do espaço real à sua representação em escala concretizou-se em dois painéis (perdidos, mas descritos em fontes escritas) que representavam dois monumentos simbólicos de Florença: o batistério de São João e o palácio Vecchio, a sede do governo da cidade. A escolha dos dois edifícios estava também ligada ao seu aspeto geométrico, acentuado, no batistério, pelos painéis de mármore e, no palácio Vecchio, amplificado pela perspectiva da praça, na

altura caracterizada pela pavimentação em terracota inscrita num retículo de pedra serena. Os painéis não deviam ser observados frontalmente, mas por trás, através de um furo, e refletidos num espelho. Assim, o olho do espetador coincidia com o ponto de fuga e ficava à distância pretendida da imagem. Isto ilustrava os pontos fundamentais do método de Brunelleschi: a convergência das retas ortogonais em direção a um ponto de fuga e a redução proporcional dos corpos inseridos no espaço, determinada através de teoremas geométricos.



Doc. 2 C – Representação esquemática da posição do observador para determinar o «ponto de fuga», segundo a técnica desenvolvida por Brunelleschi, c. 1420.



A Grande História da Arte – os Alvores do Renascimento,
Porto, Ed. Público, 2006.

Doc. 3 – Masaccio: renovação formal na pintura – o estilo de Brunelleschi

O entusiasmo que Brunelleschi causou nos seus amigos pintores deve ter sido imenso. A imagem mostra uma das primeiras pinturas produzidas de acordo com as regras matemáticas pelas quais os objetos parecem diminuir à medida que se afastam de nós. Trata-se de um mural de uma igreja florentina que representa a Santíssima Trindade com a Virgem e S. João sob a cruz, e os doadores – um velho mercador e a sua esposa – ajoelhados do lado de fora. O pintor que fez esse mural chamava-se Masaccio (1401-1428), que significa «desajeitado». Deve ter sido um génio extraordinário, pois sabemos que morreu com 28 anos incompletos, e que nessa altura tinha desencadeado uma verdadeira revolução na arte de pintar. Tal revolução não se baseou só no estratagema técnico da pintura em perspectiva, embora isso, por si só, deva ter sido deveras espantoso enquanto novidade. Podemos imaginar a perplexidade dos florentinos quando esse mural foi descerrado e parecia ter feito um buraco na parede através do qual eles podiam ver uma capela no moderno estilo Brunelleschi. Mas talvez ficassem ainda mais surpresos diante da simplicidade e grandeza das figuras que eram enquadradas por essa nova arquitetura.

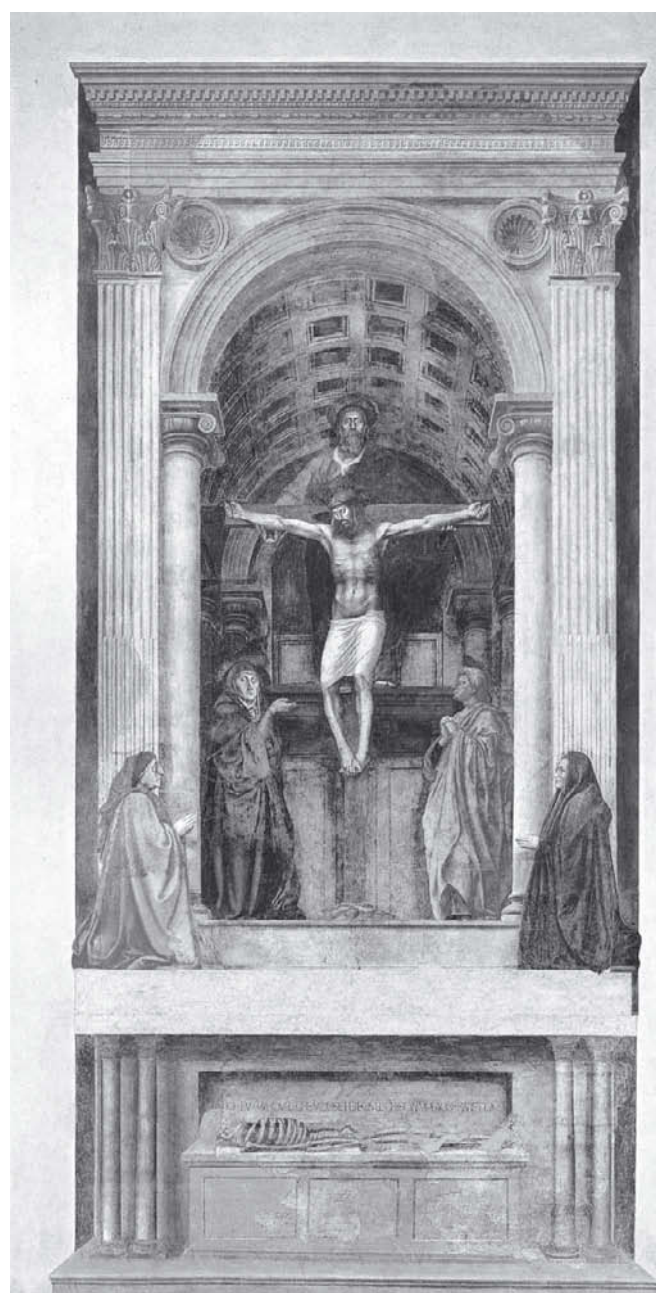
Se os florentinos esperavam algo na linha do estilo internacional, que estava em moda tanto em Florença como no resto da Europa, devem ter ficado desapontados. Em vez da delicada graça, viram figuras maciças; em vez de curvas fluentes, sólidas formas angulares; e, em vez de pormenores requintados, como flores e pedras preciosas, um túmulo sombrio com um esqueleto por cima.

Mas se a arte de Masaccio era menos agradável à vista do que as pinturas a que estavam habituados, por certo era muito mais sincera e comovente. (...) o simples gesto com que a Virgem aponta para o seu Filho crucificado é tão eloquente e impressivo porque constitui o único movimento em toda a solene pintura. As suas figuras, de facto, parecem estátuas. Foi esse efeito, mais do que qualquer outra coisa, que Masaccio intensificou pelo enquadramento em perspectiva no qual as suas figuras foram colocadas. Sentimos que quase podemos tocar-lhes, e essa sensação traz as figuras e a sua mensagem para mais perto de nós.

Para os grandes mestres da Renascença, os novos recursos e descobertas da arte nunca foram um fim em si. Sempre os usaram com o propósito de acercar ainda mais do nosso espírito o significado dos seus temas.

E.H. Gombrich, *A História da Arte*,
Lisboa, Ed. Público, 2005.

**Doc. 3 A – Masaccio, *Santíssima Trindade com a Virgem, S. João e os Doadores*,
Florença, c. 1425-1428.**



Doc. 4 – Análise da obra *Santíssima Trindade com a Virgem, S. João e os Doadores*

Tema

O fresco representa o dogma da Trindade com conotações humanas e terrenas, sendo esse o mistério que se revela ao homem pelo sofrimento de Cristo.

A cena é ambientada no interior de uma igreja renascentista inspirada nos arcos de triunfo romanos: reconhecem-se a abóbada de caixotões, as colunas jónicas e o arco de volta perfeita.

Além da Trindade, estão representados, sob a cruz, Maria e João Evangelista. Mais abaixo, os dois encomendadores assistem, ajoelhados, à cena sacra, mas sem nela participarem diretamente. A base é constituída pela representação ilusionística de um altar marmóreo, debaixo do qual se encontra um esqueleto jacente representando a morte. O conceito do Homem no centro do universo é explicitado através da figura de Cristo, centro da perspetiva da composição e, sobretudo, fulcro dramático da narração.

A pintura é uma espécie de manifesto visual dos princípios básicos do Renascimento: o homem, medida de todas as coisas, movimenta-se num espaço mensurável. Masaccio representa fielmente as relações espaciais entre os homens e a arquitetura, incluindo no jogo das proporções, pela primeira vez, também as figuras dos encomendadores.

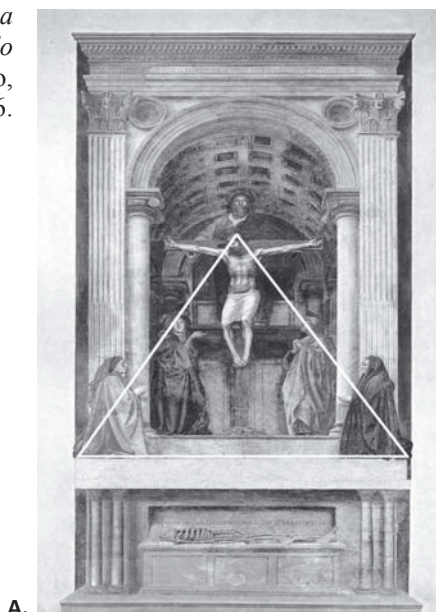
Composição

A perspetiva da representação é segura e controlada e permite-nos apreender com exatidão volumes e espaços. A construção da perspetiva contribui, além disso, para explicitar as relações hierárquicas que unem as personagens representadas.

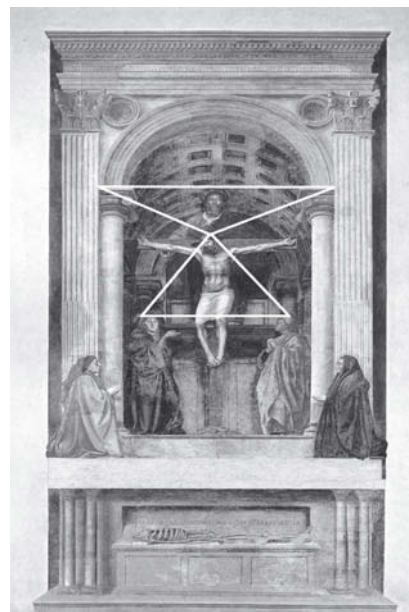
O fresco é construído dentro de um espaço piramidal. O valor do conteúdo da representação está concentrado no significado simbólico do triângulo e do número três, que são recorrentes na composição. Um primeiro triângulo, que liga as figuras humanas, tem como base os dois encomendadores e culmina na figura de Cristo.

Outros dois triângulos equiláteros imaginários podem ser traçados juntando as personagens divinas ou elevadas por santidade. O primeiro triângulo (A.), cuja base coincide com o estrado em madeira, junta Maria, João e Cristo. O segundo (B.), que inclui Cristo, a pomba e Deus Pai, é invertido: a base dos dois capitéis passando por cima da cabeça de Deus.

A Grande História da Arte – os Alvares do Renascimento, Porto, Ed. Público, 2006.



A.



B.

Doc. 5 – *A Última Ceia*

Numa noite de 1943, quando as bombas lançadas pelo B-25 da aviação americana arrasaram o teto e as paredes do refeitório de Santa Maria delle Grazie, em Milão, pouco faltou para que desaparecesse uma das obras-primas absolutas da pintura: *A Última Ceia*, de Leonardo da Vinci. Tanto mais que, mal foi concluída, ela era já uma extrema fragilidade. Nessa noite, valeu-lhe um muro de sacos de areia que a protegia.

Para a sua execução, entre 1495 e 1497, o artista renunciara à técnica conhecida por fresco, conveniente a uma pintura mural desta envergadura, mas que não lhe teria permitido pôr em prática uma técnica totalmente nova em relação ao que se fizera até então. Dadas as grandes dimensões e a natureza da superfície a revestir, Leonardo também não podia utilizar cores a óleo capazes de transmitir as infinitas subtilezas que caracterizam os seus quadros. Por isso, como pretendia ser diferente e era sempre capaz de inovar, utilizou o seu próprio revestimento para a pintura a têmpera em parede lisa: uma base resistente, constituída por gesso, resina e mástique, capaz de fazer frente à humidade e de criar uma superfície adequada à pintura. Infelizmente, este revestimento não satisfez a primeira exigência e a pintura começou a descascar poucos anos depois da sua conclusão. Leonardo pretendia uma obra intemporal, o que o levou a tentar um método novo que se viria a revelar completamente ineficaz em termos de durabilidade.

Durante a visita do pintor e historiador de arte Giorgio Vasari a Santa Maria delle Grazie, em maio de 1556, os danos eram já tão extensos que ele vê apenas um «conjunto de manchas». Tratava-se, sem dúvida, de um exagero visto que, meio século depois, ainda antes do primeiro restauro, um outro pintor, Peter Paul Rubens, de Antuérpia, descreve *A Última Ceia* com lirismo: «Concluindo uma profunda reflexão, ele atingiu um tal nível de perfeição que me parece impossível encontrar palavras que evoquem a sua pintura, sem falar de o imitar. »

Pondo de parte a deterioração natural devido à fragilidade do suporte, o primeiro dano sofrido pela obra incomparável de da Vinci registou-se em 1652, com a abertura de uma passagem no centro da pintura mural, na parte inferior da toalha da mesa. Esta passagem foi fechada posteriormente, mas o mal permanecerá visível, para sempre. Foram levadas a cabo tentativas de restauro nos séculos XVIII e XIX com o objetivo de estancar o terrível processo de escamação, mas todas contribuíram para fragilizar ainda mais a pintura.

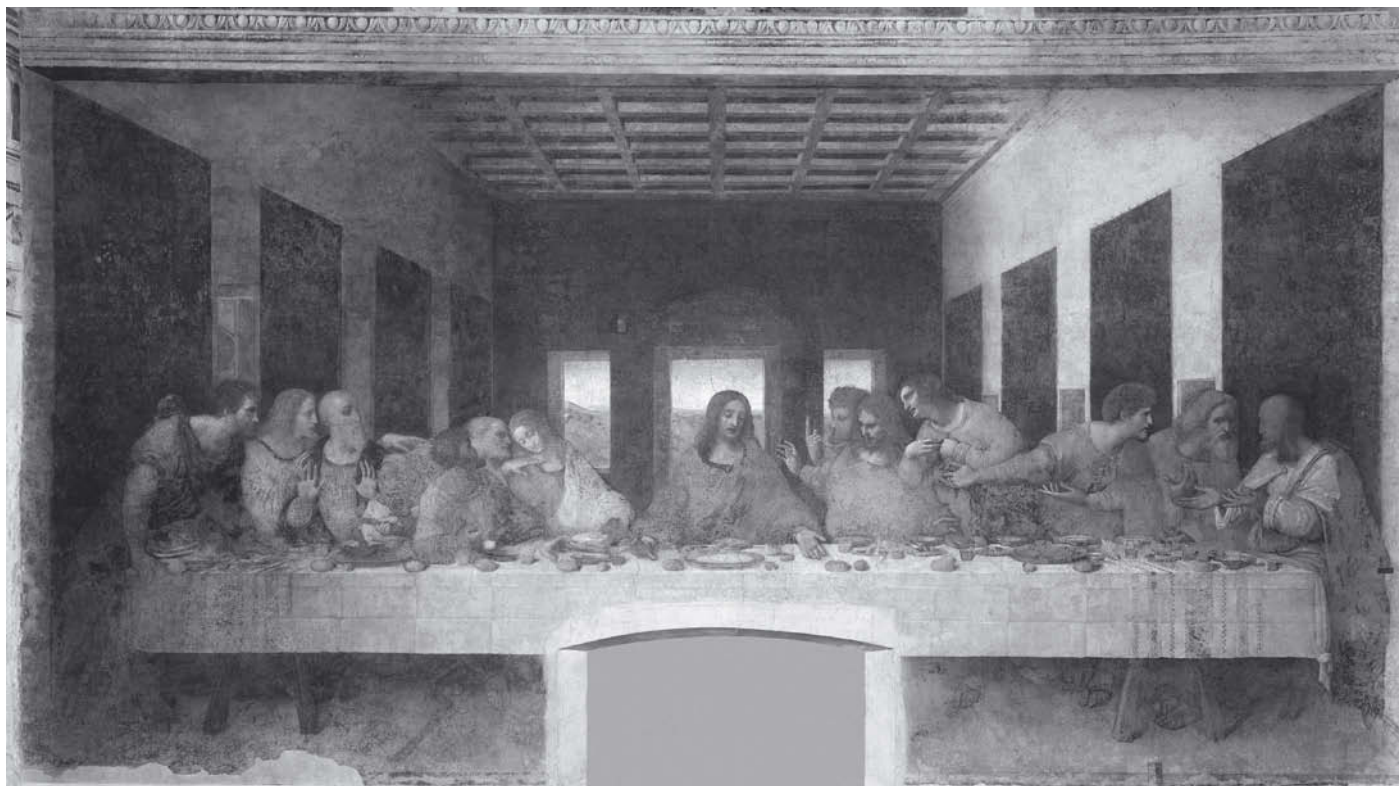
Durante os dois anos em que Leonardo trabalhou em *A Última Ceia*, a sua vida resume-se a uma intensa aventura interior. Ele está obcecado pela criação, a «sua» criação. Vê longe, muito longe, e quer dar à sua obra uma energia espiritual que, sem dúvida, pensava nunca ter descortinado nos quadros dos seus contemporâneos ou antecessores, ou seja, todos aqueles que já tinham tentado reproduzir todo o intenso secretismo desta refeição divina. Como é seu hábito, Leonardo reflete muito mais do que trabalha, embora o vejamos traçar rapidamente algumas fisionomias ou esboçar o cenário.

Leonardo pretende criar uma obra universal e que ninguém possa contestar. Para isso, precisa de tempo, muito tempo. Todos os prazos foram largamente ultrapassados. Que importa? Da Vinci sonha a sua obra; ela está totalmente dentro dele. Somos confrontados com o mistério do inacabamento que é próprio dele. Porque, afinal, terminar uma obra de uma amplitude é perdê-la, é ser brutalmente despojada dela. Não acabar é estar sempre em comunhão com a essência espiritual da criação e mais do que nunca quando se trata de um tema tão rico de toda a espécie de ressonâncias místicas.

Os príncipes da Igreja, assim como Ludovico, o *Mouro*, duque de Milão, ao serviço do qual se encontra o próprio Leonardo, rodeado de cortesãos, dirigem-se com frequência ao convento de Santa Maria delle Grazie para admirar o pintor e a sua obra.

Um dia, o prior do mosteiro, Vincenzio Bandello, queixou-se ao duque que os dois principais personagens do quadro nem sequer estavam esboçados. «Os padres sabem pintar?», respondeu Leonardo com sobranceira à inquietação de Ludovico. «Como podem eles avaliar uma criação artística? Todos os dias gasto duas horas nesta obra». «O que fazes, se não avanças?», surpreendeu-se Ludovico. «Há mais de um ano que vou todos os dias, de manhã à noite, a Borgheto, onde vive a ralé de Milão, para descobrir uma fisionomia que evoque a perfídia de Judas. E ainda não a encontrei», diz Leonardo. E acrescentou: «É claro que eu podia pintar as feições desse prior que se queixa de mim a vossa excelência, porque ele cumpre perfeitamente o meu objetivo. Mas hesitei em pô-lo a ridículo no seu próprio convento!» Esta resposta fez rir o duque, que lhe deu mil vezes razão. Desde então, o prior, envergonhado, dedicou-se ao trabalho na sua horta e deixou Leonardo em paz.

Quanto à lentidão com que Da Vinci executou *A Última Ceia*, retenhamos esta frase de Vasari: «Ele [Leonardo] falou da arte e explicou ao duque que é nos momentos em que trabalham menos que os espíritos mais elevados mais fazem; eles procuram mentalmente o inédito e descobrem a forma perfeita das ideias que exprimem em seguida, executando com as mãos o que conceberam em espírito.»



Doc. 5 A – Leonardo da Vinci, *A Última Ceia*, refeitório do convento de Santa Maria delle Grazie, Milão, 1495-1497.

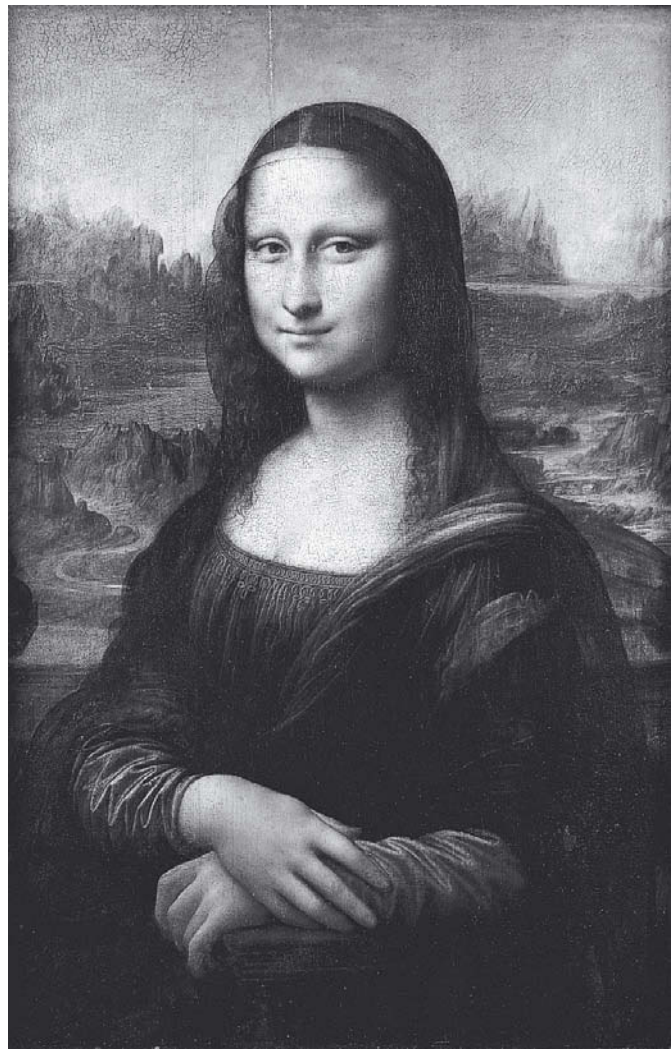
Jean-Claude Frère, *Leonardo da Vinci – Pintor, Inventor, Visionário, Filósofo, Engenheiro*, Livros e Livros, 2001.

Doc. 6 – A *Mona Lisa*

Existe outra obra de Leonardo que talvez seja ainda mais famosa do que *A Última Ceia*. Trata-se do retrato de uma dama florentina cujo nome era Lisa, *A Mona Lisa*. (...) Estamos tão habituados a vê-la em postais, e até na publicidade, que se torna difícil observá-la com olhos críticos, como a pintura feita por um homem retratando uma mulher de carne e osso. Mas vale a pena esquecer o que sabemos, ou julgamos saber, sobre o quadro, e examiná-lo como se fôssemos os primeiros a contemplá-lo. O que de imediato nos impressiona é a forma surpreendente como a mulher parece viva. Ela realmente parece olhar para nós e possuir um espírito próprio. Como um ser vivo, parece mudar ante os nossos olhos e estar um pouco diferente de cada vez que olhamos para ela. (...) Por vezes ela parece zombar de nós; outras vezes, temos a impressão de surpreender uma sombra de tristeza no seu sorriso.

Tudo isso tem um ar meio misterioso, e assim é. Com muita frequência, é esse o efeito gerado por uma grande obra de arte. Contudo, Leonardo sabia certamente como obter esse efeito, e por que meios. Esse grande observador da natureza sabia mais sobre o modo como nós usamos os nossos olhos do que qualquer outra pessoa do seu tempo ou anterior a ele. Leonardo viu claramente que a conquista da natureza criara aos artistas um problema não menos intrincado do que a combinação de desenho correto e composição harmoniosa. (...) O pintor deve deixar ao espectador algo para adivinhar. Se os contornos não são desenhados com grande firmeza de traço, se a forma permanece um pouco indefinida, como que desaparecendo numa penumbra, a impressão de secura e rigidez será evitada. Aí está a famosa invenção de Leonardo a que os italianos chamam *sfumato*, um traçado esbatido e cores suaves que permitem a uma forma fundir-se com outras e deixar sempre algo para alimentar a nossa imaginação.

Vemos que Leonardo empregou o seu *sfumato* com surpresa e deliberação. Quem tiver alguma vez tentado desenhar um rosto sabe aquilo a que chamamos expressão repousa principalmente em duas características: os cantos da boca e os cantos dos olhos. Ora, foram justamente essas partes as que Leonardo deixou deliberadamente indistintas, fazendo com que se esfumassem numa suave penumbra. Por isso é que nunca estamos muito certos do estado de espírito realmente refletido na expressão com que Mona Lisa nos olha. (...) Leonardo poderia ser tão laborioso na paciente observação da natureza quanto qualquer dos seus precursores. Só que ele já estava bem longe de ser um mero e fiel escravo da natureza. (...) Ele conhecia a fórmula mágica que infundia vida nas cores aplicadas pelo seu pincel de sortilégio.



Doc. 6 A – Leonardo da Vinci, *Mona Lisa*, c. 1502. A paisagem que se perde gradualmente no horizonte e que se dissemina em tonalidades verdes e azuis foi realizada num tipo de perspectiva que Leonardo da Vinci designava por «aérea». Estudando os efeitos de ótica causados pela refração da luz no ar, o artista cria um sentido de profundidade através de uma menor definição dos objetos e de uma progressiva diminuição da cor, à medida que se aproxima do horizonte.

E. H. Gombrich, *A História da Arte*, Lisboa, Ed. Público, 2005 (adaptado).

Doc. 7 – Análise da obra *A Virgem, o Menino e Santa Ana*

Tema

Sentada sobre joelhos de Santa Ana, a Virgem está debruçada sobre o Menino, que agarra com força um cordeirinho como se o quisesse montar. Santa Ana, mãe de Maria, vê na figura brincalhona de Jesus o milagre da encarnação divina. É o tema das três gerações, muito comum no norte da Europa no século XV e mais tarde também difundido em Itália, especialmente na pintura florentina.

O tema está tratado de uma forma inovadora, tanto pela composição como pelo próprio significado que Leonardo da Vinci quis sugerir. O grupo está representado no interior de um espaço onde as figuras, confundindo-se entre si, criam uma estrutura de uma pirâmide. É um esquema que o artista tinha já utilizado, mas desenvolvido aqui, de forma dinâmica, criou um belíssimo efeito de movimento nas figuras.

Forma

As figuras confundem-se, sendo difícil delimitar as suas formas: o braço de Maria parece ser o de Santa Ana, as pernas entrecruzam-se também e a perna direita do Menino parece prolongar-se na pata do cordeirinho.



Doc. 7 A – Leonardo da Vinci, *A Virgem, o Menino e Santa Ana*, c. 1510. Leonardo defendeu sempre que o ar é azul e que, quanto mais distantes se encontrar o objeto, mais ar se interpõe entre este e o observador: daí que os objetos mais próximos do horizonte tenham tonalidades azuis.

Movimento

Um único movimento sincronizado une as figuras: o Menino quer agarrar o cordeirinho e Maria tenta impedi-lo, enquanto Santa Ana os segue com o olhar. Todo o grupo está colocado para a direita, para onde também convergem os olhares das personagens, produzindo no observador uma grande sensação de instabilidade.

Cor

As cores, divididas em tonalidades frias e quentes, perfeitamente distribuídas e equilibradas sobre o quadro, criam um equilíbrio mágico de tons azuis e castanhos.

Francesco Romei, *Leonardo da Vinci – a Fusão da Arte com a Ciência*, Matosinhos, QN, 2003.

4. A renovação da espiritualidade e religiosidade

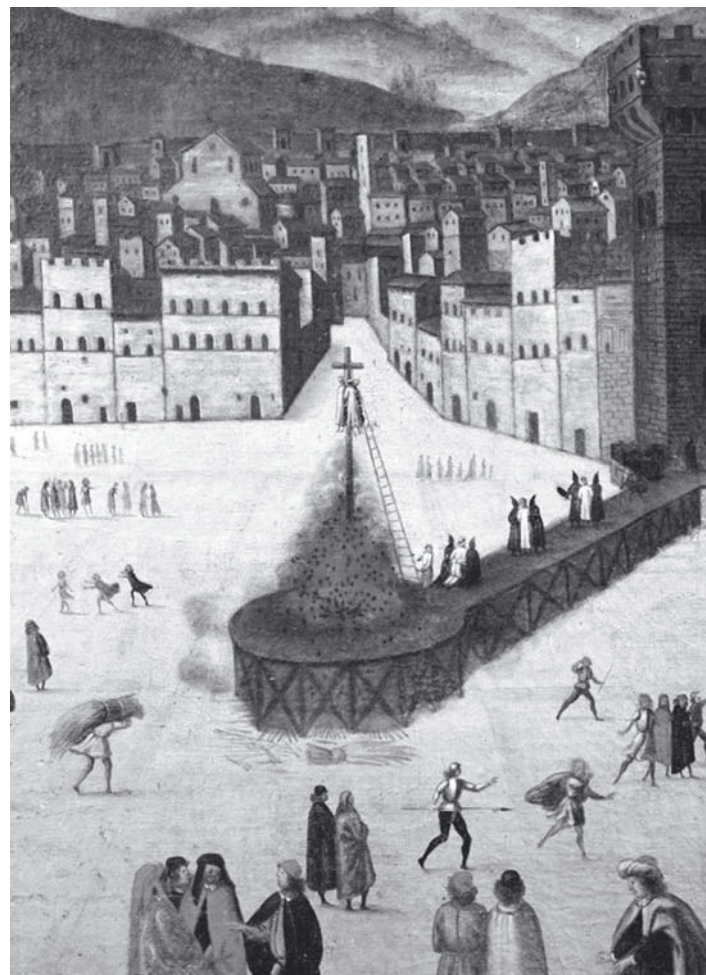
Doc. 8 – Renascimento, mas não para a Igreja

Quem negaria que o Renascimento, a começar com Giotto e a acabar em Miguel Ângelo, desde os primórdios do Renascimento florentino do *Quattrocento* e do Alto Renascimento romano do *Cinquecento* até ao saque de Roma, em 1527, representa um daqueles raros apogeus da cultura humanista? Há nomes e obras que nos vêm imediatamente à ideia: Bramante, Fra Angelico, Botticelli, Rafael e Leonardo da Vinci... Desde o historiador francês Jules Burckhardt, «Renascimento» tem sido entendido não só como um movimento da História da Arte, mas também como expressão de uma era na história da cultura que viu a ascensão dos valores humanistas.

Tem-se mostrado difícil fazer a demarcação exata entre a Idade Média e o Renascimento. Aliás, o Renascimento foi mais uma importante corrente intelectual e cultural de finais da Idade Média. O retorno entusiástico à Antiguidade, à Literatura e à Filosofia (especialmente) Platão, à arte e à ciência greco-romanas. (...) A Antiguidade fornecia o critério para o afastamento de homens e mulheres em relação a muitas das normas de vida medievais e para uma nova autoconfiança. Mas, com poucas exceções, o Renascimento não se opunha simplesmente ao cristianismo como «novo paganismo». O Renascimento desenvolveu-se no seio da estrutura social do cristianismo. Não só Bernardino (de Siena) e Savonarola (de Florença), os grandes pregadores da penitência, mas também os maiores humanistas – Nicolau de Cusa, Marsílio Ficino, Erasmo de Roterdão e Thomas More – se preocupavam com a *renovatio christianismi* e a piedade laica dentro do espírito do humanismo reformador e da Bíblia, que, a partir do século XIV, cada vez mais podia ler-se em vernáculo.

Os papas renascentistas, que eram mais uma vez todos eles italianos e novamente com uma cúria italianizada, preocupavam-se, acima de tudo, com as questões italianas. Tudo o que restara das suas antigas ambições de governarem o mundo era um Estado territorial moderado em Itália; este e o ducado de Milão, as repúblicas de Florença e Veneza e o reino de Nápoles constituíam os cinco *principati*. Nestas circunstâncias, os papas queriam, por último, através da sua atividade de construção em grande escala e de encorajamento das artes, mostrar que a capital do cristianismo era também, pelo menos, o centro da arte e da cultura.

Mas estas atividades extraordinariamente dispendiosas eram conseguidas à custa da recusa de reforma da Igreja, que pressuporia uma mudança de disposição fundamental da parte dos papas e dos membros da cúria, totalmente secularizados. Estes papas (...) sem escrúpulos, governaram o Estado pontifício como um principado italiano que lhes pertencesse. Desavergonhadamente, davam prefe-



Doc. 8 A – Anónimo, pormenor de *O Martírio de Savonarola*, Florença, c. 1498.

rência aos sobrinhos ou filhos bastardos e tentaram fundar dinastias sob a forma de principados hereditários para os clãs de Riario, Della Rovere, Bórgia e Médicis.

Um sistema de hipocrisia institucionalizada. (...) Bastam estes exemplos:

– O corrupto franciscano Della Rovere, Sisto IV, apologista do dogma da «imaculada concepção» de Maria, protegeu hostes de sobrinhos e favoritos à custa da Igreja e elevou seis parentes ao cardinalato, incluindo Pietro Riario, seu primo, um dos mais escandalosos biltres da cúria romana, cuja vida viciosa o matou na flor da idade, aos vinte e oito anos.

– Inocêncio VIII, que, com uma bula, deu estímulo fortíssimo à caça às bruxas, reconheceu publicamente os filhos ilegítimos e celebrou os casamentos destes no Vaticano com esplendor e glória.

– O astuto Alexandre VI, Bórgia, modelo de Maquiavel, que abriu caminho até ao cargo por meio de simonia em grande estilo e teve quatro filhos da amante (e mais, de outras mulheres, quando era ainda cardeal), excomungou Girolamo Savonarola, o grande pregador da penitência, e foi responsável por autorizar a sua morte na fogueira, em Florença.

– Dizia-se que com Alexandre VI governava Vénus; com o sucessor, Júlio II, Della Rovere (1503-1513), constantemente em guerra, reinava Marte. O papa Leão X, a quem o depravado tio Inocêncio VIII nomeara cardeal aos treze anos, era antes de mais um amante das artes. Gozou a vida e dedicou-se à aquisição do ducado de Spoleto para o sobrinho Lourenço.

Em 1517, não se viria a anunciar o fim da pretensão universalista do papa igualmente no Ocidente. Como professor do Novo Testamento em Wittenberg, um monge agostinho desconhecido, que estivera em Roma uns meses antes e que se considerava católico leal, publicou noventa e cinco teses críticas contra o comércio das indulgências destinado a financiar a nova e gigantesca basílica de São Pedro que estava a ser construída. O seu nome era Martinho Lutero.

Hans Küng, *A Igreja Católica*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004 (adaptado).

Doc. 9 – A Igreja e a mudança copernicana

Como reagiu a Igreja à «mudança copernicana» na Ciência e na Filosofia? Lutero e o seu co-reformador Melânchthon rejeitaram a obra de Copérnico porque esta contradizia a Bíblia. Mas só em 1616 – quando o processo de Galileu ficou concluído – é que Copérnico foi posto em Roma no *Index* de livros proibidos. A Igreja Católica tornava-se agora numa instituição caracterizada não tanto pelo esforço intelectual, assimilação empírica e competência cultural como pela atitude defensiva perante tudo o que fosse novo. A censura, o *Index* e a Inquisição foram rapidamente trazidos para a cena. Houve muitos casos famosos:

– Giordano Bruno, que aliou o modelo copernicano do mundo com uma piedade renascentista, neoplatónica, mística e panteística, morreu na fogueira, em Roma, em 1619;

– O filósofo anti-aristotélico Tomás de Campanella escreveu a sua utópica – *A Cidade do Sol* (1602) – nos cárceres da Inquisição, de onde só dois anos depois conseguiu escapar;

– Galileu Galilei, enredado num julgamento da Inquisição, retratou-se, por fim, dos seus «erros» em 1633, como leal católico, e viveu os últimos oito anos de vida sob prisão domiciliária, ainda a trabalhar, embora já cego.

O conflito de Galileu com a Igreja foi um precedente dogmático que envenenou de raiz as relações com as novas ciências naturais, então em ascensão. A sua condenação, publicitada nos países católicos por todos os meios de denúncia e inquisidores, espalhou uma atmosfera de terror, de forma que Descartes adiou indefinidamente a publicação do seu tratado *Le Monde ou Traité de la Lumière*, que não seria publicado senão catorze anos depois da sua morte.

Hans Küng, *A Igreja Católica*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004 (adaptado).

